
NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Departamento de História da Pontifícia

Universidade Católica de Campinas

ANO XIV – Nº 108

ISSN 0101-4919

OUTUBRO/DEZ./1982

CONSIDERAÇÕES SOBRE A REPÚBLICA

Odilon Nogueira de Matos

(Conferência pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em sessão especial comemorativa do 90º aniversário da proclamação da República, na noite de 14 de novembro de 1979. Publicada originalmente na Revista do Instituto, vol. 76, pp. 355 a 371. São Paulo, 1980.)

Os que conhecem bem a cidade de São Paulo sabem que a poucas quadras do local onde nos reunimos existe uma rua em cujas placas se inscreve uma data pouco sabida: **Três de Dezembro**. Rua pequena, de uma só quadra, ligando a 15 de Novembro a Boa Vista, mas muito importante, pois está situada em pleno coração do mundo financeiro desta grande metrópole. Rua de bancos, casas bancárias, casas de câmbio, cartórios, enfim, diversas manifestações da pujança econômica da capital paulista. Todos os homens de negócio, por isto mesmo, a conhecem bem. Como a conhecem bem, igualmente, os velhos gastrônomos, pois nela existiu, outrora, famoso restaurante que se gabava de oferecer a melhor

feijoada de São Paulo. Isto desapareceu, mas o mundo de negócios ali continua, obrigando milhares de pessoas a transitar diariamente pela minúscula rua, completamente indiferentes, por certo, ao seu nome.

A data assinala a fundação do Partido Republicano no Brasil, no ano de 1870. O novo partido, como é sabido, atirou-se à luta política por meio de um manifesto, publicado no primeiro número do jornal **A República**, do Rio de Janeiro, naquele mesmo dia. Documento importante de nossa história, embora discutido e criticado em muitos dos seus aspectos, mas que teve o mérito de fazer iniciar intensa propaganda do novo regime, que se estendeu por quase vinte anos, ou seja até a proclamação da República, em fins de 1889.

Até 1970, quando do transcurso de seu centenário, era o **Manifesto de 3 de Dezembro** pouco conhecido, pois as publicações que o inseriam eram antigas e esgotadas. Dificilmente um estudante dos nossos cursos de História que não vivesse em cidades bem dotadas bibliograficamente, a ele teria acesso. Foi o que nos levou, então, a reimprimi-lo, ocupando com ele quase todo o nº 16 desta publicação. E o fizemos para que ele pudesse servir de texto para os trabalhos de seminário nos numerosos cursos de História existentes no país. Mais ainda: desvanecidos, vimos que um dos nossos grandes historiadores, o saudoso Hélio Viana, tomando a sério nossa sugestão, escreveu cinco artigos sobre o manifesto, no **Jornal do Comércio**, do Rio de Janeiro, trabalho este que se deve contar entre os muitos deixados pelo autor e que conviria fossem reunidos em livro, a exemplo de tantos outros. Muito se enriqueceria com isto a bibliografia histórica brasileira.

Na ocasião, indicamos algumas publicações onde o famoso documento poderia ser encontrado: a obra de Américo Brasiliense, **Os programas dos partidos e o Segundo Império** (1878); o volume décimo da **História do Brasil**, de Rocha Pombo (1907); a obra **Da Monarquia para a República**, de Evaristo de Moraes (sem data, mas provavelmente de 1938); uma publicação comemorativa do cinquentenário da República, organizada pelo antigo “Correio Paulistano” (1939), o nº 17 da **Revista do Brasil** (fase Tarquínio de Sousa, também de 1939); finalmente, uma publicação do Centro de Estudos Históricos da Universidade de São Paulo, denominada **História Viva** (1969). O saudoso Professor Reynaldo Xavier Carneiro Peçsoa, no belo estudo que publicou sobre o manifesto em o nº 84 da “Revista de História”, indicou mais duas ou três fontes que nos passaram despercebidas. Mas todas elas bastante antigas, com exceção da última citada, mas esta, de circulação restrita.

De 1970 para cá diversas outras publicações foram feitas, de modo que se pode dizer que hoje, o famoso manifesto, é de acesso fácil. O Professor Reynaldo Carneiro Pessoa não apenas o transcreveu em o citado nº 84 da “Revista de História”, mas igualmente o incluiu – como, aliás,

não poderia deixar de o fazer — em seu utilíssimo livro **A idéia republicana no Brasil através dos documentos** (São Paulo, Alfa-Omega, 1973), que reúne 16 documentos de interesse para o estudo do pensamento republicano no Brasil, desde o manifesto da Revolução Pernambucana de 1817 até os textos ligados diretamente à proclamação da República. Para o autor, “longe de vazio e inexpressivo”, o manifesto de 1870 “é um documento em cujo conteúdo pode ser encontrada uma cautelosa mensagem revolucionária que requer como necessárias, reformas em todas as estruturas do país, fundamentadas ideologicamente nos princípios da liberal democracia”.

A “cautela” é justamente a característica dominante do manifesto. E é essa cautela que certos críticos de hoje não conseguem ou não querem entender. Sem uma garantia, por longe que fosse, quanto a receptividade que o documento iria alcançar, qual a atitude dos seus signatários se não a da mais precavida cautela? Eis por que o documento *não aborda determinados temas, hoje considerados fundamentais, como o da propriedade e, principalmente, o da escravidão*. Nunca nos pareceu justo criticar os homens de 1870 simplesmente porque eles não disseram o que nós achamos que deveriam ter dito...

Essa mesma preocupação de “cautela” por parte dos signatários do manifesto foi igualmente notada por outro analista do documento, nosso preclaro confrade Raul de Andrada e Silva, em estudo publicado no mesmo nº 84 da “Revista de História”, sob o título **Os republicanos de 1870 e as realidades nacionais**. Aliás, diga-se de passagem, que a reunião desses dois belos estudos — o de Raul de Andrada e Silva e o de Reynaldo Carneiro Pessoa — e mais o texto integral do manifesto, fazem desse nº 84 da “Revista de História”, fundada e dirigida pelo nosso saudoso companheiro Eurípedes Simões de Paula, uma preciosa fonte, diríamos mesmo de consulta obrigatória para o conhecimento da propaganda republicana. Voltemos à análise de Raul de Andrada e Silva. Lembrando que o manifesto foi “cuidadosamente redigido e muito bem escrito, pelos moldes do estilo do tempo” e denota extrema acuidade dos seus autores para “escutar os primeiros estalidos e distinguir as brechas que já começavam a comprometer a estabilidade do edifício imperial”, acentua, contudo, que “mesmo politicamente seu texto carece de conteúdo republicano mais definido, mais amplo, faltando-lhe sobretudo entusiasmo, essa vibração sem a qual os documentos de tal natureza não chegam a emocionar o público, nem a produzir efeitos imediatos”. E analisando os nomes dos signatários, quase todos acompanhados da respectiva qualificação e atividade profissional, observa que “eles emergem quase exclusivamente dos setores médios da sociedade, setores que se vinham constituindo entre o topo da escala, ocupado pela velha aristocracia agrária, e os degraus inferiores, reservados à mão-de-obra

servil”, mas que não representavam, a rigor, uma classe média, ou média burguesia, “dotada de coerência, mentalidades, hábitos e comportamento que possibilitem sua caracterização como classe social”. Mas — o que é importante — traduziam os anseios políticos dos que sentiam a incapacidade do regime imperial para ajustar-se às transformações que, apesar das resistências conservadoras, acabavam ocorrendo. E o mesmo analista conclui seu comentário lembrando que “se excetuarmos o repúdio da monarquia, com a opção declarada pela República, o manifesto nada veio acrescentar às proclamações dos monarquistas liberais, antes dele divulgadas”. Especialmente no tocante à emancipação dos escravos, que muitos dos liberais defendiam expressamente e sobre a qual, como já foi dito, o manifesto de 1870 cautelosamente silenciava, numa atitude aparentemente contraditória, mas explicável pelo cálculo oportunista de não descontentar a classe dos fazendeiros, que tinha sua economia fundada no braço escravo, mas de cujo concurso os republicanos não podiam prescindir. Provam-no, além do próprio manifesto, a declaração feita em reunião realizada em São Paulo em fins de 1872, preparatória daquela que viria a ser a Convenção de Itu, quando se apressaram em declarar à imprensa que, ao contrário do que muitos diziam, eles, republicanos, não eram abolicionistas; e a própria Convenção de Itu, na qual o problema sequer foi ventilado. O curioso é que na grei republicana existiam algumas figuras que mais tarde vieram a se destacar na campanha abolicionista.

Aliás, anos depois, quando se sentem mais seguros, os próprios republicanos irão avançando em suas proposições e o ideal abolicionista acabaria se incorporando ao seu programa. Eis por que julgamos que o importante no caso do manifesto de 1870 é considerá-lo um ponto de partida e não um ponto de chegada. Basta compará-lo com outros manifestos que foram sendo, aos poucos, divulgados ao ensejo de congressos ou convenções, nos anos intermediários entre a fundação do Partido e a proclamação do novo regime. Compará-lo especialmente com o manifesto do Congresso Republicano de 1887, documento que tivemos o privilégio de divulgar em o nº 23 desta publicação, correspondente a junho de 1971. Aliás, a maneira como viemos a conhecê-lo merece registro, pois vem mostrar como, na pesquisa histórica, às vezes ocorrem acasos felizes. Há alguns anos, uma nossa aluna residente em Salto, cidade vizinha a Itu, trouxe-nos para que os examinássemos, alguns exemplares de velhos jornais ituanos, da coleção de um amigo de sua família, morador na histórica cidade da Convenção. Entre eles, havia um número da **Imprensa Ytuana**, de 24 de julho de 1887. Esse jornal transcrevia, na íntegra, o manifesto de um congresso republicano realizado no Rio de Janeiro no princípio daquele mesmo mês de julho de 1887. Lemos com atenção o documento, pois na ocasião ministrávamos um curso sobre a propaganda republicana e qualquer coisa com que deparássemos, em livros, revistas, jornais, mereceria de nossa parte especial atenção. Já havíamos procedido a um

levantamento não diríamos completo (pois nenhum o é), mas o menos incompleto possível do que se publicara em livros e revistas no período que vai da fundação do Partido Republicano até a proclamação do novo regime e nada havíamos encontrado com relação ao tal manifesto de 5 de julho de 1887, que o jornal ituano reproduzia. Conversamos sobre ele com pessoas ligadas à pesquisa histórica e com bom conhecimento das fontes sobre a República, e nada ! pessoa alguma havia ouvido falar do manifesto que a gentileza de nossa aluna nos fez conhecer. Vimos, então, que se tratava de peça extremamente rara, provavelmente só publicada na época e, ao que parece, sem muita repercussão, pois nenhum dos cronistas e historiadores da República fazia-lhe a menor referência. Não tivemos dúvida. Pedimos autorização para reproduzir dito manifesto em nossa revista, que, deste modo, teve o privilégio de divulgar documento praticamente desconhecido e extremamente valioso. O Professor Reynaldo Carneiro Pessoa, que pouco depois publicou seu excelente textuário sobre a idéia republicana, incluiu-o nele, tendo a gentileza de citar, como fonte, nossa modesta publicação.

A leitura desse manifesto mostra como evoluiu o pensamento dos propagandistas da República em dezessete anos. Redigido num momento em que o Imperador, por motivo de doença, fora obrigado a deixar o governo e ausentar-se do país, julgaram seus signatários no dever de dirigir-se aos seus concidadãos a fim de esclarecê-los, ainda uma vez, “sobre os intuitos que animam o Partido Republicano e sobre a atitude que lhe cumpre manter em face da nova situação, criada pelo aludido incidente”. E esboça o manifesto um quadro talvez exagerado (mas necessário para fundamentá-lo) do país na época, a traduzir os resultados de um sistema de governo “artificial e artificioso”, que se faz sentir em inúmeras proposições diretas e sem subterfúgios, das quais, na impossibilidade de ler o manifesto todo, citaremos as mais expressivas. Para os signatários do manifesto, nestes pontos residiam as críticas mais sérias que se podiam fazer ao regime:

“No desprestígio do pretendido poder judicial, organismo secundário do nosso mecanismo constitucional subordinado ao poder executivo, único real e manente acima de tudo e de todos;

no descrédito dos partidos governamentais, cujas bandeiras se confundem nas suas cores, tanto quanto os seus membros se confundem nos desígnios e processos da governação do Estado;

no desprezo com que são aviltados ou oprimidos todos os elementos que representam os interesses fundamentais da vida social, tanto na ordem moral, como na ordem política, como na ordem econômica;

no abandono da instrução pública, para que o povo continue imerso nas trevas da ignorância, com prejuízo da independência pessoal

dos cidadãos e da força fecundante do trabalho que tão útil devera ser ao Estado, mas que só é poderoso, eficiente e criador quando animado pelo influxo da inteligência esclarecida;

no seqüestro do voto popular, espoliado o povo da sua soberania e impedido de interferir na escolha dos pretendidos mandatários do poder, sofismados por este modo os seus inauferíveis direitos;

na decadência da instituição parlamentar, representada pelo senado vitalício, centro de oligarquias aparelhadas para toda a ordem de conspirações governamentais contra a liberdade dos cidadãos e contra o interesse da comunidade social e por uma câmara temporária, feitura do próprio governo e constituída ordinariamente na sua quase unanimidade por duas classes de serventuários — dependentes ou pretendentes;

na manutenção obstinada da escravidão, como a alavanca da propriedade territorial, constituída no regime de um feudalismo bastardo, fatal ao desenvolvimento da produção nacional e da riqueza pública e tão depressora da energia vital do país quanto da dignidade e independência dos próprios possuidores do solo cultivável da terra brasileira;

na oposição recíproca criada entre o regime feudal e as indústrias fabris, recentemente fundadas no império, às quais se nega não somente a proteção razoável por elas pretendida, como ainda se lhes agrava a sorte por verdadeira proteção concedida às indústrias estrangeiras, para satisfação das exigências do erário, quase exclusivamente nutrido pelos impostos de importação;

no depauperamento da própria agricultura elementar que possuímos;

na prodigalidade, cega e criminosa, com que são desbaratados os recursos do Estado, aumentando-se todos os anos o **déficit** dos orçamentos e elevando-se por meio de empréstimos sucessivos a dívida externa e interna do Império a um alarmismo aterrador.”

E diz, a seguir, que “como conseqüência funesta deste estado de coisas, cuja observação desalenta a uns e aterra a outros, o que se nota geralmente, por parte dos cidadãos, é uma estranha conformidade com o seu mau destino, é um retraimento fatal à causa da pátria, que mais do que nunca necessita e reclama o amparo de seus bons filhos”. E mais adiante: “No regime monárquico tudo é concessão do soberano. No regime democrático sucede o contrário: tudo é emanação do próprio povo, soberano de si mesmo. No nosso país, graças à dissimulação da carta outorgada, todos os poderes residem de fato na pessoa do monarca, não somente por efeito da delegação presumida pela própria carta, como ainda pela abdicação tácita da soberania nacional, abdicação fatal, que nada mais é do que a fórmula do indiferentismo, que é hoje a pior enfermidade do povo brasileiro”.

E é para reagir contra esse estado social mórbido, apresentado pelo manifesto, e que só poderá ter um desenlace funesto, que os signatários incitam e aconselham seus correligionários a que perseverem na luta política, aumentando e desenvolvendo a sua energia patriótica, batalhando com fervor e afincos no terreno legal da propaganda republicana, mesclando-se por todos os modos nos atos da vida civil e interferindo por todos os meios ao seu alcance nas funções sociais e políticas, onde sua intervenção possa ser salutar e eficiente, alistando-se como eleitores (desde que se achem nas condições exigidas pela lei do Império), congregando-se em clubes e grêmios políticos em todas as localidades onde residam, doutrinando pela palavra e sobretudo pelo exemplo, fazendo uso da tribuna e da imprensa para esclarecer os que estiverem iludidos, honrando, enfim, por todas as formas a causa republicana e a dignidade do partido. Estão eles convencidos de que no meio da dissolução social e da desagregação dos partidos monárquicos, constituem o único núcleo de homens políticos solidamente constituído e animado pela coesão das idéias e pela comunidade de princípios.

E remata o manifesto: “A república federativa brasileira, fundada na base da recíproca autonomia e independência das províncias e circunscrições, que no futuro hão de formar os Estados Unidos do Brasil, apoiada nos princípios eternos da liberdade e da justiça — tal é a bandeira em torno da qual nos achamos congregados na mais perfeita solidariedade para o fim de conquistarmos, com o bem ser dos nossos concidadãos e com a grandeza da pátria, a efetividade de todos os direitos inerentes à comunidade social, tais como: o sufrágio universal, a liberdade da palavra falada e escrita, a liberdade de cultos, a inviolabilidade do domicílio e da correspondência, as liberdades de ensino, de reunião, de associação e de propriedade, a instituição do júri para toda a classe de delitos, a abolição dos privilégios pessoais, títulos de nobreza e condecorações, a instituição do poder judicial como delegação direta da soberania nacional e, finalmente, a intervenção do povo em todos os negócios públicos”. E deixava para o último lugar, como um **clou** capaz de impressionar, o problema da escravidão: “cumpre-nos dizer-vos que, não tendo querido a monarquia resolvê-lo, de acordo com a justiça, por meio de um ato pronto e simultâneo, adotadas as precauções necessárias para evitar o abalo da propriedade mal constituída, o que nos resta exigir e promover é a abolição total da escravidão no Brasil dentro de um período que não exceda a data aniversária e gloriosa da Revolução Francesa, quando foram proclamados pela primeira vez os direitos inalienáveis do homem”.

Tal manifesto contava com apenas dezoito assinaturas, entre elas as de Saldanha Marinho (primeiro signatário e, provavelmente, o redator do texto), Quintino Bocaiuva, Campos Sales, Rangel Pestana, Aristides Lobo e Ubaldino do Amaral, para citar os mais conhecidos.

É significativa a comparação deste manifesto com o de 1870. Não só para se constatar a mudança de atitude dos republicanos, como para caracterizar suas naturezas. O de 70 é um manifesto doutrinário, praticamente sem programa e sem ação; o de 87, ao contrário, é um manifesto-programa, mas sem a menor preocupação doutrinária. Dir-se-ia que um fora escrito para as elites, o outro para as massas. Um é excessivamente cauteloso, o outro chega a ser excessivamente desabrido.

O apelo à Revolução Francesa como baliza política e social — quando esperam que a abolição se faça antes da data centenária (e de fato se fez) do glorioso movimento de 1789 — pode ser levado à conta da influência positivista, como aliás, todo o francesismo da propaganda republicana: era freqüente tocar-se a **Marselhesa** nas reuniões de republicanos, da mesma forma que, com o advento do novo regime, o dia 14 de julho foi considerado feriado nacional, em igualdade de condições com o 7 de setembro e o 15 de novembro e, ainda, outras datas de nosso calendário cívico. E feriado nacional foi o 14 de julho durante toda a Primeira República. Lembramo-nos de nosso tempo de menino, quando, no dia 14 de julho, a banda de música tocando no coreto do jardim da cidade em que morávamos, iniciava e terminava sua “retreta” com o hino nacional brasileiro e logo em seguida a **Marselhesa**... Da mesma forma que o **Ordem e Progresso**, absurdamente inscrito em nossa bandeira, o título de **cidadão** nos tratamentos cerimoniais ou até o **Saúde e Fraternidade**, com que nos ensinaram a começar as cartas, hábito que, adquirido na infância, conservamos até hoje em nossa correspondência particular, o que tem feito muita gente pensar que somos positivistas...

É estranho, contudo, que não haja no manifesto que tão longamente citamos (e o fizemos de propósito por ele ser tão pouco conhecido) alguns dos tópicos em que mais se compraziam os propagandistas: a separação entre a Igreja e o Estado (“la libera chiesa en lo libero stato”, na fórmula de Cavour), a instituição do registro civil ou a secularização dos cemitérios. Mesmo o apelo ao ideal da federação, que é tão acentuado no manifesto de 1870, não vem tão enfatizado como seria de se esperar. Talvez por já estarem estes pontos mais arraigados na consciência do povo, uma vez que eles não eram privilégios dos republicanos.

Eis-nos chegado a um ponto deveras significativo: o que era próprio dos republicanos? qual a originalidade do sistema que pregavam ou qual o programa de seu partido? Já foi lembrado por Raul de Andrada e Silva que, excetuado o repúdio da monarquia, o manifesto de 1870 (e mesmo os outros posteriores, acrescentamos nós) nada veio adicionar ao que, antes, era pregado pelos monarquistas liberais. E a simples mudança de regime, substituindo um imperador vitalício por um presidente eleito cada quatro anos, talvez fosse o menos importante para a mudança que a

República necessariamente deveria implicar. Tinham razão os grandes mestres da Política do século XVIII quando teorizavam independentemente dos regimes políticos. O que lhes interessava era a limitação do poder do Estado, mediante o governo representativo (na velha fórmula de Locke) ou o sistema do “contrato social”, da fórmula rousseauiana, que acabou gerando o constitucionalismo que marcou tão acentuadamente os primeiros vinte ou trinta anos do século passado. Mas sem que isto implicasse necessariamente em mudança de regime, pois tudo poderia ser obtido quer sob a forma monárquica, quer sob a republicana. A prova está em que os países que atualmente levaram ao grau mais perfeito o governo representativo, continuam sendo monarquias...

Mas onde, entre nós, “pega o carro” (como se diz vulgarmente) é que a República não representou nenhuma ruptura com o passado monárquico, tal como, setenta anos antes, a Independência não representara uma ruptura total com o passado colonial. O Império, instituído em 1822 e institucionalizado em 1824, conservou muito do espírito e dos vícios do sistema colonial, tal como a República, implantada em 1889 e institucionalizada em 1891, conservou praticamente todos os vícios do sistema monárquico que o manifesto de 1887 tão duramente criticava. Seria incômodo indagar: quais, das mazelas apontadas pelo violento manifesto e que, ao ver dos seus signatários, eram conseqüências da monarquia, foram corrigidas pela República? O sistema eleitoral continuou viciado; o governo representativo continuou uma farsa; os partidos políticos continuaram desacreditados, girando mais em torno de homens que de idéias; os pobres e oprimidos continuaram sendo aviltados; o patrimônio público continuou sendo esbanjado “em negócios equívocos ou empresas temerárias e ruinosas, fomentadas pelo espírito de especulação ilegítima e pela sede imoderada de lucros alcançado à custa do suor do contribuinte” (frase do manifesto); a instrução pública continuou por muito tempo abandonada, salvo as poucas exceções de alguns estados; os privilégios, não mais de nobreza, mas de classes ou de posições, continuaram; os recursos do Estado continuaram sendo desbaratados; o funcionalismo público continuou exagerado e supérfluo; os vínculos morais continuaram relaxados e os costumes públicos continuaram corrompidos; os escrúpulos continuaram ausentes; a irresponsabilidade, generalizada; a ausência de consciência partidária, já tão criticada na monarquia, talvez se tenha acentuado na República, porque esta propiciou o surgimento de muitos outros partidos; o mandonismo local, como reflexo das oligarquias, acentuou-se muito mais no novo regime, pois ele propiciou novas oportunidades eleitorais (não existentes na monarquia) e foi sempre em função destas oportunidades eleitorais que o “coronelismo” mais se exacerbou. Enfim, se o manifesto de 1887 fosse escrito, por exemplo, na década de 1920, cremos que dele não se precisaria tirar uma

só linha, a não ser obviamente aquela que pregava a substituição da monarquia pela república. A um “Império de fazendeiros” vai substituir uma “República de fazendeiros”. Valemo-nos, mais uma vez, do bom-senso e da sabedoria de Raul de Andrada e Silva: “A República de 89 correspondia ao predomínio da nova classe de proprietários rurais, não muito diversa da antiga aristocracia agrária, no plano dos interesses econômicos. Com efeito, o advento da República não acarretou abalo violento e repentino à estrutura sócio-econômica, vindo apenas favorecer e apressar transformações pelas quais estava passando essa estrutura; e facilitar a ascensão dos homens de média condição social, que eram os mais afeitos ao tipo de iniciativas da renovação em marcha. As vaguezas do manifesto (de 1870) talvez em parte procedam do fato de ser politicamente imprecisa a fase histórica em que surgiu esse documento, quando ia tomando corpo a descrença no regime imperial, mas ainda não se generalizara a confiança nas excelências da República ou de outro sistema que pudesse substituir o arcabouço constitucional em vigor”.

E são estas “vaguezas”, a que se refere Raul de Andrada e Silva, que acabam comprometendo os próprios republicanos, levando muitos a abandonar suas fileiras, como o caso de Luís Gama, logo no início da propaganda, que se decepciona por não ver no ideal propagandista aquilo que, no seu entender, deveria ser o *leit-motiv* de todo o movimento: a questão da propriedade e da escravidão; ou o caso de Silva Jardim, que, dando a impressão de ser a figura dominante de uma ala mais avançada, mais revolucionária da propaganda, acabou demonstrando, nos seus ruidosos *meetings*, estar mais preocupado com o fato de a herdeira do trono ser casada com um príncipe francês, do que propriamente com o ideal republicano, e acabou desiludido com aquela que não era a república dos seus sonhos. Se isto o infeliz republicano dizia apenas um ano depois da implantação da República, ficamos a pensar o que diria ele se, em vez de engolido pelo Vesúvio, tivesse retornado ao Brasil e visto a República como ela se desenvolveu depois.

Ainda a esta vagueza podemos atribuir curioso paradoxo: os republicanos que levaram vinte anos fazendo a propaganda da República, num dos mais belos movimentos de nossa História — através de todos os meios disponíveis: congressos, convenções, jornais, livros, clubes, comícios, manifestos etc. — não chegaram sequer a proclamá-la. A proclamação resultou, como é sabido, de um golpe militar, talvez a única coisa não desejada pelos propagandistas. E nenhum deles — ironia! — aparece no ato da proclamação. Aparecem, isto sim, na organização do novo regime, logo que o chefe do governo provisório constituiu seu primeiro ministério, e, depois, obviamente, na institucionalização do sistema, com a Assembléia Constituinte e, como consequência, a Constituição de 1891. Mas sem desprezar a experiência dos velhos estadistas imperiais. Não nos

esqueçamos de que dois eminentes conselheiros da monarquia ocuparam a presidência da República e um outro estendeu sua ação e participação na vida pública até a década de 1920, ou seja, quase quarenta anos após a instituição do regime. E é em torno desta veneranda figura monárquica que se vão reunir os jovens crentes na Democracia, desejosos de salvar a República quando ela chega a uma situação bem pior que a do Império em 1889. E não nos esqueçamos também de que apenas dois, dentre os grandes propagandistas da República, ascenderam à curul suprema da nação.

A falta de consciência política leva o povo brasileiro àquele estado de indiferentismo, que o manifesto de 1887 já apontava como o pior dos males do Brasil. E este indiferentismo continua na República. Se, no famoso telegrama de Aristides Lobo, o povo assistiu a tudo bestializado e muitos pensavam até que se tratava de uma parada, por outro lado, ninguém terçou armas para defender o Império. Apenas alguns saudosistas, que nada podiam fazer de concreto, curtiram suas mágoas e decepções pelos jornais ou em livros, mas sem nenhum toque que movimentasse ou sequer emocionasse o povo, como nos casos do Conde de Afonso Celso, do Visconde de Taunay e, mais tarde, de Eduardo Prado. Em Taunay vê-se muito mais fidelidade ao Imperador que propriamente ao Império e os seus escritos avulsos reunidos postumamente em livros, não convencem muito. Ainda a propósito deste indiferentismo, vale citar o depoimento de Max Leclerc, despachado para o Brasil à cata de novidades por importante jornal de Paris, assim que lá chegou a notícia da proclamação da República. Ficamos a imaginar como tal notícia devera ter ecoado em França, país que D. Pedro II visitou diversas vezes, onde tinha excelentes amigos, com os quais se correspondia freqüentemente e cujos institutos culturais freqüentava quando de suas viagens. Além do mais, tratava-se de um Habsburgo, pertencente, pois, à mais importante dinastia monárquica já existente. Pois era esse homem que vinha de ser deposto! Que tema excelente para uma reportagem! Vale a pena ler o que o jornalista francês escreveu: esperando ver tanta cousa, não viu nada. Tudo calmo, tudo tranqüilo. Apenas, em vez de um imperador, um marechal no governo. E tudo continuando a mesma cousa...

A exceção brasileira na América, pois o Brasil fora a única nação de todo o continente americano a adotar a monarquia como forma de governo, constituiu sempre um **captis diminutio**, freqüentemente martelado pelos propagandistas, especialmente quando estabeleciam comparação com os Estados Unidos (caso de Quintino Bocaiúva, por exemplo, que atribuía o grande desenvolvimento daquele país ao fato de ser república e não monarquia). Mas, tivesse o grande propagandista olhado para outros países americanos, e talvez seu entusiasmo não fosse tão grande. Todos os países americanos, fora o Brasil, eram repúblicas, mas

tirante duas ou três exceções, era o caso de se dizer: mas que repúblicas ! Foi certamente a consciência disto que levou o presidente da Venezuela, Rojas Paul, a exclamar assim que lhe contaram da proclamação da república no Brasil: “Acabou-se a única República da América: o Império do Brasil”.

Toda uma literatura existe, de natureza salvacionista, a marcar de maneira bem acentuada o desencanto com os primeiros tempos do novo regime. Grande parte dessa literatura está sendo objeto de teses universitárias, num excelente processo de revisão e alguns dos seus títulos mais significativos estão fazendo jus a novas edições. Pondo de lado os autores simplesmente panfletários, colocaríamos no topo dessa literatura a obra de Alberto Torres, talvez o maior pensador político da República. Sua obra, constituída de dois livros principais — **O Problema Nacional Brasileiro** e **A Organização Nacional**, aquele servindo de introdução a este não encontrou a receptividade que merecia. Ficou tão esquecido quanto o próprio autor, falecido em 1917. Com a Revolução de 1930, que se apresentava, com caráter acentuadamente salvacionista, a obra de Alberto Torres voltou à tona. Os que pretendiam salvar o Brasil, corrompido por quase quarenta anos de um regime viciado, como freqüentemente se dizia, descobriram que o grande pensador fluminense poderia servir-lhes em muito. Diversos autores passaram a analisar-lhe a obra, entre eles Oliveira Viana e Cândido Mota Filho. Alcides Gentil publicou um livro condensando suas idéias e seus dois livros principais foram logo reeditados pela prestigiosa coleção “Brasílica”, então no seu início, assim como o livro de seu fiel discípulo Sabóia Lima; chegou-se a fundar uma “Sociedade dos Amigos de Alberto Torres”. Os integralistas, também com vocação salvacionista, apropriaram-se dele, como se fosse um dos seus, citando-o a todo instante e transcrevendo em seus jornais e revistas muitos de seus escritos. Isto levou muita gente menos avisada a ver em Alberto Torres uma espécie de mentor do Integralismo. A propósito, vem-nos à memória episódio ocorrido conosco lá por 1936 ou 37. Numa roda de amigos, em que se falava de política, citamos o seu nome, pois havíamos lido por aqueles dias qualquer coisa a seu respeito; pois um dos nossos amigos, na maior simplicidade (e ignorância) perguntou se era a “esse integralista” que nos referíamos... Não, de modo algum. Quando o Integralismo surgiu, com o manifesto de outubro de 1932, fazia já quinze anos que Alberto Torres falecera, e pelo que sabemos dele, pelo que conhecemos de sua obra, podemos até afirmar que, se vivo fosse, dificilmente ele se alinharia nas hostes do Sr. Plínio Salgado.

O que havia era certa concordância entre algumas das idéias torreanas e integralistas, mas sem que isto, obviamente, implicasse qualquer processo de influência ou vinculação entre umas e outras. Foi a mesma coisa que levou os positivistas a se apoderarem da República,

simplesmente porque defendiam certas proposições comuns a qualquer propagandista republicano, ainda que nada tivesse de comtista: sistema federativo, separação entre a Igreja e o Estado, casamento civil, entre outras. Ora, não era preciso ser positivista (e nem mesmo republicano) para defender tais princípios. Assim também, como dissemos, os integralistas apropriaram-se de Alberto Torres. Mas veio o Estado Novo — época nada propícia a reflexões políticas, pela própria extinção de todos os partidos (inclusive o Integralismo), veio a Segunda Guerra Mundial, que mudou substancialmente a maneira pensar com relação a muita coisa e, durante pelo menos vinte anos, não se falou mais em Alberto Torres, que voltou ao mesmo esquecimento em que jazera na década de 20. A propósito deste esquecimento de Alberto Torres, temos um depoimento nada edificante quanto ao nível do nosso ensino universitário. Foi por ocasião de um concurso de ingresso ao magistério oficial secundário do Estado, quando os pontos para a prova escrita eram publicados no “Diário Oficial” com alguns dias de antecedência. Não sabemos o que deu na banca de incluir na relação dos pontos um que trazia o seguinte título: “A obra de Alberto Torres”. A verdade é que fomos procurados, dias depois, por um dos examinadores (notem os ouvintes, não candidato, mas um dos examinadores), sabendo que possuíamos uma razoável biblioteca, veio nos perguntar se tínhamos alguma coisa sobre Alberto Torres, pois ele nunca ouvira falar nesse nome... E havia a possibilidade de ser esse ponto sorteado ! Felizmente não o foi e o ilustre examinador pôde dormir tranqüilo sem que Alberto Torres lhe perturbasse o sono... Pois bem: vinte anos mais tarde, o pensador fluminense volta à tona, descoberto desta vez pelos homens da Esquerda ! O fato de um mesmo autor ser igualmente utilizado por correntes de pensamento opostas, parece-nos a maior garantia do valor de sua obra. É porque nela, de fato, há qualquer coisa que transcende dos estreitos limites ideológicos e defende postulados que não podem deixar de interessar a todos quantos, na Direita ou na Esquerda, ou mesmo sem posições extremas definidas, se disponham a dedicar um minuto de reflexão em torno dos problemas brasileiros.

Ultimamente vem sendo a obra torreana objeto de teses universitárias (nós mesmos participamos do julgamento de uma delas), uma das quais, a do Professor Adalberto Marson, já publicada em livro, vem como que complementar o esplêndido ensaio de Barbosa Lima Sobrinho, aparecido há quase quinze anos e sugestivamente intitulado **Presença de Alberto Torres**. É claro que não se poderia tomar hoje a obra de Alberto Torres sem submetê-la à crítica do tempo. Muitas de suas soluções talvez se nos afigurem atualmente ingênuas, mas pareceram ao autor apropriadas à época em que escreveu seus livros. O mesmo se poderá dizer dos autores que o editor Álvaro Pinto convidou para o inquérito com escritores da “geração nascida com a República”, publicado em 1924 com

o título de **À margem da história da República**: Vicente Licínio Cardoso, Gilberto Amado, Oliveira Viana, Ronald de Carvalho, José Antônio Nogueira e outros; ou, pouco depois, os livros da chamada **Coleção Azul** (pois todos tinham a capa dessa cor), do editor Schmidt, do Rio de Janeiro, que constituíram a primeira coleção de estudos políticos e sociais publicada no Brasil e cujos autores, entre outros, se encontravam Afonso Arinos de Melo Franco, Plínio Salgado, Alcindo Sodrê, Virgínio Santa Rosa e Martins de Almeida; ou de certos livros, análises excelentes da época, que estão fazendo jus a reedições, como, entre outros, **A verdade sobre a Revolução de Outubro**, de Barbosa Lima Sobrinho, **Outubro de 1930**, de Virgílio de Melo Franco ou **A República que a revolução destruiu**, de Sertório de Castro.

Já se disse que o Brasil nunca foi uma terra de pensadores. Monteiro Lobato tem a este respeito uma deliciosa e irreverente crônica, que nos dispensamos de citar, tão conhecida ela é. Mas, justamente por não sermos uma terra de pensadores, é que devemos valorizar os poucos que temos, tirando deles as sábias lições que suas obras encerram. Quase cabem nos dedos: Tavares Bastos, no Império; Alberto Torres, no início da República; e mais tarde, Vicente Licínio Cardoso, Oliveira Viana, Cândido Mota Filho, para chegarmos aos nossos dias com um Alceu de Amoroso Lima, um Miguel Reale, um Hélio Jaguaribe, um Michel Debrun, que, embora estrangeiro, (mas radicado entre nós) pode ser considerado o maior conhecedor do pensamento político brasileiro. Quer os do passado, quer os do presente, têm obras que o estudioso de nossa história jamais poderá dispensar se quiser ter da evolução brasileira uma idéia que não seja simplesmente fatural, mas embasada no mais legítimo pensamento filosófico, social, político, pensamento de que a crítica histórica não prescinde, ao contrário, procura valorizá-lo cada vez mais.

Há alguns anos, numa reunião do Departamento de História da Universidade de São Paulo em que se discutia a programação para o ano seguinte, causamos certo escândalo aos preclaros colegas quando anunciamos nossa intenção de ministrar um curso sobre a República. Ninguém, naquele alto instituto universitário, havia até, então, se abalanchado a tanto. Os cursos versavam quase que só sobre o período colonial e quando tratavam do Brasil independente, mal passavam de meados do século passado. Julgava-se que a República, próxima demais, não oferecia ainda condições para uma análise e invocava-se para tal escusa a clássica idéia levantada pela historiografia alemã da “perspectiva do tempo”, importantíssima sem dúvida, mas não exclusiva para a compreensão da História. Faltava bibliografia. A única “História da República” então existente, a de José Maria Bello, limitava-se ao aspecto político e, ainda assim, era considerada deficiente. Valemo-nos especialmente das fontes para a caracterização do que poderia ser,

embrionariamente, o pensamento republicano. Bem ou mal, o curso foi dado. E teve o mérito de abrir caminho. Hoje, quem examinar no mesmo Departamento de História os painéis onde se afixa a relação dos cursos ministrados, constatará uma esmagadora predominância de temas sobre a República. Assim também nos cursos de pós-graduação e na escolha de assuntos para as monografias e teses exigidas pela carreira universitária. Foi-se mesmo para o extremo oposto: ninguém mais quer estudar o período colonial ou o Império, deixando-os para os inúmeros **brazilianists** americanos que a todo instante publicam livros (e alguns muito bons) sobre nossa história.

Hoje, evidentemente, a situação é outra com relação às fontes para a história da República. Um só autor, como Edgard Carone, já publicou dez volumes, alternando textos com análises, sobre o período republicano. E Sérgio Buarque de Holanda, que não se animou a coordenar os volumes sobre a República de sua grande **História Geral da Civilização Brasileira**, encontrou em Boris Fausto um continuador que já promoveu a publicação de mais três volumes que, provavelmente, não serão os únicos. E, se as universidades brasileiras cuidassem mais de promover a publicação das teses que elas mesmas obrigam seus docentes a defender, teríamos um avolumamento considerável da bibliografia sobre o período republicano, dada a já mencionada preferência que ultimamente se vem notando em torno de temas relativos a esse período.

Mas, lamentavelmente, a ignorância e o desinteresse campeiam entre as novas gerações. Quando, em 1973, comemorou-se o centenário da Convenção de Itu e, conseqüentemente, os jornais, a todo instante faziam referências ao importante evento, achamos razoável incluir no concurso vestibular a importante estabelecimento universitário de São Paulo, de cuja prova de História do Brasil fôramos incumbido, uma questão sobre a famosa Convenção, já que ela estava na ordem do dia. Redigimos a questão da maneira mais simples e clara possível. Exatamente assim: “Que foi a Convenção de Itu, que se realizou na histórica cidade paulista, no dia 18 de abril de 1873”. Notem os ouvintes que a data, que quase sempre constitui o pavor dos candidatos a exames de História, já fôra dada na própria pergunta. Pois bem, pasmem os ouvintes: entre 175 candidatos, não houve uma resposta correta! e todos os candidatos tinham pelo menos o curso secundário completo e alguns havia até com curso superior! A questão, ou ficou em branco (na grande maioria) ou — o que é pior — veio com as mais disparatadas respostas. Houve quem escrevesse que a Convenção de Itu “foi uma reunião de fazendeiros para protestar contra a abolição dos escravos”... Outro respondeu que foi “uma reunião republicana chefiada pelo antigo regente do Império Padre Feijó”...; outro, ainda, respondeu que foi uma reunião para decidir se o Imperador deveria ou não ser expulso do país... Houve quem vinculasse a Convenção de Itu à revolução

liberal de 1842, à guerra da Cisplatina, à Guerra do Paraguai, à Independência, e por aí afora. As respostas recebidas dariam mais um volume do famoso **Festival de Besteiras** no estilo do falecido Sérgio Porto.

Risum teneatis ? perguntaria um romano antigo. De fato, é difícil conter o riso diante de tanta tolice. Sem querer dar uma de Conselheiro Acácio, bem poderíamos dizer que tudo isso seria muito divertido se não fosse triste. Sim, triste demonstração de uma ignorância que campeia desenfreada entre os nossos estudantes, obnubilando-lhes o próprio bom-senso e até a noção comum das coisas. Mas, não são eles os únicos culpados.

Há alguns anos, um ilustre presidente da República, ao inaugurar a nova sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, proferiu, em seu discurso, uma frase lapidar, dessas que devem ser guardadas para a posteridade, e que o Instituto, mui sabiamente, fez inscrever no **hall** de entrada do edifício. Disse ele: “Não se governa sem história e sem historiadores”. O que se lamenta é que tenha sido justamente o governo desse presidente que praticamente eliminou o ensino da História no curso secundário de nosso país, obrigando muitas Faculdades de Filosofia, por falta de mercado de trabalho, a fechar seus cursos de História, ou então reduzi-lo à vala comum dos “Estudos Sociais”, híbrido que não diz nada e que ninguém sabe o que deva ser. E enquanto não se proceder a uma reforma do ensino que dê novamente à História aquela posição que ela já teve em outras épocas, não poderemos ter esperanças de melhores dias para o ensino de nossa matéria. Ainda bem que existem instituições como esta, que não descuram de seus objetivos nem da missão de que se investiram quando de suas fundações, e procuram trazer sempre vivo o facho do culto à história, para que se não perca de vez a memória nacional, já tão ameaçada. E as efemérides, como a que comemoramos nesta noite, constituem oportunidades felizes para o avivamento dessa memória, ainda que seja pela voz pálida de quem vos fala.

*

ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS DE CAMPINAS NO INÍCIO DO SÉCULO

Benedito Barbosa Pupo

1 — Antecedentes

No último lustro do século XVIII, Campinas, cuja economia não mais repousava apenas na lavoura de subsistência mas na cana-de-açúcar, aqui próspera graças aos incentivos que essa cultura recebera do Morgado de Mateus, tornara-se autônoma, política e administrativamente, desmembrando-se de Jundiá. Na primeira década do século passado, a deduzir-se do plano dos campineiros elaborado para a construção da nova matriz de Nossa Senhora da Conceição, Campinas deveria ser uma cidade que, além de opulenta, possuía gente de muito bom-gosto. Se assim não fora, Vitoriano dos Anjos não teria sido solicitado para vir à nossa cidade a fim de realizar os finos labores artísticos que ornaram nossa Catedral Metropolitana. Construída com o açúcar e com o café, nosso templo é talvez a primeira manifestação relevante da cultura campineira. Obra que traduz mais a opulência, o desejo de ostentar o poderio econômico de nossa gente, como o gosto desta, a Catedral é, a meu ver, menos uma obra a revelar puro sentimento religioso dos habitantes que, graças à cana-de-açúcar e ao café, tinham condições para grandes cometimentos, como a construção da Catedral e do Teatro São Carlos. Neste, famosos cantores internacionais e Sarah Bernhardt, a grande trágica francesa, se exibiram, sem contar as memoráveis reuniões republicanas nele realizadas na década de 1881 a 1890.

O último quartel do século XIX foi rico de eventos na vida de Campinas, alguns de efeitos positivos, outros de resultados negativos. Se considerarmos, por exemplo, as epidemias de febre amarela ocorridas no final da penúltima e no início da última década do século, verificaremos que, ao lado do mal causado à cidade, essas epidemias motivaram as autoridades, induzindo-as ao saneamento de Campinas com o concurso do engenheiro Saturnino de Brito e do médico Emílio Ribas. O fato é que Campinas com as medidas da ação conjugada da medicina e da engenharia tornou-se uma cidade modelo sob o ponto de vista da higiene. A lição de Campinas serviu a Oswaldo Cruz que, no Rio de Janeiro, aplicou no combate à febre amarela os métodos aqui empregados por Emílio Ribas. Os que, depois de suas migrações para outras plagas, para aqui retornaram, encontraram uma cidade diferente, empenhando-se todos, então, na sua recuperação, na sua restauração. Como a fênix lendária, símbolo do nosso

renascimento, que figura no brasão da cidade, Campinas emergiu das cinzas e reiniciou a sua trajetória gloriosa, conquistando a posição de destaque que hoje desfruta entre as metrópoles brasileiras, não obstante os problemas (como os decorrentes da crise do café, de 1929) que tem enfrentado e superado.

O primeiro Colégio “Culto à Ciência” aqui nascido sob a influência da Maçonaria — tema que mereceu atenção de dois estudiosos da história da cidade — foi uma vítima do mal causado pelo “*Aedes aegypti*”. Surgiu depois, em 1896, outro estabelecimento que se instalou no mesmo prédio em que funcionara o primeiro, agora como “Ginásio do Estado”. Outros estabelecimentos de ensino, particulares como o “Internacional” (dos protestantes), aqui surgiram, mas o colégio oficial marcou a sua presença de maneira ímpar graças à plêiade de renomados mestres por ele trazidos para Campinas. O atual “Culto à Ciência”, que em homenagem ao primeiro, adotou o mesmo nome, acrescido da palavra “Estadual”, procura continuar as tradições de cultura que o tornou famoso no início do século, quando ainda era conhecido simplesmente como “Ginásio do Estado de Campinas”.

Capital agrícola do Oeste paulista, Campinas, que já contava com ferrovias desde 1872, reclamava um centro de estudos que fornecesse elementos aos nossos lavradores. Surgiu em 1887, por obra do Governo Imperial, a “Estação Agronômica de Campinas”, posteriormente transformada em “Instituto Agronômico” quando, em 1892, passou para o domínio do Estado. Como o Ginásio, que congregava expoentes das ciências e das letras, o “Agronômico” reunia também valores da ciência, químicos e botânicos, para aqui vindos com a missão de pesquisarem e orientarem nossos lavradores em suas culturas. Formavam eles um grupo de pessoas que, mesmo nas horas de lazer pensavam em termos de ciência, tanto assim que se reuniam à noite na Praça Visconde de Indaiatuba (mais conhecida como Largo do Rosário) para trocarem idéias. Ali, em suas tertúlias discutiam os problemas das ciências naturais, não tardando a constituírem, com outro grupo, o do Ginásio, um verdadeiro grêmio para debates sobre assuntos científicos, sob a luz das estrelas...

Segundo se lê na **Monografia histórica do Centro de Ciências, Letras e Artes** de Carlos Francisco de Paula, o Instituto Agronômico reunia um grupo notável de homens de ciência, a cuja frente se achava o diretor do estabelecimento, Dr. Gustavo Rodrigues Pereira Dutra, sucessor do Dr. Daffert, cientista europeu contratado pelo governo imperial para organizar a Estação Agronômica de Campinas. No Instituto, esses cientistas realizavam pesquisas, cujos resultados eram divulgados pelo seu órgão oficial, o **Boletim do Instituto Agronômico**. Através dessa divulgação Campinas projetava-se internacionalmente, pois o que se fazia aqui no campo dos estudos agronômicos era comentado e discutido pelas entidades

das outras partes do mundo, com as quais o nosso Instituto Agronômico mantinha correspondência.

Nas tertúlias surgiu a idéia de se fundar um grêmio de estudos de ciências naturais. A idéia foi bem recebida. Nos primeiros anos deste século ganhou vulto. O grupo reuniu-se para a concretização do ideal, transformando-o em projeto. O maranhense Coelho Neto, já com seu nome aureolado pela glória e que vencera o concurso para a cadeira de Literatura do nosso Ginásio do Estado, transferiu sua residência do Rio de Janeiro para Campinas, terra que foi berço de dois de seus filhos: Paulo e Zita, ambos dedicados às Letras, sendo que o primeiro veio a se tornar membro da Academia Carioca de Letras. Sob a influência do escritor maranhense, o programa do grêmio, que seria apenas dedicado às ciências naturais, foi ampliado, incluindo-se também as letras e as artes.

Em 1857 um grupo de rapazes fundou o clube de danças a que deram o nome de Clube Semanal. A princípio destinado exclusivamente à dança, realizava essa agremiação suas reuniões em casas de família, às quais dava o nome de “ensaios”. Posteriormente, constituiu-se, paralelamente a essa agremiação, outra para aquisição de sede própria. Com isso, o programa já previa saraus artísticos e literários. Em 1914 fundava-se outra entidade com o fim de promover saraus musicais. As duas primeiras — o clube de dança e a entidade proprietária do prédio — fundiram-se numa só. Em 1915, um novo grêmio, dedicado à cultura artística, surgiu em Campinas, fundindo-se entretanto em 1916 com a agremiação resultante da fusão das duas entidades anteriormente mencionadas.

2 — Uma visão do século XIX

“A cidade — segundo Donald Pierson — tem características não apenas físicos, mas também sociológicos; não é só uma massa de edifícios e de vias; é uma **cultura**”. Não tomo aqui a palavra **cultura** na sua acepção ampla, mas apenas a usarei para os aspectos intelectuais e artísticos de Campinas. Para se compreenderem os fatos ocorridos nesses dois campos em nossa cidade nos primeiros trinta anos do século XX, não se pode fugir ao exame da situação cultural de Campinas durante o século XIX. Wanderley Pinho, em seu livro **Salões e Damas do Segundo Reinado**, depois de relatar as atividades na capital da Província, tem palavras amáveis sobre a nossa cidade: “Campinas podia talvez disputar a palma e a precedência nessa reação de cultura e desembaraço social”. Justificando, e com base em notícias de **A Província de S. Paulo**, o autor apresenta em três parágrafos o relato do que ocorria aqui nas décadas de 80 e 90:

“Lá iam ter de certa época em diante algumas companhias teatrais que chegavam à capital.

Campinas ouvia concertos dirigidos por Sant'Ana Gomes desde 1877, onde aparecem as pianistas Placidina do Amaral e Maria Isabel Gomide e cantoras Francisca Jacobina, Letícia Ralston e Adélia Abreu.

Em 1881 e 1882 fazem boa figura nos saraus musicais dos clubes Sociedade Carlos Gomes e Clube Semanal: Sant'Ana Gomes, Ana Matilde Pinto, Placidina do Amaral, Teresa Pompeu, Adelaide Lopes de Sousa, Ana Sales, Maria José e Francisca de Paula Lopes Camargo, Ana Esméria Lobo”.

Recuando um pouco no tempo, até 1865, ano em que Alfredo d'E. Taunay (o futuro Visconde de Taunay), como integrante da unidade de nosso Exército comandada pelo Coronel Drago, passou alguns meses em nossa cidade, Campinas já apresentava grande contraste com a capital. Comentando as referências lisonjeiras a Campinas, no paralelo que o autor da **Retirada da Laguna** faz de nossa cidade com São Paulo, Wanderley Pinho assim se refere à sociedade local: “Esse retraimento da gente da capital fazia contraste com a expansão e cortesia da sociedade campineira onde tudo exigia elogio do missivista”.

Interessante é verificar-se o que ocorria aqui no campo cultural no último ano do século XIX. O almanaque **A Cidade de Campinas em 1900**, organizado por Leopoldo Amaral e editado pela Casa Livro Azul, é a fonte onde se podem haurir as informações desejadas. Pela relação das instituições, que eram muitas no último ano do século, pode-se muito bem conhecer a vida cultural de Campinas e a atividade de sua gente quanto à cultura intelectual e artística. É claro que não posso apresentar tal situação em suas minúcias. Mas para que se compreenda o que irá acontecer logo em seguida, de 1901 a 1930, a visão panorâmica que se tem pela leitura do **Almanaque** de Leopoldo Amaral é suficiente.

Um fato que chama logo a atenção do leitor é a presença de escandinavos em Campinas, os quais, pelo que se deduz das informações sobre entidades campineiras em 1900, chegavam a constituir uma colônia. Sabemos que além de franceses, espanhóis, italianos e portugueses, dispersos pelo município, havia etnias como a americana, a alemã, a russa e a suíça, aglutinadas em pontos de eleição do território municipal. A colônia escandinava pertencia ao grupo dos não concentrados em núcleos. Fundada em 1897, a Sociedade Escandinava de Leitura — **Norden** — tinha por fim proporcionar aos associados a leitura de livros e jornais (naturalmente, de preferência, os da península). Havia ainda, desde 1893, a Sociedade Scandinava, que reunia os “filhos das terras irmãs da parte mais norte da Europa”. Eram diretores da primeira, em 1900, os Srs. Carlos Sevelin, presidente; Gustavo Modén, secretário; e Pedro Larsen, tesoureiro. Da segunda, era presidente o professor Gustavo Enge, tendo como outros diretores os Srs. Alfredo Barthelson e B. Haurwitz.

Com o fim de “proporcionar belas reuniões familiares desenvolvendo o gosto pelas artes e muita sociabilidade”, os alemães haviam fundado a Sociedade Alemã de Canto — “Concórdia” — para “o cultivo da música do canto coral (em quartetos)”. Esta sociedade, como se verá oportunamente, desempenhou papel importante em 1903, por ocasião da encenação da peça **Pastoral**, escrita em Campinas por Coelho Neto para as festas do Natal daquele ano. Outra agremiação cultural germânica, que fora fundada em 1890 para “cultivo da música de canto”, era a “Deutscher Handwerker Gesangverein Eintracht”, tendo como professor o Sr. Carlos Zink.

O Clube Mozart compunha-se exclusivamente de discípulas do professor de piano Luís de Pádua, pai de Djalma de Campos Pádua, também pianista e emérito compositor, sucessor do pai no Colégio Progresso Campineiro. Fundado em 1884, tinha esse clube por finalidade “fazer propaganda de autores brasileiros e estudos de autores clássicos”.

Merece menção o **Quarteto**, conjunto formado pelos três irmãos Joaquim, Cândido e Antônio Álvaro de Sousa Camargo, respectivamente violino, flauta e bombardino, completado pelo professor José Braccheto, piano, a quem competia dirigir os ensaios.

O irmão de Carlos Gomes, José Pedro de Sant’Ana Gomes, dirigia a Orquestra Campineira. Outros conjuntos musicais havia também aqui, dos quais se destacavam sete bandas, duas delas em fazendas, uma pertencente a D. Isolina Barbosa Aranha e outra ao tenente-coronel João Francisco Aranha.

Sabe-se que o artista-joalheiro Emílio Décourt veio para nossa cidade, aqui se estabelecendo e constituindo família, atraído pela fama de Campinas como local onde havia riqueza e bom-gosto. Trabalhando em Paris, no “Palais Royal”, quando o Imperador Pedro II encomendou à firma Luís de Resende, do Rio, os adereços destinados às suas filhas, Emílio Décourt foi escolhido para integrar o grupo de artistas que executaria a obra de acordo com as exigências do imperial cliente. É que D. Pedro exigira que as peças fossem feitas no Brasil com material brasileiro. Emílio Décourt, terminado seu trabalho, veio para Campinas. Quais os motivos por que Campinas possuía em 1900 retratistas a “crayon” e pintores a óleo e de aquarelas? Seriam os mesmos que influíram em Emílio Décourt? O fato é que, ao findar-se o século, nossa cidade contava com três retratistas da primeira especialidade e dois da segunda. Os retratistas a “crayon” que o **Almanaque** cita são: Francisco Brás da Silva, A. de Rubbo e B. Magno. Os outros, Agnelo Correia e Alfredo Norfini.

A professora Maria Lúcia de Sousa Rangel Ricci citou, em sua conferência, palavras de Henrique de Barcelos pouco lisonjeiras a

Campinas, escritas em 1872. O mesmo jornalista mostra uma Campinas diferente em 1900, neste trecho, extraído de um seu escrito publicado no **Almanaque**: “Na ordem intelectual, além dos colégios particulares para ambos os sexos, foi Campinas dotada pelo Governo do Estado com o Grupo Escolar (curso intermediário) onde recebem instrução cerca de quatrocentas crianças; e o Ginásio (curso secundário) onde os que ali completam o curso obterão o diploma de bacharel em letras e ciências”. No tópico seguinte, escreveu: “Traço saliente do caráter campineiro é a sociabilidade e daí a criação e instalação de associações recreativas, literárias e artísticas. E é dever consignar-se que entre nós, nestes últimos tempos, tem-se avolumado o gosto pelas belas-artes, especialmente o desenho, a pintura e a música, cultivados por distintas senhoras que denunciaram seu talento em várias exposições públicas.”

Podemos agora entrar em 1901 para apreciar alguns aspectos da cultura campineira no início de nosso século.

3 — O “Centro” e o “Cultura”

Ao iniciar-se este século, Campinas era uma grande igreja cercada de casas por todos os lados. Contrastando com o casario rasteiro, onde um ou outro sobrado erguia-se timidamente, a imponência da futura Catedral Metropolitana impunha-se aos olhos de quem lançasse suas vistas pelo aglomerado urbano, de qualquer ponto dos campos ou lavouras adjacentes, dominando a paisagem citadina. O município possuía então cerca de 70 mil habitantes, dos quais provavelmente 50 mil estavam na zona rural. A sua área arruada e edificada era de 13 mil metros quadrados.

Em 1913, naqueles 13 mil metros quadrados, a população da cidade era de pouco mais de 40 mil habitantes, que moravam em 5901 prédios. Em comparação com a metrópole de hoje, representava a população menos de 10% da atual e a área arruada pouco mais de 16% da área urbana do momento.

O século XIX legara para Campinas duas instituições que congregavam valiosos elementos altamente qualificados nas ciências e nas letras, os quais, logo no alvorecer do século XX iriam criar o **Centro de Ciências, Letras e Artes**, cuja fundação se deu a 31 de outubro de 1901. A origem desta agremiação, que tanto prestígio deu à cidade, pela sua ação no campo da cultura, deve ser procurada nas instituições surgidas no último quartel do século passado: o Instituto Agrônômico e o Ginásio do Estado.

A idéia primitiva de fundar-se um grêmio para estudos das ciências naturais foi ampliada com a adição do culto às letras e às artes. Teria a entidade, segundo se deduz do projeto de estatuto então elaborado,

a finalidade de promover e propagar essas ciências (a química e a botânica) e das que com elas se relacionassem. Especificava-se ainda que caberia à entidade contribuir para melhorar a agricultura e a pecuária do país, vulgarizar os estudos das moléstias das plantas e dos animais, bem como os meios de debelá-las. Eis mais um item importante: “Esforçar-se pela adoção e prática de leis florestais e protetoras da fauna e flora brasileiras”.

Já foi dito que o primeiro nome proposto foi mudado para “Centro de Ciências, Letras e Artes”, por sugestão de Coelho Neto. Dando muita ênfase às ciências, a nova agremiação campineira não daria muita importância no início de suas atividades aos outros setores. Este fato é enfocado tanto por Pelágio Lobo como por Carlos F. de Paula. O primeiro, falando do “Centro” por ocasião do quinquagésimo aniversário de sua fundação, disse textualmente, referindo-se ao programa primitivo: “Esse programa encaminhado a estudos de ciências naturais afastava da organização elementos valiosos”. Se a crítica de Pelágio Lobo nesse trecho citado se restringe ao programa, Carlos F. de Paula, em sua **Monografia**, vai além ao referir-se às atividades artísticas e literárias do “Centro”, no capítulo “O Clube do Livro Azul, complemento musical e artístico do Centro”. Quando tratar da Casa Livro Azul, que bem merece uma boa referência pelo papel que desempenhou na cultura campineira, relatei alguns fatos relevantes desse estabelecimento. Por ora limito-me a transcrever o que escreveu Carlos F. de Paula:

“A parte literária e musical não tinha ainda guarida no Centro, que era de feitio provecto. Dele se deslocara para a sede da Casa Livro Azul convertida em Clube do Livro Azul e, mais tarde, quando da representação da **Pastoral** de Coelho Neto, para o Teatro São Carlos. Em 1902, enquanto no Centro seus fundadores dissertavam sobre temas científicos, Coelho Neto iniciava os seus saraus, dando início à série dos que visavam a valorizar a música brasileira e as cantigas populares dentro de programas que o seu bom-gosto compunha com a ajuda preciosa de D. Gaby. Num deles, chamado Sarau de Estímulo, realizado a 13 de maio de 1902, no programa que ainda possuo, impresso a duas cores, como intróito das três partes, a primeira com a profonia do **Guarani**, a segunda com **As Estações**, episódio romântico de Coelho Neto com música de Alberto Nepomuceno – leio os nomes de três “speakers” juvenis aos quais Coelho Neto confiara o exórdio explicativo, numa linguagem cantante de que ele tinha o segredo e tão bem se casava com os temas musicais que ali se desenvolviam. Esses meninos, hoje sexagenários, eram Tasso de Magalhães, Martim Egídio Nogueira e Pelágio Lobo. Corriam paralelas essas atividades: aqui as pesquisas e debates científicos e no Livro Azul e no palco do Clube Campineiro os saraus em que o bom-gosto e o espírito artístico do casal Coelho Neto finalmente cintilavam”.

Um inventário completo das realizações do “Centro” seria impraticável neste relato em que procuro focalizar aspectos (apenas alguns) da cultura campineira naquele período de trinta anos. A **Revista** é uma delas. Outra promoção da entidade eram as conferências, depois publicadas na revista. Os mais palpitantes assuntos eram focalizados e debatidos pelos que compunham o quadro dos sócios efetivos ou correspondentes, assim como convidados. No “Centro”, Gustavo Enge, lente de Geografia do Ginásio do Estado, fez várias conferências sobre a geografia moderna. Foram essas conferências o brado de alerta para a renovação do ensino geográfico em nosso país. Adotando os métodos posteriormente preconizados por Delgado de Carvalho e cerca de trinta anos depois usados na Universidade de São Paulo a partir de 1934, Gustavo Enge lecionava no Ginásio do Estado a matéria por um método mais científico e mais condizente com as necessidades do ensino.

Não cabe aqui a história completa do **Clube Semanal de Cultura Artística**, agremiação de grande significação na vida cultural de Campinas no período em foco, mas é preciso que se diga alguma coisa a seu respeito para situá-lo no panorama da cultura campineira. O Clube resultante da fusão do “Clube Semanal”, sociedade de dança fundada em 1857 e do “Grêmio de Cultura Artística” surgido em 1915, teve intensa atividade no campo artístico do período. Rafael Duarte em seu trabalho **Crônica do Clube Semanal de Cultura Artística: Página da História de Campinas**, assim relata as origens e a atividade da agremiação em seus primeiros anos de vida: “No decurso de 1914, aos derradeiros meses desse ano, reuniamo-nos à noitinha no salão do Clube Campineiro, então instalado no prédio atualmente ocupado pelo Clube Semanal de Cultural Artística, Jorge H. Klier, Otávio Neto, Fritz Gotwald e quem esta redige; os três primeiros em um “trio” magnífico de piano, violino e violoncelo e o quarto como redator dessas excelentes “serestas” musicais preparadas pelos exímios musicistas. Tais ensaios de per si constituíam brilhantes interpretações de clássicos consagrados. Foi então que nos ocorreu a idéia de se criar um Grêmio de Cultura Artística, aproveitando tão excelentes elementos, indispensáveis ao bom êxito da idéia”.

Conta-nos ainda Rafael Duarte que o sócio do novo Grêmio, Sr. A. B. de Castro Mendes, cedera para sede da agremiação a sua sala de trabalho na Casa Livro Azul, estabelecimento de sua propriedade.

Uma orquestra “composta de algumas senhorinhas violinistas e diversos senhores sócios e mais alguns elementos a convite da Diretoria — escreveu o cronista citado — apresentando um conjunto de trinta ou mais executantes” foi organizada, sendo nos primeiros tempos dirigida pelo violinista professor Fritz Gotwald.

Na década de final 30 ainda eram frequentes os saraus culturais proporcionados pelo Clube, dos quais participavam os maiores nomes das

letras e das artes, principalmente da música. Guiomar Novais ali tocou muitas vezes. Ali surgiu Ofélia Nascimento. Após a mudança do Clube Campineiro para seu novo prédio, o **Cultura** passou a Rua Barão de Jaguará esquina de General Osório. Foi nesse prédio que Campinas recebeu Ofélia Nascimento, no seu regresso de Leipzig. Nessa cidade alemã a nossa patrícia fizera brilhante curso com Max Pauer.

Vale a pena recordar aqui a ação de Campinas em favor daquele jovem e promissor talento que aqui desabrochara. Nascida em Ribeirão Preto, Ofélia veio para Campinas, aqui estudando piano com Graziela Sidow e, depois, com o pianista português, grande intérprete de Liszt, Raimundo de Macedo. Retirando-se este para a Europa, Ofélia foi estudar com Luigi Chifarelli em São Paulo, mas este, por doença, a teve pouco tempo sob seus cuidados, indo Ofélia para o Rio estudar com Oscar Guanabario.

Sua apresentação em Campinas foi a 22 de outubro de 1921, no salão do **Cultura**. Reconhecido o talento da então menina, carinhosamente tratada pelos campineiros por Cicina, todos em nossa cidade se interessavam pelo futuro artístico da jovem que necessitava de aperfeiçoar seus estudos na Europa. Os campineiros não falharam. Em março de 1925 dirigiram uma representação ao Governo do Estado em favor de Ofélia e está pôde ir para a Europa, de onde regressou consagrada em 1928.

4 — O “Clube Livro Azul” e Coelho Neto

Fundada em fins de 1876 pelos Srs. Antônio Benedito de Castro Mendes e Joaquim Roberto Alves, a Casa Livro Azul iniciou-se modestamente como oficina encadernadora. Naquela época, os impressos eram feitos apenas na **Gazeta de Campinas** (primeira fase), em **O Constitucional** e no **Diário de Campinas**. Durante a sua existência teve papel relevante na cultura campineira, não só como empresa gráfica, editora de livros, como no desenvolvimento da música na qualidade de vendedora de pianos. De 1888, ano em que recebeu os primeiros pianos, até 1926, quando comemorou o seu cinquentenário, a Casa Livro Azul havia vendido em Campinas cerca de 500 desses instrumentos, segundo depoimento de seu proprietário, Sr. Castro Mendes.

É preciso levar-se em conta que no início do século havia aqui outras casas, como a Genoud, Mascote e outra, também vendedora de pianos. Havia naquele tempo verdadeiro culto do piano, a que poderíamos chamar de pianolatria campineira. A Casa Livro Azul possuía um salão em que se reuniam os aficionados da música e das palestras literárias, o que deu origem ao “Clube Livro Azul”, fundado em 1903. Lê-se num relatório do próprio estabelecimento que ali se realizavam os “Concertinhos Livro

Azul”, em que tomavam parte todos os amigos da casa, apreciadores das artes e elementos de destaque da sociedade campineira.

Coelho Neto era figura de destaque nas reuniões. Em 1903, a pedido do Sr. Castro Mendes, se propôs a escrever um apólogo para ser representado pelo Natal. O apólogo se transformou numa peça em três atos, exigindo grande montagem, razão por que se tornava impraticável a sua apresentação no “Clube”. Foi transferida para o Teatro São Carlos, sendo representada na noite de 25 de dezembro daquele ano, com grande êxito. Dedicada pelo autor ao Sr. A. B. de Castro Mendes, a **Pastoral** voltou a ser encenada em Campinas em 1933 sob a direção do teatrólogo conterrâneo Amilar Alves, neto de Joaquim Roberto Alves, encarregando-se da representação um grupo de amadores de nossa terra. Posteriormente à apresentação de 1903, a **Pastoral** foi representada no Rio de Janeiro, no Parque Fluminense, e em Portugal, no auditório da Feira de Amostras de Lisboa.

Na edição definitiva dessa obra, publicada pela Livraria Chardron em 1923, o autor finaliza o prefácio com esta exaltação a Campinas: “Campinas, cidade formosa e amena, onde colhi um trevo de ventura do qual me tomaste uma das folhas, que pena eu tenho de não poder gravar em estrofes perenes todo o bem que te devo e a grande saudade que de ti conservo no mais íntimo do coração”.

Vindo residir em Campinas para no ginásio oficial da cidade reger a cadeira de Literatura, Coelho Neto desenvolveu aqui grande atividade em favor de nossa cultura, não só no magistério como fora dele, congregando em torno de si grande número de intelectuais e artistas. Aqui ele conheceu a 1^o de novembro de 1902, Euclides da Cunha, que veio a Campinas especialmente para ler os originais de **Os Sertões** para o escritor maranhense. Eis o que escreveu a propósito de sua fixação aqui:

“Assim pensando dentro de mim quando deixei o Rio, mudando-me para Campinas, resolvi implantar-me na cidade radicando-me do seu solo, familiarizando-me com a sua gente e tão bem o fiz que o tempo que ali vivi — e foram três anos ! — passou tão rápido que hoje, se o recordo, tenho-o por um sonho feliz, desses que a gente lastima que se não cumpram e deseja readormecer para os continuar”.

No prefácio à **Pastoral**, escreveu Coelho Neto as palavras que se seguem, pelas quais o leitor fica sabendo como surgiu a peça:

“Este **evangelho**, escrito em dois dias para a vigília do Natal que pretendíamos celebrar na casa do presidente do Clube Livro Azul com a colaboração artística que lhe deram a meu pedido Henrique Oswald, Francisco Braga e Alberto Nepomuceno e o corpo de coros da sociedade alemã Eintracht, tanto avultou que foi necessário levá-lo para o Teatro São Carlos, onde foi representado na noite de 25 de dezembro de 1903.”

Para se ter uma idéia do esmero com que se cuidou do espetáculo basta lembrar-se que os cenários foram desenhados por Henrique Bernardelli, para o 2º ato, e por Julião Machado, para o 3º, cabendo a Alfredo Norfini o esboço do 1º. Este artista executou todos os cenários da peça. Os figurinos para as personagens foram cuidadosamente estudados e concebidos, deles se encarregando Rodolfo e Henrique Bernardelli, Aurélio de Figueiredo e Alfredo Norfini. A música foi executada por uma orquestra de Campinas. “A orquestra, de amadores, na qual havia desde um deputado federal (2º violino) até um sapateiro (trombone) — é o próprio Coelho Neto que nos conta — foi ensaiada por um guarda-livros, Olegário Ribeiro. Os coros da Eintracht foram dirigidos pelo professor Iahn tipo a Hans Sachs. Francisco Braga e Alberto Nepomuceno foram expressamente a Campinas para reger a orquestra nas duas primeiras noites. A montagem foi luxuosíssima.”

Sobre o primeiro encontro de Euclides da Cunha com Coelho Neto na casa da então Rua Francisco Glicério, há um episódio pitoresco, oriundo da brincadeira de alguém. Foi o seguinte: Coelho Neto costumava fazer seus cigarros, ele mesmo, tirando o fumo de um pote que tinha em sua sala. Alguém advertira Euclides: se Coelho Neto apanhar o pote e começar a fazer cigarro, é porque é hora da visita ir-se... Euclides, levado por César Bierrenbach, estava na sala conversando quando Coelho Neto começou sua operação. Levantando-se abruptamente, saiu pisando duro. Da janela, Coelho Neto contemplou esta cena: Euclides indignado e César rindo, desbragadamente... Explicada a situação a Euclides quanto ao hábito de Coelho Neto fazer seus próprios cigarros, paciente e cuidadosamente, sem outras intenções, Euclides, que se hospedara no Hotel Pinheiro, voltou à noite à residência do escritor levando apenas parte dos manuscritos. Coelho Neto ouviu-o sem fumar...

Sobre este segundo encontro dos dois expoentes de nossa Literatura, escrevi no **Correio Popular** de 27 de abril de 1972 este tópico: “Coelho Neto, preocupado com o interior da casa, onde algo de importante acontece, levanta-se algumas vezes para sondar o que se passa lá dentro. Euclides, desconfiado, acompanha seus movimentos. Eis que chega o Dr. Sousa Brito. Dispensam-se as apresentações, pois Euclides e o médico já se conhecem. Por este, toma conhecimento do que ocorre na casa de Coelho Neto. Alguém está para chegar. Euclides desculpa-se, mas volta no dia seguinte para pedir notícias. Anuncia-se-lhe o nascimento do filho de Coelho Neto, Paulo, que no futuro se tornaria também escritor. Congratulando-se com o pai, Euclides diz: “Este cavalheiro tem obrigação de me querer bem, porque entramos no mesmo dia nesta casa.” Despede-se e vai para Lorena.

5 — Intelectuais e Artistas

Não podendo apresentar um inventário completo de todas as instituições culturais de Campinas e dos intelectuais e artistas que deram contribuição de forma positiva para a nossa cultura nos primeiros trinta

anos deste século, limitar-me-ei a focalizar alguns dos elementos mais expressivos. Assim, dentre os nomes que mais estiveram em evidência, escolho os de Ruy Martins Ferreira, Gérson Pompeu Pinheiro, Aristides Monteiro, Vítor Caruso e Amilar Alves. Dois órgãos da imprensa campineira — **Gazeta de Campinas** e **A Onda**, surgidos ambos em 1921 — terão também o seu quinhão neste relato.

A **Gazeta de Campinas**, órgão do Partido Republicano Paulista (PRP), surgiu a 1^o de maio daquele ano, circulando até 24 de outubro de 1930, dia em que, com a deposição de Washington Luís, foi empastelada. Aristides Monteiro que, pelas colunas do extinto **Comércio de Campinas**, lançará no princípio de 1921 um artigo “Um certo literário em Campinas,” agitara os jovens intelectuais da cidade. Surgindo em maio daquele ano, a **Gazeta**, que adquirira o acervo do **Comércio de Campinas**, Aristides Monteiro, em 1923, criou no novo jornal a “Seção dos Novos”. O jovem Aristides, que já se revelara excelente poeta, atraiu para a sua seção o grupo de amigos que se reunia habitualmente na Casa Genoud ou no Café Guarani, em animadas tertúlias literárias.

Em seu recente depoimento sobre o momento literário que Campinas então viveu, Aristides Monteiro relata como se iniciou o movimento de que se originou a “Seção dos Novos”. Jovem de vinte anos, o poeta não se conformava com o marasmo de Campinas, reagindo com o seu artigo e com a criação do rodapé da **Gazeta de Campinas**. Ele nos conta como foi para aquele jornal:

“Em linhas gerais e visando exclusivamente à anotação histórica, pode dizer-se que a **Seção dos Novos** da **Gazeta de Campinas** foi criada durante a gestão de Galdino de Moraes Alves, em fins de 1923. Ele admitiu-me na redação sob o título pomposo de redator-literário e cronista de arte; e para justificar essa finalidade ofereceu-me um rodapé semanal (além de minhas atribuições diárias) para ser preenchido sob a minha inteira responsabilidade com artigos de interesse literário, prosa e verso, com o objetivo de agitar idéias e movimentar o ambiente intelectual campineiro, na época mergulhado em completo marasmo. Para avaliar-se o grau dessa estagnação, basta lembrar que mesmo as ruidosas manifestações ocorridas em São Paulo com o impacto da Semana de Arte Moderna e suas continuadas irreverências não tinham tido qualquer repercussão em Campinas”.

Os nomes dos primeiros a entrarem para o grupo são encontrados neste tópicio de Aristides Monteiro: “A esse primeiro chamado estiveram presentes Hildebrando Siqueira, prosador vanguardista; Helvídio Gouveia, poeta e cronista, um dos mais entusiastas; Miguel Cione, poeta cheio de refinamentos delicados; Hugo Werneck de Castro, poeta; Alberto Sarmiento, cronista; João de Souza Ferraz, poeta e prosador com

tendências filosóficas; e o mais culto de todos, Rui Martins Ferreira, pintor e cronista que, quando irrompia qualquer efervescência de idéias antagônicas, ditava os postulados do **juste milieu** estético. Este foi meu companheiro inseparável e representou uma das melhores influências que tive em minha mocidade”.

Em 1924 Galdino de Moraes Alves entregara a redação para José Dias Leme, talento polimorfo, e a “Seção dos Novos” passara a denominar-se “Literatura”. Aristides deixara a redação em 1924, mas os frutos da árvore por ele plantada foram colhidos durante vários anos.

Artista, pintor, contista, assim pode ser classificado Rui Martins Ferreira. Tendo estudado artes na Itália, em Florença, foi professor de desenho de nosso Ginásio do Estado. Sua atuação no campo da pintura foi brilhante, conquistando vários prêmios. Na literatura, entretanto, Martim Ruiz (pseudônimo que adotou) tem publicado magníficos contos. Sua influência, como acentuou Aristides Monteiro, foi grande entre os jovens intelectuais de Campinas. Magníficas ilustrações suas a traço são encontradas em “A Novela Sentimental” e “Novela Nacional”.

Houve no período em foco grande surto epidêmico de trocadilhos. Para se falar em trocadilhos, ou melhor da trocadilhomania da época, temos que falar de **A Onda**, revista que circulou na cidade durante algum tempo, e para se falar em **A Onda**, temos que falar de Vítor Caruso. Fundada por esse intelectual conterrâneo e Domingos de Andrade, **A Onda** constituía um dos atrativos da gente campineira. Não posso estender-me sobre essa fase para não transformar este relato numa seção de piadas... Mestre do trocadilho, Caruso não ficava, no campo do humor, apenas nesse setor. Seus versos humorísticos, entre os quais figuravam traduções de Trilussa, são citados por vários autores de coletâneas. Em **De barriga p'ro ar**, impresso na Casa Genoud em 1915, encontramos estes versos: “**O Leão Reconhecido** – No africano deserto, um leão gemente/Que tinha um pé varado por um dardo,/Foi salvo por cirurgião tenente./ – Bravo ! da dor tu me tiraste o fardo,/Disse. Quero mostrar-me agradecido./A que posso servir-te, meu amigo ? /Queres ser promovido ? /Pois bem: conta comigo./Nem se passava a noite, deu-se pressa/De manter a promessa./Melhor que um Cavalheiro/Correu para o tenente: Companheiro/Já consegui a tua promoção: – Comi o capitão”.

De Amilar Alves, teatrólogo, que, com seu **João da Mata**, recebeu elogiosas referências da Academia Brasileira de Letras, muito se teria a dizer. Como Benedito Otávio, outro teatrólogo de valor na literatura campineira, Amilar Alves exerceu muita influência na vida teatral de Campinas. Sua atuação, entretanto, não foi só no teatro. Foi pioneiro na cinematografia brasileira, pois que, com o “Ciclo Campineiro de

Cinema”, iniciado em 1923 com a filmagem do drama **João da Mata**, por ele dirigido, marcou o advento de nova fase para o cinema no Brasil.

Nas artes plásticas, Campinas possuía também alguns autênticos valores, como Lellio Colluccini, na escultura; Salvador Caruso, Ruy Martins Ferreira e Caldarelli, na pintura. Um nome — o de Gérson Pompeu Pinheiro — deve ser mencionado não só pelo seu valor, mas pelas circunstâncias em que iniciou sua vitoriosa carreira artística. Em 1922 pude admirar na Exposição Comemorativa do Centenário da Independência, realizada no antigo Instituto Profissional “Bento Quirino”, um quadro a óleo intitulado “Homenagem do Presente ao Passado”, feito pelo menino campineiro de doze anos de idade, Gérson Pompeu Pinheiro. Esse quadro foi para o Rio e, na Exposição Internacional do Centenário recebeu menção honrosa. Antes, Gérson, com onze anos, havia feito um retrato em tamanho natural de D. Pedro II. Sobre o primeiro citado, uma revista de artes plásticas escreveu que Gérson “sem qualquer estudo de pintura compôs e pintou a tela Homenagem do Presente ao Passado” e acrescentou: “Esse quadro a óleo, que encerra numerosas dificuldades de execução uma vez que se trata de um interior, com duas figuras de corpo inteiro, móveis, planejamento e paisagens...” Detentor de várias láureas, esse nosso conterrâneo da primeira década ostenta entre elas a Grande Medalha de Ouro, conquistada quando concluiu o Curso Especial de Arquitetura, em seu “grau máximo”. Entre os vários cargos que ocupou, foi diretor da Escola Nacional de Belas-Artes.

Ao encerrar este relato sobre alguns aspectos da vida cultural campineira no início deste século, repito minha afirmação inicial: o período foi rico de eventos. Que os estudiosos da História de Campinas voltem suas vistas para ele, e elejam alguns de seus temas para estudos mais aprofundados, são os votos que faço.

*

SANTA CLARA NA REVOLUÇÃO FEDERALISTA DE 1893

Hilda Agnes Hübner Flores

A Revolução Federalista de 1893 — reação à excessiva centralização da jovem República — alastrou-se inicialmente pela zona da campanha gaúcha, para nos dois últimos anos atingir também municípios de povoamento alemão ou teuto, como Nova Petrópolis, Montenegro, São Sebastião do Caí, Taquara, Santa Cruz do Sul, Taquari, Venâncio Aires, Lajeado, Estrela, Arroio do Meio, Teutônia, Encantado.

Piquetes Governistas (pica-paus) e Federalistas (maragatos) incursionavam pelas sedes dos municípios e pelas Picadas interioranas, pilhando objetos e gêneros alimentícios, requisitando animais de abate e de montaria, seqüestrando “voluntários” e, às vezes, causando mortes. A violência recrudescceu à medida que os colonos tentavam de alguma forma se defender, oferecendo resistência.

Além das duas facções oposicionistas atuaram também na região do Taquari grupos de assaltantes conhecidos por “serranos” ou “ervateiros”, porque procedentes da região montanhosa da redondeza (Soledade ?), de ervais nativos. Eram oportunistas que, mesmo não sendo Federalistas, assumiram atitude hostil contra o Governo. Segundo Firmbach, surgiram em réplica à atuação facciosa da imprensa (cita o *Pionier*) e de Intendentes municipais que faziam recrutamento forçado para suas fileiras.

Theodor Firmbach, médico residente em Estrela, em 1896, editou naquele ano o opúsculo *Die Deutsch-brasilianische Pikade Santa Clara im Revolutionsjahre 1895* (“A Picada brasileiro-alemã de Santa Clara no ano revolucionário de 1895”), Tip. do Centro, Porto Alegre, no qual coloca sua visão acerca da atuação dos diferentes grupos beligerantes que incursionavam pelas Picadas de Venâncio Aires e Lajeado, destacando a corajosa defesa de Santa Clara, pequena localidade distante, hoje, cerca de 20 minutos de Lajeado, que à época estava em pleno desabrochar, pois fora povoada por imigrantes alemães havia cerca de duas décadas.

O opúsculo de Firmbach constitui importante documento, ao lado de informes da imprensa da época e de depoimentos testemunhais, pacientemente coletados pelo jesuíta Alberto Träsel (*Der Maragatenkrieg*, 1960). Serve de base para o presente artigo.

De maneira geral o imigrante alemão não teve vivência política na Europa, e no Brasil sentia-se realizado em sua propriedade rural de

economia de subsistência do tipo familiar. Manteve-se afastado de posicionamentos políticos, ainda mais que estava carente de liderança desde o falecimento, em 1890, de Carlos von Koseritz, o grande líder da germanidade. O agrupamento político dos colonos alemães sob forma de associação ou partido político, tentado por Koseritz, dera resultado infrutífero, de sorte que as colônias alemãs encontravam-se inteiramente desprotegidas, não contando senão com suas próprias forças quando se tratava de defender suas propriedades da ganância dos revolucionários.

Na região enfocada por Firmbach atuaram sob as ordens do temido maragato Zeca Ferreira os chefes Palmira, José da Rocha, cap. Antônio Ribeiro dos Santos e Altenhofen, este último o único a respeitar os direitos dos colonos, atitude que as tropas do governista Santos Filho não souberam manter, embora dizendo-se em missão protecionista aos colonos.

Quando os maragatos invadiram Estrela, causaram inquietude pelos arredores. Os moradores de Santa Clara decidiram posicionar-se ao lado da autoridade constituída, propondo-lhe fornecer gêneros alimentícios e animais, desde que devidamente requisitados, o que efetivamente ocorreu por duas vezes.

Os maragatos transitavam pelas Picadas geralmente em incursões rápidas, subtraindo dos colonos aquilo que lhes parecia útil: mantimentos, animais, arreios, pelegos, mantos etc. Tudo isto era de real valor para os colonos, porque adquirido penosamente, com labor e persistência no trabalho da terra.

Firmbach enumera as Picadas circunvizinhas a Santa Clara mais atingidas: Nova Berlim, onde o colono Jakob Jommer ofereceu resistência, sofrendo por isso novo atentado no qual ele e seu filho saíram bastante feridos, sua casa pilhada e destruída e seu gado roubado. Em Picada Aurora assaltaram a residência de José Ahrenhart e duas vezes a de José Rockenbach, mantendo a família deste sob forte tensão emocional ante ameaças de degolamento. Em Picada Eckard às 11 horas da noite Fritz Limo (Frederico Lima ?) assaltou e pilhou duas residências, levando os proprietários consigo como reféns. Das Picadas Aurora e Augusta levaram como reféns dois irmãos moradores em Santa Clara; aí prenderam suas famílias, saquearam e obrigaram os prisioneiros a dar Vivas à Federação. Em Santa Clara saquearam ainda a propriedade de Michel Ruschel Sobrinho, por cuja vida interveio a esposa com súplicas veementes. O total de saques somava mais de cinco contos de réis.

Nesse meio tempo também as forças legais causaram descontentamento quando o Comandante de Lajeado convocou os recrutas para defender a sede do município. Como só poucos jovens se apresentaram voluntariamente houve verdadeira caçada aos mesmos, sendo

substituídos por idosos aqueles que não foram encontrados. Mesmo liberando os velhos em pouco tempo, o fato provocou irritação geral dos colonos contra os vários partidos revolucionários, por lhes alterarem o clima de laboriosidade e paz.

Os assaltos às três residências em Santa Clara esgotaram a tolerância dos pacíficos moradores, que procuraram o jovem e ponderado líder José Diehl para que comandasse a defesa da Picada. Juraram-lhe obediência.

O armamento da Picada eram velhas espingardas de caça e pistolas, impróprias e insuficientes para enfrentar o inimigo. Resoluto, Diehl procurou o Comandante de Lajeado, foi por ele encaminhado ao de Estrela, Major Bandeira, e este o enviou a Porto Alegre onde, em companhia de outros colonos e do Intendente de Lajeado, adquiriu modernas armas e munição.

Na Picada houve treinamento militar, estabeleceram senhas e montaram guarda permanente. Aliás, esta defesa organizada foi uma constante nas colônias ameaçadas. Pe. Arsênio Schmitz (**Uma Nova Imagem para Nova Petrópolis**, Roma Gregoriana/1975, p. 73), assim a descreve:

“... na sede do município de Nova Petrópolis, sob o comando do Prof. Alfredo Steglich, reuniu-se mais de uma centena de homens. Fizeram treinamento de ordem unida. Ajuntaram armas e munições. Organizaram um sistema de alarme. Fabricaram instrumentos. Convencionaram senhas. Começaram a montar guarda nas estradas, colocando sentinelas nas entradas das Picadas. Chegaram a treinar mais de 500 homens”.

Em 15 de maio de 1895 a ronda santa-clarense contatou dois patrulheiros avançados das forças inimigas que vasculhavam Boa Esperança, em caminho para Santa Clara. Feriram um e puseram em fuga o outro; dos dois cavalos recuperados, um era de propriedade de um morador local, roubado na semana anterior.

Capitão Antônio Ribeiro dos Santos revidou com duas cartas ameaçadoras, dizendo que Zeca Ferreira estava em caminho com uma força de mil homens, pronto para arrasar a Picada e adonar-se da população feminina. Vendo em jogo a segurança de suas famílias, os santa-clarenses juraram combater “até a última gota de seu sangue” e recrudesceram a vigilância e os preparativos. Treinamento militar, missas, rezas, canções, fé em Deus, por certo influíram para assegurar sua autoconfiança.

O assalto ocorreu ao raiar do dia 28 de maio. Constatada a presença do inimigo, quatro sentinelas cavalgaram até a Picada em busca de

reforço, enquanto as seis restantes opunham tenaz resistência, retardando a invasão. Ao repicar do sino acorreu toda a população masculina, chegados de perto e de longe. Tomaram posições estratégicas em valos ou atrás de moitas, respondendo com saraivadas de balas às sucessivas investidas dos piquetes inimigos, que recuavam e retornavam em número crescente, chegando a 150, equivalente, talvez, à força total dos locais. Na retaguarda havia centenas de inimigos. O jeito era não deixá-los penetrar na Picada, de um único acesso. Diehl explorou a força moral de sua gente, ordenando com decisão:

— Em nome de Deus, avançar !

O inimigo não esperava atitude tão resoluta, nascida do desespero de ganhar ou tudo perder. Mais preparado para o saque do que para a luta, bateu em retirada com as primeiras baixas, sofrendo ainda perseguição dos santa-clarenses. Teve sete mortos além de 35 a 40 feridos graves, muitos dos quais vieram a falecer; perderam ainda sete cavalos selados, ponchos, laços e objetos diversos.

Nos troncos das árvores furados à bala, o testemunho mudo que evocou à posteridade a luta fratricida. No local do combate, distante cerca de 5km do centro da Picada, os santa-clarenses ergueram modesto monumento alegórico, evocando a vitória dos locais, com uma baixa apenas.

Tão agradecidos ficaram, que em plena Revolução iniciaram a construção de uma capela de linhas góticas, que até os dias atuais se destaca solene em meio às edificações da Picada. Por cerca de três décadas comemoraram o 28 de maio, dia da vitória local, com solenidades religiosas e profanas.

A Sociedade de autodefesa que criaram no decorrer da Revolução, congregou 90 homens e era semelhante a dezenas de outras, nascidas da necessidade de defesa contra as hordas inimigas. Passada a Revolução, a maioria se extinguiu ou sofreu transformação, renascendo em 1923, quando acontecimentos semelhantes exigiram novamente necessidade de autodefesa. O álbum centenário da imigração alemã, em 1924, acusa a existência de 67 delas, que, no entanto, tiveram vida efêmera após a Revolução.

SÃO PAULO, CAPITAL CULTURAL...

Joaquim Inojosa

Não há dúvida de que foi São Paulo quem primeiro modificou o privilégio atribuído ao Rio de Janeiro de capital cultural do Brasil. Quem se aventurava a desafiá-lo, do Império à República? O Maranhão, com a fugidia Atenas Brasileira? Pernambuco, com a regional Escola do Recife? Ceará, com a modesta “Padaria Espiritual”? Mais distantemente, Minas, com os admiráveis poetas da Inconfidência? O Rio ria de tudo isso na generosidade de reconhecer o valor de alguns. Se os destinos políticos da extensa nação se decidiam nas suas ruas ou corredores nobres, parlamentares ou palacianos, como admitir concorrência em letras e artes? Mesmo porque o que faziam de logo os valores estaduais era procurar a metrópole. Consagrados nela, estariam consagrados para o resto. Pense-se em romantismo, parnasianismo, simbolismo, naturalismo, realismo. Exceções, sim, algumas, mas de colaboradores à distância, como em São Paulo, Vicente de Carvalho e em Minas, Alphonsus de Guimaraens. A base do movimento, porém, era o Rio, capital cultural do País...

Chegou o momento em que São Paulo iria compartilhar esse prestígio, não por uma deliberada atitude da juventude irrequieta, mas por um natural impulso da sua inteligência e dos ideais artísticos. Pensam que me refiro à Semana de Arte Moderna de 1922? Levaria esta, é certo, Mário de Andrade a escrever: “O que são vaidades, meu Deus! Essa gente do Rio nunca perdoa a São Paulo ter tocado o sino!”. Volto-me para advertências anteriores. Isto é, ao ano de 1917, com a exposição de arte de Anita Malfatti; à publicação de **Juca Mulato**, de Menotti Del Picchia ou a estréia de Guilherme de Almeida com o livro de poesias **Nós**. Talvez repliquem os do Rio: Também lhes demos **Os Carrilhões**, de Murilo Araújo, **Visões, Cenas e Perfis**, de Adelino Magalhães, **Cinzas das Horas**, de Manuel Bandeira. Todavia, enquanto os cariocas se entocavam no seu individualismo dispersivo, os paulistas partiam para a arregimentação de valores em marcha de movimento cultural. Esta, a distância. Se em 1917 eram Menotti, Guilherme, Malfatti, logo depois viriam Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Brecheret, preparando-se as presenças de Villa Lobos e Di Cavalcanti. De tal ordem que, ao chegar a São Paulo, Graça Aranha com eles logo se identificava para as arregimentações da Semana de Arte Moderna. Está escrito no notável artigo de Mário de Andrade **Modernismo e Ação**, por mim divulgado no Recife, em 1925: “Esse novo nós o levamos para o Rio de Janeiro no finzinho de 1921; **Paulicéia** foi lida por grupos

mais adiantados de lá. E logo as amizades interestaduais se estabeleceram. E quando, no ano seguinte, Graça Aranha chegou da Europa, conseguiu cimentar essa união com o entusiasmo e a natural grandeza que possui. Como o grupo modernista de verdade ainda fosse o de São Paulo, aqui ele organizou a famosa Semana de Arte Moderna, em que fomos vaiados. Eu não diria isso com orgulho, não. Verifico uma verdade: fomos vaiados. E merecíamos. Nunca vi embrulhada tal...”

Somente que daquela embrulhada surgiria a maior revolução cultural brasileira de todos os tempos...

Não podemos deixar de reconhecer que aquela fermentação intelectual sofrera um impacto de prestígio com a publicação de **Urupês**, de Monteiro Lobato, e mais do que a publicação, a consagração anunciada pelo verbo em moda de Rui Barbosa, embora o autor vivesse afastado das confabulações dos jovens, mergulhado nos seus extensos negócios editoriais. Contudo, iria com eles confundir-se na lista dos heróis futuros da inteligência brasileira, setor São Paulo. Podem assim os paulistas festejar este ano três datas marcantes em sua história: o centenário de nascimento de Monteiro Lobato, os sessenta anos da Semana de Arte Moderna e os cinquenta anos da Revolução Constitucionalista. Das duas primeiras me ocuparei, que a terceira, de natureza política, mereceu a homenagem do artigo que lhe dediquei, **Revolução e Constituinte**, lembrando a minha participação, indireta na primeira fase e direta na segunda, isto é, a dos estudos de uma nova Constituição, a exigida pelos bravos revolucionários da sempre trepidante Piratininga. Constituição que duraria apenas três anos, pois Getúlio Vargas não sabia o que era governar constitucionalmente, tanto que se perdeu na primeira governança constitucional...

Embora de fevereiro o aniversário da Semana e de abril o de Monteiro Lobato, começaram por este o festejar público. Promoveu-o Mário Chamie, poeta e escritor, através de sua Secretaria Municipal de Cultura, num curso desenvolvido na Biblioteca Mário de Andrade coordenado pela professora da Universidade de São Paulo Edith Pimentel Pinto, com a colaboração de seus companheiros de Universidade Alfredo Bosi, José Carlos Garbuglio e Nilce Sant'Ana Martins. Além destes, estudaram ainda a obra e a vida de Monteiro Lobato, o autor desta crônica, abrindo o curso e falando sobre “A sociedade à época de Lobato”; Gilberto Mendonça Teles, Nelly Novaes Coelho, Paulo Dantas, Silveira Peixoto, Cassiano Nunes, Rolando Morel Pinto, Leo Gilson Ribeiro, Alice Koshiyama, Amaury Sanchez, Tatiana Belinki, Júlio Gouveia. Parece-nos que nada ficou desconhecido na grande vida e grande obra de Monteiro Lobato, até mesmo nas repercussões de TV, da literatura moderna de **Urupês** à infantil que ainda hoje predomina nos quadros da criançada, mostrando que nem sempre é preciso abrigar escritores estrangeiros para

atender às necessidades do saber nacional. Não vale citar, mas na verdade vivíamos, nesse gênero, amarrado aos autores de países estranhos ao nosso, narrando estórias alheias ao extenso mundo da nossa vida. Surge Monteiro Lobato e renova, mostrando às crianças que as suas aspirações devem ser as da pátria, satisfazendo-se a curiosidade com a revelação de costumes e motivos brasileiros, seguindo a trilha de um José Américo de Almeida quando em 1925 me escrevia, dentro do espírito moderno na *Semana*: “E ainda, utilizando os padrões do progresso material e cultural de outros povos, devemos construir obra nossa, isto é, atender às exigências no nosso ambiente físico e social, como condição de conformidade e de permanência dessas conquistas.” Eis aí traçado o caminho para a literatura infantil que Monteiro Lobato já vinha explorando. Motivos nossos e pronto !

Condizia isto com o espírito da *Semana de Arte Moderna*, ampliando-se a visão literária na síntese de Mário de Andrade, anunciada em 1925: “Deixaremos de ser estaduais para sermos nacionais”. Este o espírito da mensagem que os modernistas de 22 enviaram ao Brasil, que me coube transmitir ao Norte naquele mesmo ano. Seis décadas, pois, revive São Paulo os grandes heróis e a sua influência nos destinos culturais do Brasil. Culturais apenas ? Sim, se incluímos na cultura geral, política, economia, questões sociais. O Modernismo sacudiu o Brasil do alicerce à cumeira, da raiz à florescência.

Para mostrar essa importância, promoveu a Secretaria de Estado da Cultura, de São Paulo, com a colaboração da Universidade local, um Curso de Extensão Universitária. Não ficou ângulo de influência do modernismo que o bem organizado curso não atingisse na sua duração de quase três meses. (...) Coube ao autor desta crônica enfileirar-se ao lado de quantos debateram aqueles problemas, encerrando o curso, na tentativa de mostrar que se nasceu em São Paulo, o Modernismo conseguiu tornar-se universal e perene graças à sua expansão pelos demais Estados do Brasil. Começou em Pernambuco no mesmo ano da explosão paulista, de 1922, daí expandindo-se por toda a década de 20, da Bahia a Manaus, nas conquistas regionais de jovens que seriam os grandes escritores modernistas do futuro, ao lado dos líderes sulistas. Vitória provinciana que tentei expressar nestas palavras: “Deu o Sul os grandes poetas do Modernismo; deu o Norte os grandes romancistas do Modernismo. Estava consolidado o Modernismo”.

(De um artigo publicado no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, em 18/7/1982.)

BIARD, UM PINTOR DA VIDA BRASILEIRA

Ernani Silva Bruno

O pintor e desenhista François Auguste Biard, que faleceu há um século (22 de junho de 1882), retratou, no Brasil, o imperador D. Pedro II, as princesas e outras personalidades de relevo na sociedade brasileira do Segundo Reinado. De sua autoria existe, no Museu Paulista, um retrato de Antônio da Silva Prado, o Barão de Iguape, restaurado em 1970. Mas seu nome, por outras razões muito mais importantes que essa, ficou ligado à literatura dos viajantes, que produziu tantos livros curiosos e interessantes focalizando o nosso país em várias épocas de sua existência. Com a particularidade de que ele foi – em seus desenhos e textos – principalmente um caricaturista da vida brasileira do século passado.

Artista de certo mérito na França, começou a viajar em 1827 pela Espanha, Grécia, Síria, Pérsia e Egito, na condição de professor de desenho da Marinha, mandando colaborações para as publicações periódicas dedicadas a assuntos geográficos e marítimos. Mas procurava, sobretudo, o **exótico**, o que fugia aos padrões tradicionais da vida nas regiões mais **civilizadas** da Europa. As cenas observadas lhe serviam de abundante material para “croquis” e quadros humorísticos. Mais como caricaturista do que pintor, fixava os tipos e costumes dos países visitados. Alguém escreveu que quando ele esteve mais tarde, na Groenlândia, portou-se com quem fizesse, até dos ursos e das focas, “comparsas da comédia humana”.

A fome de viagens e andanças de Biard não podia deixar de trazê-lo ao Brasil. Depois de breve estada em Pernambuco e na Bahia, aportou em maio de 1858 no Rio de Janeiro, onde se demorou e pôde instalar seu atelier numa sala do próprio Paço Imperial.

Mas, podendo viver com conforto na corte brasileira, cercado de prestígio e atenções, sua índole aventureira o levou a percorrer algumas regiões então semi-selvagens do Espírito Santo, onde anotou e desenhou muita coisa curiosa. Ao entrar na povoação de Santa Cruz, por exemplo, procurou em vão o alto frontispício de uma igreja que avistara de longe, com sua torre branca, ornatos, vasos esculpidos, sinos. Descobriu depois o mistério. A igreja tinha só a fachada. Vista de perfil, era apenas um muro escorado por grandes vigas. Aquilo lhe pareceu bem um símbolo da tentativa de se implantar, nos sertões brasileiros, uma civilização de base européia, tentativa que, às vezes, não ultrapassava os limites do verniz e da aparência.

Mais tarde, outra viagem lhe permitiu mergulhar no estranho mundo amazônico, aventurando-se pelas paragens remotas das margens dos rios Tapajós, Negro e Madeira, onde pôde surpreender, obviamente muito mais que no Rio ou no Espírito Santo, figuras e cenas encharcadas daquele exotismo que os europeus procuravam nos seus desenhos.

Suas andanças e suas estampas apareceram contadas e reunidas em 1862 em um livro, **Viagem ao Brasil**, que além do texto, apresentava inúmeras ilustrações executadas por M. Riou (que fora o ilustrador das obras de Júlio Verne), segundo os esquemas e os apontamentos e sob a direção do próprio Biard.

Esse livro foi traduzido e incluído na Coleção “Brasileana”, infelizmente sem as saborosas estampas da edição original francesa. Uma falha, sem dúvida. Que, a meus olhos, ainda tornou-se mais surpreendente quando um dia, retornando de uma viagem ao sul do continente, o pintor Aldemir Martins me presenteou com um exemplar do livro de Biard, **Viaje al Brasil**, editado no Chile, “con dibujos del autor”. Nesse volume — editado no Chile ! — reproduziam-se as 53 estampas da edição original, paisagens, tipos de rua e costumes, inclusive cenas que Biard foi, provavelmente, o único a registrar, como aquela em que aparece uma mestiça, à luz de uma vela, tirando dos pés do artista, com uma agulha, bichos de pé, esses animaizinhos que constituíam minúscula, mas terrível amostra da agressividade da natureza tropical.

O texto de Biard é caricatural e, às vezes, injusto e até grosseiro ao falar dos costumes brasileiros. Outras vezes, seu senso de caricaturismo lhe permitiu — o que de certo não ocorreria a um viajante mais austero e convencional — exercer a saudável denúncia de certas incoerências suspeitas mas consagradas pelas “tradições nacionais”. Como, ao assistir, no Rio de Janeiro, às comemorações do 7 de setembro, quando viu centenas de negros pelas ruas, gritando “Viva a independência do Brasil”, escreveu: “Sem compreender as próprias palavras pronunciadas, os pobres negros festejavam a liberdade de um povo de que eram escravos”.

Embora sem o valor documental das coleções de estampas de Debret e Rugendas e de texto que não se pode comparar aos relatos de viagem de um Luccock, de um Martius ou de um Saint-Hilaire, o livro de Biard bem que está merecendo uma reedição brasileira. Com as gravuras.

(Da Folha de São Paulo, 22/6/1982)

LOBATO, MITOS E REALIDADES

Hélio Damante

O processo literário, como o histórico, mas não necessariamente o político, é um processo de desmitificação ou desmitologização, para empregarmos um termo em moda, com toda a relatividade/relativismo inerente ao significado das palavras, como o demonstrou o saudoso mestre Sérgio Buarque de Hollanda. É, também, um processo de obsolescência, que não se deve confundir com “obsolescência planejada”, própria da sociedade de consumo, ora em crise.

Em abono de Monteiro Lobato, de quem comemoramos o centenário do seu feliz nascimento, no casarão do Visconde, em Taubaté, não se pode afirmar que se tornou, no todo, obsoleto. Ele se ergue, pelo menos para as atuais gerações, na estatura de mito e desfazer alguns deles é certamente tarefa da, digamos, historiografia literária.

Deve-se retificar desde logo o conceito corrente de que Ruy Barbosa **lançou** Monteiro Lobato. Pelo menos na Província, Lobato já era nome feito, quando do discurso de Ruy no Teatro Lírico, no Rio de Janeiro, em 20 de março de 1919, ao início de sua segunda campanha presidencial, também malograda, a velhice do tribuno rompendo em ímpetus juvenis. **Urupês**, livro do ano anterior, já andava em gloriosa terceira edição. Ainda de 18, memorável “ano da gripe espanhola”, é seu **Problema Vital**, onde trata de saneamento básico, mas não como novidade. Antes dele estão, por exemplo, o médico Oswaldo Cruz e o engenheiro sanitaria Saturnino de Brito.

Nome tão autorizado, o de Lobato, que o candidato presidencial cita-o em abono de sua tese — avançada para a época — sobre a questão social no Brasil. A esparramada citação de Ruy, esta sim, “consagrou definitivamente” o piraquara de Taubaté, como bem o notava o **Estadinho**, edição vespertina do **Estadão**.

Quem o lançou, inicialmente, foi **O Estado**, onde o escritor, agora travestido de fazendeiro, já colaborava bem antes da denúncia célebre de **Uma velha praga** (1914). Tenho seguro elemento de convicção não passar de lenda romântica, a estória de que seu protesto contra as queimadas, fora originalmente uma carta à secção Queixas e Reclamações, carta essa transformada pelo bom senso do secretário da redação em artigo assinado.

Que foi artigo e não carta de leitor, prova-o o próprio Lobato, em carta a Godofredo Rangel: “Publiquei esta semana (carta de 22, artigo de 12/11/1914) **um artigo no Estado** (grifo nosso) e, com surpresa, recebi a propósito 5 cartas e um convite da Sociedade de Cultura Artística, para fazer uma conferência lá. Em vista disso, eu e minha mulher fomos ler o tal artigo, cheios de vontade de gostar — e nada vimos que provocasse o entusiasmo dos paulistas. Fiquei na dúvida...” (Cf. **A Barca de Gleyre**, 1944, pp. 249/51).

Nesse artigo, o Jeca Tatu aparece apenas de passagem. Não como o símbolo nacional que se tornou, depois que os Laboratórios Fontoura dele lançaram mão, em tiragens astronômicas de folhetos de propaganda do seu remédio contra o amarelo e de seu complemento “fortificante”, o Biotônico... Com texto original do próprio Lobato e a caricatura clássica do simplório, que seu criador, talvez por pudor da palavra “caipira”, refere como o “caboclo”. O personagem poderia ser tanto o Jeca Tatu como o Manoel Peroba, o Chico Marimbondo ou o futuro Zé Brasil. Todos condenados ao anonimato, pela felicidade do retrato primevo.

Entusiasmado pela repercussão do artigo, o “pai da criança” de imediato se apercebeu da potencialidade do personagem, que apenas deixara entrever. E escreve “Urupês”, ao redor do indianismo, outro artigo de jornal, publicado no **Estado** a 23 de dezembro de 1914. Mas o personagem se lhe escapa, cai no domínio público e ele mesmo acabará assumindo-o, sem hesitações, em **Idéias de Jeca Tatu**, mas ainda chamando-o impiedosamente de “fantasmagoria antropológica”.

Para este Jeca, dono, aliás, de cultura própria e rica, é que Ruy conscientizará a platéia do Teatro Lírico, verniz da nossa civilização litorânea, à qual se misturavam, no entanto, a convite do orador, representantes do proletariado urbano. O tribuno apanhara a deixa no seu conteúdo de crítica social, o qual escapara ao próprio Autor, para proclamar, citando Lincoln e Nabuco, a precedência do trabalho sobre o capital. Era o apossamento urbano do caipira, numa previsão, muito segura de si, do migrante transmudado em operário.

Mas foi o Jeca, rural, e não o operário, urbano, que feriu a imaginação nacional, em razão certamente da carga atávica do “país essencialmente agrícola”, e aqui entra também a escravidão, onde Ruy se situa, socialmente, muitos furos acima de Lobato. Quaisquer que tenham sido as posições posteriores do consagrado autor de **Urupês**, ele continuou fiel às suas raízes conservadoras e perrepietas. Mas essa é outra história.

UMA DISSERTAÇÃO SOBRE A REVOLTA DE BECKMAN

José de Ribamar C. Caldeira
(Univ. Federal do Maranhão)

Alguns dos mais importantes acontecimentos que marcaram a história colonial brasileira ainda se acham pouco estudados. Por essa lacuna tem sido responsável, em grande parte, a relativa dificuldade de acesso aos documentos originais daquele período, por se encontrarem os mesmos, em sua larga maioria, nos arquivos estrangeiros, o que dificulta a tarefa da pesquisa, sobretudo pelos altos custos de seu financiamento.

Por essa razão, poucos são os estudiosos que conseguem dedicar-se à investigação de aspectos ligados àquela longa etapa da história brasileira que não se contentam apenas com o exame de alguma literatura existente sobre o período, como também das poucas fontes que se encontram nos arquivos nacionais.

Ao escolher um tema tão caro à história do período colonial maranhense – a revolta de Beckman, ocorrida entre 1682 e 1684 – Maria Liberman se interessou pelo estudo daquele acontecimento, conforme suas próprias palavras, pela “atenção que este nos causou após as primeiras leituras e o ‘suspense’ que toda a história do Maranhão desse período apresenta aos que procuram conhecê-la”. (**O Levante de 1684 – Um judeu cabeça do motim: Manoel Backman**. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de São Paulo em junho de 1982).

Assumido o desafio, procurou seguir a autora, de perto, a melhor fonte para sua orientação, no caso, João Francisco Lisboa que, dentre os clássicos da historiografia brasileira, elaborou a melhor análise sobre aquele movimento. Em seu estudo sobre a revolta de Beckman, o historiador maranhense entrevistou, nela, o resultado dos abusos do poder econômico e político da Metrópole lusitana que, através de seus representantes na Colônia americana, espoliava e subordinava em excesso os habitantes desta. Por essa razão – a espoliação daqueles habitantes legitimada pela Coroa portuguesa através do estanco – João Lisboa entrevistou, na revolta do Maranhão de 1684, um movimento social de certa envergadura por apontar as contradições da dominação econômica e políticas da Coroa portuguesa, como nenhum historiador antes dele o havia feito, incluindo-se, entre estes, Bernardo Pereira de Berredo, mais um cronista oficial que um analista crítico, dadas as suas ligações com o governo metropolitano.

Seguindo a orientação de João Francisco Lisboa (**Crônica do Brasil Colonial – Apontamentos para a história do Maranhão**, Petrópolis,

Editora Vozes/INL, 1976, pp. 425/490), a autora entrevistou o seu tema de estudo segundo a perspectiva daquele historiador, oferecendo ao leitor um quadro vivo e de muito interesse sobre o jogo de poder da Igreja, dos governantes e dos grupos dominantes da sociedade maranhense daquela época, bem como a movimentação dos setores populares no conjunto das articulações sociais típicas de um núcleo da sociedade colonial brasileira.

Contudo, é verdade que a autora não chegou a explorar com maior intensidade alguns aspectos da estrutura da sociedade por ela analisada, que lhe permitisse indicar, entre outros fatores, as diversas categorias profissionais, nem também o modo como se regulavam as relações de trabalho numa sociedade onde a escravaria de origem africana era ainda muito escassa, repousando o trabalho sobretudo na exploração indígena, objeto da disputa entre proprietários rurais, jesuítas, agentes do governo e pessoas que exerciam pequenos negócios.

Por outro lado, entretanto, traçou em linhas vigorosas, os perfis do Padre Antônio Vieira e de Beckman que foram, sem dúvida, as figuras que dominaram a cena política e social do Maranhão da segunda metade do século XVII. Nesse sentido, os dois personagens surgem como agentes que lutavam por conferir ao empreendimento colonial português na América as bases econômicas e políticas que consolidassem a economia mercantil e, conseqüentemente, o poder de Portugal, consolidação aquela atravancada pela má administração dos domínios deste. E, nessa perspectiva, mais do que Vieira, conforme deixa a autora sugerir, Manoel Beckman emerge como um dos primeiros personagens da História brasileira que se ligaram a uma luta no sentido de desenvolver as forças produtivas da Colônia de modo a propiciar benefícios materiais a todos os agentes humanos habitantes da Colônia. Feita essa observação, pode-se inferir, do pensamento de Beckman, uma tendência “liberal” que se formava entre algumas personalidades que previam, na expansão do sistema mercantil, uma possibilidade de superação de algumas das principais contradições que **marcavam** de modo persistente a superação da economia feudal. Cumpre observar, entretanto, que na sua linha de pensamento, não se insinuava uma tendência ao “nacionalismo”, nem, por outro lado, era Beckman um **inconfidente**, conforme o explica a autora: “Não temos elementos suficientes para nos pronunciar sobre Beckman como tendo sido inconfidente ou não. Tudo leva a crer que o seu levante visava resolver determinadas injustiças locais que lhe pareciam insustentáveis” (p. 128). Por isso, seu movimento contou com o apoio popular.

A revolta de Beckman completa três séculos e constituiu, inegavelmente, a primeira revolta popular da história colonial brasileira. Num momento coincidente com essa data, Maria Liberman contribuiu para recuperar aquele movimento e a figura do seu líder, suscitando o nosso interesse pelo estudo de um episódio tão pouco analisado.

Entretanto, alguns reparos podem ainda ser acrescentados à apreciação ora feita. Entre eles, podem ser citados (e que a autora ainda pode explorar com mais vagar), por exemplo, a análise mais detalhada dos conceitos de **revolta**, **motim**, **rebelião** e **revolução**, a fim de dar mais consistência teórica à classificação que ela adota para o movimento (no caso, **motim**); também poderia desenvolver melhor a caracterização do **sistema colonial** no período por ela analisado, dado que este, embora pareça constituir uma unidade histórica determinada pelo tipo de dominação política exercida pelo Estado português ao longo de vários séculos, contudo, ao nível da economia parece não constituir uma mesma unidade e, finalmente, a inclusão de maiores detalhes da documentação compulsada, dentre o que se destaca a original carta de Beckman dirigida ao Rei D. Pedro II de Portugal.

Concluindo, a dissertação de Maria Liberman aparece em ocasião muito oportuna porque, além de constituir um trabalho voltado para o estudo de um episódio pouco investigado, se apresenta como a análise de um acontecimento que ilustra as contradições sobre as quais repousavam as relações econômicas, sociais e políticas de uma dada etapa das relações da Metrópole portuguesa com sua colônia americana, bem como de um dado momento da sociedade colonial brasileira.

*

HISTÓRIA E INTERPRETAÇÃO

Sérgio Costa Franco

Um livro lúcido e objetivo a respeito de interpretação da história foi escrito pelo brasileiro Leôncio Basbaum. Chama-se **O Processo Evolutivo da História**, foi editado em 1963 pela Editora Edaglit — pequena editora que pertencia ao próprio Basbaum —, e não teve a menor repercussão nos meios culturais do País. Compreende-se. Leôncio Basbaum, se não foi propriamente um escritor maldito, pertenceu à espécie dos que são simultaneamente indexados pelas patrulhas ideológicas da direita e da esquerda. E é sempre difícil brilhar no mundo das letras e das ciências, sem contar com a banda de música de uma das patrulhas. Tendo sido comunista e até dirigente do PCB até 1933, Basbaum foi depois afastado e “congelado” pelos homens do Partidão. Pesava contra ele a pecha de “burguês”... De outra parte, tendo-se conservado marxista até morrer em 1969, embora revisionista, jamais achou guarida entre os conservadores. Mesmo porque nunca se preocupou com titulações universitárias.

Mas **O Processo Evolutivo da História** é um livro que faria muito bem a certos estudiosos da História, que, tendo assimilado pela rama a concepção materialista, levam às últimas conseqüências a assertiva de Marx de que a História da Humanidade se confunde com a história das lutas de classe. Desprezando os outros fatores que condicionam o processo evolutivo, pretendem eles reduzir tudo a um esquema de conflitos econômicos. O simplismo com que o fazem é, ao mesmo tempo, primário e pedante. Porque, embora pretendendo assumir uma postura crítica e revisionista diante da historiografia tradicional, revelam em geral muita ignorância de detalhes, muito atropelo aos fatos e muita insensibilidade na análise dos documentos. Marx leva as culpas indevidas de muita bobagem que anda se dizendo por aí, porque em nenhum de seus livros chegou a sistematizar e ordenar sua concepção materialista da história. Mas quando escreveu ensaios históricos, como **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**, não mergulhou, de maneira alguma, nesse economismo esquemático que se tornou triunfante em certos meios universitários brasileiros. Os fatos da superestrutura lhe mereceram a melhor atenção.

(Do Correio do Povo, de Porto Alegre, 21/9/1982)

PELA DATA CONSTITUCIONALISTA DE 1932

Henrique Furtado Portugal

(Pronunciamento lido no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais em 31/7/1982.)

Acertado com o Presidente de nosso Instituto, Professor José Geraldo de Faria que não se deixasse em branco este meio século decorrido do movimento cívico-militar eclodido em São Paulo a 9 de julho de 1932 e que durou três meses, com reflexos em outros Estados da Federação, juntei nestas linhas algo que lerei, solicitando sua inclusão integral na ata dos trabalhos e, futuramente, na revista do Instituto. É que vivi, como estudante de medicina no Rio de Janeiro, as trepidações políticas e as fases tumultuárias de 1929 a 1931. Residia em Niterói e trabalhava como revisor do extinto jornal governista **O Estado**, da antiga capital fluminense. Convocado para servir na Terceira Companhia do Batalhão Acadêmico, que ficava estacionado na Escola do Estado-Maior do Exército, à Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, meu pelotão era comandado pelo Tenente João Ribeiro Pinheiro, morto em 1935 no ataque ao 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha. Já em 1932, clinicava em minha cidade natal – Rio Preto – sentindo a trepidação revolucionária no vale do Paraíba e na Serra da Mantiqueira.

Releio um documento de julho de 1931, largamente divulgado na imprensa e estações de rádio do Rio de Janeiro e São Paulo:

“O Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, considerando o caso paulista mais um caso nacional do que regional; considerando que os seus reflexos já se fazem sentir, não só dentro do País, como no estrangeiro; considerando chegado o momento de se estabelecerem os governos civis; e, considerando uma necessidade imperiosa a retirada das forças militares do cenário político, para que possam organizar a garantia da tranqüilidade nacional, crendo bem representar o pensamento dos estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, resolveu dar inteiro apoio de solidariedade aos estudantes de São Paulo, neste momento crítico e angustioso pelo qual estão passando, sofrendo toda sorte de insultos, vitupérios, por parte de elementos que há muito estão divorciados da vontade paulista, da vontade nacional. – Pelo Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro – Henrique Furtado Portugal, presidente; Emílio Abdon Póvoa, primeiro secretário”.

Era a fórmula “civil e paulista”, inicialmente acolhida com o nome de Plínio Barreto, logo afastado por dificuldades com a “Legião Revolucionária” e o “Clube Três de Outubro”, tentando influir na escolha do Secretariado; depois vingou a fórmula com o Desembargador Laudo Ferreira de Camargo, que “sofrendo” o mesmo atropelo, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal; no entremeio esteve o Coronel Manoel Rabelo. Depois o Interventor Embaixador Pedro de Toledo, até a Revolução Constitucionalista. Para aderir a esta pediu demissão da Interventoria, sendo aclamado Governador de São Paulo ! Era “civil e paulista” !

Rememore-se, ainda que superficialmente, o sofrimento físico e moral do povo paulistano, quando a Junta Militar (Generais Augusto Tasso Fragoso, João de Deus Mena Barreto e Almirante Isaías de Noronha) depôs o Presidente Washington Luís em 24 de outubro de 1930. O Comandante da Região Militar sediada na Capital de São Paulo era o General Hastimphilo de Moura, que recebeu o Poder do Vice-Presidente em exercício, Heitor Teixeira Penteado, assumindo como Governador Militar. A Junta do Rio a 27 de outubro determinou-lhe que passasse o Governo ao Prof. Francisco Morato. Este pede uma confirmação de Vargas, ainda em Ponta Grossa, no Paraná, que responde: a situação “deve permanecer inalterada até emissários chegarem aí”. É que lá já estava como “Delegado Especial” o Tenente João Alberto Lins Barros, este logo comissionado como “Coronel” ! O princípio básico era impedir a todo custo a unidade política do Estado. Por exemplo, a 7 de novembro o “Delegado Militar” João Alberto autoriza Plínio Melo, Josias Carneiro Leão e Luiz Barros (seu irmão) a instalarem a sede do Partido Comunista Brasileiro em São Paulo !

Algo sobre a pessoa do General Hastimphilo de Moura, jovem Engenheiro Militar, fez parte da Comissão designada por Floriano Peixoto, sob a chefia do Engenheiro belga (naturalizado brasileiro) Luiz Cruls, para proceder à demarcação dos 14.400 km² no Planalto Central em cumprimento da determinação da Constituição de 1891, área que ficou conhecida com o nome de “Quadrilátero Cruls”, onde afinal foi construída Brasília. A passagem curiosa é que a viúva do General Hastimphilo, já em idade avançada foi à nova Capital, Brasília, no dia de sua inauguração a 21 de abril de 1960, declarando aos jornais e rádios que estivera no futuro Distrito Federal, quando lá estava o marido, na missão Chefiada pelo Eng. Luiz Cruls !

Mais de cem livros estão publicados sobre essa Revolução de 1932, citando pormenores, alguns até se contradizendo. Dentre estes o do nosso consócio Cel. Paulo René de Andrade — **Três Revoluções** — 1932.

Vozes isoladas pregavam o “separatismo” de São Paulo. No entanto o Manifesto básico, de 12 de julho de 1932, assinado por Pedro de

Toledo, Francisco Morato, Antônio de Pádua Sales e Generais Isidoro Dias Lopes e Bertoldo Klinger, dizia que não existiam outros intuitos senão reintegrar o país na ordem legal e restituir aos brasileiros o gozo dos direitos e franquias que são apanágio de nossa civilização; para isso o duplo e fundamental intento era entregar o Governo Federal a uma Junta, que, dentro do prazo indispensável para o preparo e funcionamento da Assembléia Constituinte, leve o País ao regime constitucional!

Se existisse a intenção “separatista”, com a Proclamação da República de São Paulo, teria sido fácil a consecução internacional do direito de “beligerância”, o que não ocorreu.

Altamente curioso é o que “O Estado de São Paulo”, em suas “Efemérides” de 11 de julho, assinala: — “1932 — Venceslau Brás protesta junto ao Governador Olegário Maciel contra o emprego da Força Pública Mineira para combater os paulistas”. Em **Caminho para Brasília**, Juscelino Kubitschek menciona o fato.

Fiz mesmo uma investigação no livro-biografia “**Venceslau — um pescador na Presidência**”. Se houve “protesto”, ele ali não foi mencionado. No entanto, cita o livro que no Rio se formara uma Comissão integrada por Lauro Sodré, Miguel Couto, Almirante Protógenes Guimarães, a que se adicionaria Wenceslau Brás, comissão que iria a São Paulo para “harmonizar”, o que não se efetivou. De certa forma se pode interpretar como confissão do Estado de Minas Gerais em haver provavelmente “falhado” no apoio a São Paulo, a longa série de artigos de fundo escritos para o órgão oficial de Minas, o **Minas Gerais** por seu Diretor Mário Casasanta, todos intitulados **Razões de Minas**, mais tarde publicados em volume com Prefácio de Gustavo Capanema. É um importante livro histórico-literário.

Os fatos que se seguiram mostram que foi votada a nova Constituição em 1934, com a bancada paulista em frente única, eleita por unanimidade, sob a liderança de Alcântara Machado. Tanto não era inverdade a desconfiança com os poderes federais, que em novembro de 1937 foi rasgada a nova Constituição! Nova ditadura veio até 1945, e nova Constituição votada pelo Congresso em 1946.

Segundo antigas declarações de Guilherme Figueiredo (irmão do atual Presidente da República), o médico Manoel José Ferreira, comprou pessoalmente o correspondente a um navio de armas nos Estados Unidos, mas o material chegou depois de cessada a Revolução. Assim foram presos o navio, o médico e tudo. Tive bastante contato com este médico, ele, professor e Diretor da então incipiente Faculdade Fluminense de Medicina, eu, como Presidente da Associação Fluminense de Estudantes de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro. É que se fizera representação ao Ministro da Educação Francisco Campos contra o

reconhecimento (que acabou sendo feito) da dita Faculdade; mais tarde novos contatos, eu como Chefe do Gabinete da Secretaria da Saúde de Minas Gerais, ele como Diretor do Serviço Especial de Saúde Pública; Manoel Ferreira era muito relacionado nos Estados Unidos, por suas ligações com o Setor Médico da Fundação Rockefeller, entidade em que fizera curso e que dava assistência ao combate às endemias no Brasil, inclusive e principalmente a febre amarela.

Em Rio Preto e Lima Duarte, cidades mineiras, foram, de certa forma importunados em suas atividades os médicos Dolor Gentil Ramalho Pinto (ainda vivo), Nominato de Paiva Duque, Manoel de Carvalho Prata (Santa Bárbara do Monte Verde), João Vitor Lamanna e o industrial fazendeiro Joaquim Martins Ferreira.

Para culminar essa efeméride, é de se lembrar que a Capital de São Paulo teve a visita especial do Presidente João Figueiredo, filho do revolucionário de 1932, Coronel Euclides Figueiredo e que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos comemorou a data lançando um selo especial do valor de Cr\$140,00, com estes versos de Guilherme de Almeida: "Aos épicos de julho de 32, que, fiéis cumpridores de sagrada promessa feita a seus maiores/Os que houveram as terras e as gentes por sua força e fé/Na lei puseram sua força e em São Paulo sua fé".

*

FARRAPOS, DEZ ANOS DE REVOLUÇÃO INCOMPLETA

Luiz Roberto Lopez

Há um interessante ponto comum entre a Guerra dos Farrapos de 1835 e a Revolução Constitucionalista de São Paulo de 1932, a fora o terem sido ambos movimentos contra um poder central instituído. É que tanto uma como outra rebelião foram manifestações de classes dominantes regionais, mas se prestaram a determinadas manipulações ideológicas visando ao enaltecimento do “caráter altivo”, “aguerrido” e “indomável dos respectivos povos. Esse enaltecimento teve por finalidade ocultar os interesses de classe perceptíveis por detrás dos episódios de heroísmo e abnegação que a análise histórica mais atenta e científica não pode deixar passar, principalmente por não ser correto confundir interesses e intenções de grupos sociais específicos com causas realmente coletivas.

De início, registremos que foi tardia a integração do Rio Grande do Sul à história brasileira e que os conflitos do século XVIII deram cunho militarista à sociedade local. Economicamente, o aparecimento, desde 1780, da charqueadas e do trigo veio a conferir a este Estado a imagem de “celeiro do Brasil”.

O charque era alimento dos escravos de fazendeiros do centro do País. Ora, esses fazendeiros permitiam a entrada do charque platino no mercado brasileiro livremente e, ao dizermos “permitiam”, isto significa que eles é que controlavam o poder e desejavam baratear um artigo que precisavam adquirir. Os charqueadores gaúchos não apreciavam isso, primeiro, por causa da concorrência e segundo, porque enquanto o charque platino entrava sem pagar imposto, o charque gaúcho era taxado à razão de 600 réis a arroba. Além do mais, o governo cobrava um imposto de 100\$000 por légua de campo e nada desse dinheiro arrecadado era investido em melhoramentos para a Província, a qual carecia de estradas, quartéis, escolas etc.

Como agravante desse quadro, cite-se que enquanto os charqueadores platinos, com o tempo, evoluíram para a utilização da mão-de-obra livre, no Rio Grande do Sul continuou a onerosa preponderância do trabalho escravo.

Por tudo isso, entende-se porque a classe dominante rural rio-grandense passou a exigir o Federalismo a partir de certo momento. Embora o Ato Adicional de 1834, outorgado pela Regência, tenha concedido o Federalismo parcial, os latifundiários e charqueadores gaúchos reclamavam o mais importante — o direito de escolher o Presidente da

Província. Seria o meio eficaz de conseguir a força necessária capaz de sustentar as múltiplas reivindicações que tinham no campo econômico.

Nos idos da Regência, o Federalismo foi uma causa que agitou todo o Império e chegou frequentemente a unir elites e povo. Tornou-se a bandeira política na luta contra o sufoco imposto pelo centralismo do Rio de Janeiro. No Rio Grande do Sul, ao Federalismo acabou-se juntando o ideal republicano, inclusive por influência dos ventos que sopravam do Prata...

Em 1834, foi nomeado Presidente da Província Fernandes Braga. Entrou em choque com os liberais e com os militares ao acusar a existência de um movimento separatista em favor da união com o Uruguai. A indignação resultante o levou a fugir para a região de Rio Grande – São José do Norte, acompanhado do irmão Pedro Chaves. Interinamente, assumiu o governo Marciano Ribeiro.

Para o lugar de Fernandes Braga foi designado José de Araújo Ribeiro que, não aceito pelos liberais da Província, foi tomar posse em Rio Grande. Em 1836 rompeu com os liberais e a facção radical republicana assumiu o controle do movimento e lhe imprimiu o estilo e os rumos.

No mesmo ano de 1836, Porto Alegre caiu nas mãos dos legalistas, mas vitória das tropas revoltosas em Seival (11/9/1836) conduziu à proclamação da República do Piratini. Bento Gonçalves foi escolhido presidente e como se achava preso na Bahia, seu substituto inicial foi Gomes Jardim.

A República de Piratini foi mudando de capital ao sabor da luta e só a vitória poderia mantê-la. Estando Porto Alegre em poder dos legalistas, isso configura bem a Guerra dos Farrapos como luta entre o Governo central e a classe dominante do interior do Rio Grande do Sul. A República gaúcha chegou a reunir uma Assembléia Constituinte em Alegrete em 1842 e a preparar um projeto de Constituição em 1844.

Atualmente, acredita-se que o separatismo que motivou a implantação da República em 1836 foi circunstancial e estratégico: limitar o teatro de luta facilitaria a consolidação dos ideais políticos pelos quais se lutava. Consta que a intenção dos Farrapos era expandir o republicanismo por todo o Brasil e reunificar assim um País dividido por crises e convulsões. Para J. P. Coelho de Souza, a criação da República Juliana em Laguna, em 1839, confirmaria esta afirmação.

Em 1840, o desfecho da batalha de Taquari marcou o início da derrota dos Farrroupilhas. Em 1842, Caxias foi enviado ao Sul com funções apaziguadoras. Enquanto isso, se aprofundavam conflitos entre os próprios líderes rebeldes: Bento Gonçalves e Onofre Pires, Vicente da Fontoura e Domingos José de Almeida.

As gestões de pacificação duraram de 1843 a 1845 e só o interesse do governo de D. Pedro II em garantir a boa-vontade das elites de uma Província tão próxima dos inimigos potenciais do Prata é que explica os termos bastante aceitáveis da Paz de Ponche Verde, firmada em 28 de fevereiro de 1845: libertação dos presos de ambos os lados, permissão aos Farrapos de ingressarem no Exército imperial, encampação das dívidas contraídas pela República de Piratini, alforria para os escravos dos Farrapos e criação de um imposto para o charque importado da área platina.

Tão conciliadora assim, a Paz de Ponche Verde não foi exatamente um reconhecimento do heroísmo gaúcho. Foi uma evidência de que a luta entre Império e Farrroupilhas era luta entre facções de uma mesma classe social. Portanto, havia como encontrar modalidades de conciliação e convivência, sem exageradas repressões.

A maior coesão da classe dominante gaúcha é que impediu uma participação popular efetiva no movimento e ajudou a assegurar-lhe uma duração mais extensa. Dependente do centro, a quem vendia seus produtos, a classe dominante reclamou o Federalismo, não um separatismo definitivo. Na luta, a classe proprietária contou com a massa de agregados e não correu grandes riscos, pois não eram escravos. A tradição de militarismo e a distância do centro são outros tantos motivos que ajudam a entender porque a Guerra Farrroupilha pôde durar nada menos que dez anos.

Finda a rebelião, o Rio Grande do Sul entrou numa fase de prostração política. A reativação de suas atividades nesse setor só viria depois de 1860, quando Osório e Gaspar Martins reorganizaram o Partido Liberal em bases solidamente monarquistas.

Historicamente, o levante farroupilha ficou como um movimento das elites locais que lutaram por interesses próprios, servindo a massa rural de instrumento de luta. A proposta básica do levante foi política: Federalismo e Republicanismo, este para conseguir aquele e ambos em função de interesses econômicos já referidos.

Vistas as coisas por esse ângulo, talvez se possa contestar o termo **Revolução** para os acontecimentos de 1835. Seria um termo demasiadamente radical, já que, historicamente, **Revolução** implica uma transformação de estruturas sociais a partir da base e o movimento farrapo não apresentou nenhum programa nesse sentido. Ao contrário, tratou-se de uma rebelião que teve uma preocupação bem delimitada e restrita com respeito ao atendimento de anseios e necessidades sociais.

OS MANIPULADORES POLÍTICOS DA HISTÓRIA

Djacir Menezes

Sob essa epígrafe esconder-se-ão gregos e troianos. Tanto marxistas quanto seus adversários podem utilizar-se a seu modo do enfoque que permitirá deslindar, na trama dos episódios históricos, o fio que conduz às justificativas adequadas às suas teses. No fundo, há uma constante manipulação de dados a favor do que o escritor pretende assentar em defesa de suas idéias ou, melhor, de suas simpatias políticas.

A geração mais bafejada pelas inspirações e metodologia marxistas começou a ver na história do Brasil a exploração da classe dominante desde as capitânicas hereditárias, forcejando, com mediocridade habitual dos sequazes, por meter a realidade mal observada no esquematismo da doutrina. Os demais historiadores que não rezaram pela mesma cartilha foram simplesmente arrolados como cortesãos a serviço dos interesses dominantes da burguesia, categoria de escribas que Marx qualificara de "sicofantas". Assim, a história foi-se escrevendo para registrar a glória dos reis, dos generais vitoriosos, das dinastias que exerciam o poder. A história se escreveu quase sempre ao sabor do vencedor para perpetuar-lhe a imortalidade. Isso é velho como a Sé de Braga. Um exemplo que nos leva ao coração da atualidade: ninguém ignora que a história da Revolução Russa tem duas perspectivas — uma, com a imagem de Stalin, que suprime a admirável personalidade de Trotsky; outra, ao revés.

Tais conjecturas, entretanto, nos ocorrem ao deparar o problema das manipulações políticas dos dados históricos feitas por historiadores arregimentados pelo sectarismo ideológico, a se acusarem mutuamente de vendidos aos respectivos grupos de dominação. Acontece, porém, que esses demagogos da história ultrapassam os limites da credibilidade no processo de falsificação, no afã de enganar as gerações que se iniciam no estudo das coisas sociais, prevalecendo-se do despreparo dos noviços. Como os manipulares têm aquela coragem heróica de afirmar, de que falou o romancista, e a juventude é essencialmente heróica, os livros produzidos, colhendo retalhos descosidos da verdade e recosidos em novo painel, tornam-se perniciosamente convincentes aos olhos dos que estão sôfregos de consertar a pátria. Será, portanto, obra de senso e civismo tentar mostrar o que se oculta por trás dessas manipulações que lhes estão sendo oferecidas como estímulo aos seus nobres sentimentos. Na linha da frente do combate contra a deturpação devem estar os próprios

historiadores, que são os primeiros alvejados nos livros citados. Depois, virão outros interessados nas ciências histórico-culturais. Aqui, precisaríamos definir mais claramente a atitude que seguimos há longo tempo em nossos escritos. Para nós, a história não é destinada à formação de mentalidade servil à tradição, mas antes de tudo à dilucidação e culto à verdade. Invocando, porém, esse mesmo lema, os forjicadores empenham-se numa revisão que nega o que há de mais digno e constante no caráter da nacionalidade.

Tais considerações foram motivadas em face de um livro que suscitou do historiador cearense Luís Barros a incisiva réplica que nos pareceu oportuno comentar na imprensa e que agora trazemos ao plenário deste Conselho de Cultura. O livro do Sr. Júlio José Chiavenato, intitulado **Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai**, teve sucinta contestação no ensaio do Prof. Luís Barros, do Instituto do Ceará. Até então lemos e ouvimos contestações tímidas, que não correspondiam à fogosa agressividade do valente defensor dos brios paraguaios.

É fácil nos atalhar o passo com a declaração da imparcialidade da História e outros boatos que mascaram a precaução dos historiadores. Não. Não morremos de amores seródios pela dinastia bragantina, sempre gabada pela maioria deles a título de incentivar a formação de uma consciência cívica capaz de resistir às forças corrosivas de desintegração. E todas as vezes que relemos as páginas onde se descrevem as represálias cruéis contra os revolucionários de 1817 e 1824 medimos a dimensão da cupidez e ferocidades mobilizadas em defesa do absolutismo português e de seu patrimônio.

Tudo muda, porém, em face da Guerra do Paraguai. Não dispomos de espaço para discutir o assunto como merece o livro, mas apontamos o ensaio do Prof. Luís Barros, **Contra o Lopismo**, editado em Fortaleza, como a melhor devassa na obra do Sr. Chiavenato. Barros resume: “A tese central da publicação é um absurdo. O imperialismo inglês armou o Brasil e a Argentina para invadir o Paraguai porque se sentia prejudicado, no continente americano, pelo governo da nação guarani. É impossível dizer mais erros em tão poucas palavras”. E é mesmo. A demonstração, em linguagem fácil e nítida, corre nas 64 páginas do opúsculo. Lembra o crítico cearense que, para conseguir o reconhecimento de sua Independência, “o Brasil sofreu verdadeira extorsão por parte da Inglaterra, pagando dívidas contraídas por Portugal, uma das causas da impopularidade de D. Pedro I”. Na questão do tráfico, no famoso “Bill Aberdeen”, as duas nações se desavieram diplomaticamente. Os motivos que levaram o Brasil à guerra (isso está em quase todos os historiadores) não nasceram do imperialismo britânico.

Para forjar sua tese, o Sr. Chiavenato pintou mentirosamente o Paraguai como uma utopia socialista, uma colméia de trabalho e alegria,

cujo progresso ia à frente do Brasil. A não ser “El Supremo”, que capitaneava o país como eminência solitária, tudo mais exprimia a igualdade bem-aventurada. De Francia a Carlos Antonio Lopez, reinava a mais admirável fraternidade de trabalho, com fábricas e artesanatos, sem burguesias que atrapalhassem esse paraíso mediterrâneo. O mais espantoso é que, nesse regime de patriarcalismo ativo, todos os males haviam sido eliminados. Transcreve o crítico estas palavras do autor: “Até o começo da guerra não se conheciam loucos ou suicídios no Paraguai, segundo o testemunho de alguns cientistas”. Lá se gozava da melhor alimentação do mundo. A cultura subia sempre. Entretanto, segundo verifica o autor, o sistema não conseguira organizar uma classe liderante !

As contradições sociais e políticas são tremendas no livro. Foi um brado de bom-senso e de honestidade o que acaba de dar o Prof. Luís Barros contra a destemperada obra de falsificação histórica e de deformação de uma difícil fase da vida política do país.

(Pronunciamento lido no Conselho Federal de Cultura e que recebemos para publicação graças à gentileza do Prof. Lourenço L. Lacombe, Diretor do Museu Imperial, de Petrópolis.)

*

PROPAGANDA ELEITORAL: ANO 62

Almir de Oliveira

Quem vê nossos postes, nossos muros e as fachadas de nossos edifícios lambuzados de cartazes e de pichações, que fazem a propaganda de candidatos, não faz idéia de quanto isso é antigo. Pois isso acontece pelo menos há 1920 anos ! Já usavam tais práticas os políticos do Império Romano. Quem nos dá notícia disto é Robert Etienne, no seu bem-feito *A vida quotidiana em Pompéia* (edição portuguesa).

No segundo capítulo do segundo livro dessa obra, o historiador francês fala-nos do que denomina a “febre eleitoral”, que dominava os pompeianos logo após o ano 62 de nossa era, quando se cuidava, ali, de reparar danos decorrentes do sismo daquele ano.

Anualmente, Pompéia assistia ao espetáculo da disputa eleitoral, destinada ao preenchimento dos cargos de **duoviri jure dicundo** e de **duoviri** simples, que vieram a chamar-se **aediles**. Os primeiros eram magistrados superiores, responsáveis pela política da cidade, estando-lhes afeta a gerência de todos os negócios civis, religiosos e financeiros; os segundos tinham a seu cargo as estradas, os edifícios públicos e sagrados. Elegiam-se na primavera de cada ano.

“Para abrir a campanha eleitoral era preciso que os candidatos se dessem a conhecer ao magistrado encarregado de presidir ao escrutínio e que seus nomes fossem publicados”, informa R. Etienne. Como se vê, qualquer coisa como o que se faz hoje aqui, a mostrar que não inventamos muito... Havia uma magistratura eleitoral e um registro. Aí começava a campanha. Não havia local especial para a propaganda. A Municipalidade, tal como hoje, não tinha lugares próprios para se escreverem os apelos ao eleitorado. Não progredimos, pois, quanto a isto. A propaganda era pessoal: cada pessoa tomava o partido do candidato de seu gosto e punha ao seu dispor a fachada de sua casa, de sua loja ou armazém. Mandavam pintar de cal as paredes por um profissional adequado, o **dealbator**, depois de preparadas por um pisoeiro. A seguir, contratava-se um pintor, que, em geral, fazia seu ofício à noite, à luz da lua, ou de uma lanterna conduzida por um **lanternarius**. O pintor assinava as mensagens que lhe eram encomendadas. Mas, não eram os candidatos que faziam sua propaganda, eram seus amigos ou admiradores, ou interessados na respectiva eleição. R. Etienne dá um exemplo dessa propaganda: **A. VETTIVM FIRMVM. AED. O.V.F. FVSCVS CVM VACCVLA FACIT**”, o que quer dizer: “Votai por A. Vettius Firmus, candidato à Edilidade, da parte de Fuscus e de

Vaccula”. Estes dois últimos nomes eram os dos patronos de Vettius Firmus. Havia, já naquela época, o “voto vinculado”: as candidaturas eram a quatro e quatro, dois edis e dois duúnviros. A recomendação mural podia ser para um só, ou para os dois ou para os quatro. Tal como hoje.

Um aspecto particular daquela campanha eleitoral: “Só os testemunhos de moralidade depõem a favor dos candidatos”, informa o historiador francês, que faz esta apreciação: “... preocupação suprema de pessoas para as quais é preciso ser honesto para gerir os negócios públicos”. (Quanto a isto, nós, nestes 1900 decorridos...bom, o leitor sabe como é.) Mas, uma coisa continuamos a praticar: “parece que havia pouca preocupação de exigir capacidades determinadas ou alguma competência técnica” (O diabo é que descuramos de ambos os aspectos: o da ética e o da aptidão.) Choviam os lugares-comuns. De um candidato, dizia-se que era **iuvenis probus**, ou seja, rapaz honrado; de outro, que era **probissimus**, mais honrado; de outro, que era **verecundissimus**, isto é, reservadíssimo. Outro era recomendado assim: **Omni bono meritis iuvenis**, jovem digno de todos os bens. De outro se dizia que era **iuvenis inocuae aetatis**, jovem irrepreensível. Anota R. Etienne que não se injuriava, nem se difamava, “apenas as recomendações indesejáveis providas de brincalhões ou de gente suspeita” para lançar o descrédito às candidaturas. A “corporação dos dorminhocos” recomendava certo candidato. A “dos ladrões”, um outro. A “dos escravos fugios”, um terceiro. Alguém escreveu a recomendação das prostitutas Cuculla e Zmyrina à candidatura do bom padeiro C. Iulius Polybius, que, furiosamente, mandou cair a inscrição.

A campanha eleitoral abarcava toda Pompéia: as corporações de ofícios, as comunidades religiosas e culturais, professores e seus estudantes, atores, jogadores de bola e de xadrez, nas tabernas, nos lupanares, por toda Pompéia. “As mulheres mais vezes envolvidas nessas campanhas eleitorais, informa R. Etienne, eram as esposas dos taberneiros ou as donas dessas tabernas”, cujos nomes o historiador relaciona. Ele mesmo nos fala da quantidade dos candidatos: “Em tempo normal era acesa a luta entre os candidatos: atestam-se 2.800 inscrições, das quais 1.500 só para o ano de 79”. Era assim.

(**Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 16/9/1982.)

* * *

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Almeida, Antônio Paulino de — Memória histórica sobre Cananéia, volume III. São Paulo, Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, 1981. 160 pp. (Série Didática n^o 11; Departamento de História, n^o 2.)

Bem andou o Departamento de História da Universidade de São Paulo em dar prosseguimento aos estudos sobre Cananéia publicados originalmente na “Revista de História” por Antônio Paulino de Almeida. Deste autor já nos ocupamos quando lhe dedicamos a seção “Vultos da Historiografia Brasileira” do n^o 106 desta publicação. Tivemos, então, oportunidade de arrolar a quase totalidade de sua produção histórica, em grande parte esparsa por revistas e jornais. Os escritos sobre Cananéia haviam sido reunidos em dois volumes, editados em 1963 e 1966, figurando sob os n^{os} 26 e 28 da preciosa **Coleção Revista de História**. Mas neles não figurava tudo o que o autor cananeense escrevera sobre sua cidade. O que ficara faltando veio a lume agora nesta publicação que registramos, aparecida quinze anos após o surgimento do volume anterior. Infelizmente seu autor faleceu em 1969, não tendo tido, pois, oportunidade de ver publicado este terceiro volume de sua obra mais importante. Precedido de uma nota biográfica (com fotografia) do autor, a matéria deste volume, em seqüência natural aos anteriores (capítulos 34 a 48) compreende: Memórias Memoráveis, Notas Avulsas, A Ilha do Cardoso, Navegação, Instrução Pública, Ordenanças da Vila de São João Batista de Cananéia, Sargentos-Mores, Capitães-Mores, Vigários da Paróquia, Arquivos de Cananéia, A Lagoa Dourada, Morro do Castigo, Tradições, Vocábulos de origem tupi na história de Cananéia e Provimto dos Ouvidores. ONM (Cortesia do Departamento de Publicações da FFLCH da USP.)

Campos, Renato Carneiro — Tempo amarelo: ensaios. Recife, Editora Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1980. 100 pp. (Série Cursos e Conferências, v. 7).

Ao falecer prematuramente com pouco mais de quarenta anos, o autor deixou excelente folha de serviços à cultura brasileira, notadamente pernambucana, como diretor do Departamento de Sociologia do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais e autor de numerosos ensaios e trabalhos menores esparsos pela imprensa e

em publicações culturais de alto nível. Este volume, que o autor não chegou a ver publicado, foi por ele próprio organizado, e reúne diversos trabalhos escritos em diferentes ocasiões, alguns já publicados anteriormente. “Tanto os ensaios já publicados quanto outros inéditos que formam este livro, estavam a exigir uma publicação ou republicação pelo que neles existe de notável intuição crítica e interpretativa”. Precedido de uma introdução em que Gilberto Freyre analisa o “modo de ser sociólogo” do autor, o volume contém os seguintes escritos de Renato Carneiro Campos: “Anotações sobre a vida e a obra de Gilberto Freyre”; “Carlos Pena, poeta da cor”; “Literatura e açúcar”; “Joaquim Nabuco, um agitador de idéias”; “Oliveira Lima, cidadão do mundo”; “Tempo amarelo” (que dá nome ao volume); “Olívio Montenegro, o homem e o escritor”; “Estácio Coimbra, um tipo de político conservador”; “Antero de Quental” e um capítulo final sobre a capital pernambucana, sua cidade. Como percebem os leitores, temas de alto interesse para a historiografia, como os que tratam de Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Gilberto Freyre e Olívio Montenegro. ONM (Cortesia do IJNPS.)

Faria, Octavio Augusto de — Monografia do município de Taquari. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, 1981, 272 pp.

Trata-se de reedição de livro publicado em 1912 e que agora de novo se publica atendendo à política de interiorização de cultura traçada pelo órgão público que o editou. Com as qualidades e naturalmente também os defeitos da metodologia da época em que o livro foi escrito, presta, contudo, assinalado serviço aos pesquisadores da história local, que nele encontram dados corretos e honestamente coligidos para oferecer-nos um retrato, embora não completo, da importante cidade gaúcha. ONM (Cortesia do Instituto Estadual do Livro.)

Grinberg, Isaac — Mogi das Cruzes de 1601 a 1640. São Paulo, 1981. 178 pp.

“Historiador obstinado de sua querida Mogi das Cruzes”, como dele escreveu Pedro Calmon, o autor apresenta-nos com este volume valiosa contribuição ao estudo da história de sua cidade, cujo fundador, Gaspar Vaz, já fora por ele mesmo estudado em volume anterior. Prefaciado por Pedro Calmon, que salientou devidamente o significado do que o autor já tem escrito sobre Mogi das Cruzes, traçando, inclusive paralelo com outros expressivos vultos da historiografia local, vem a obra fundamentada por excelente documentação, sobretudo as atas da vila, exumadas e transcritas e

que vão de 1612 a 1627. Preocupou-se o autor – diz Calmon – “em reconhecer o início da sociedade (o panorama, primeiras ruas, habitações, primeiros caminhos), a dura vida e o desconforto, a agricultura, a alimentação, os divertimentos, doenças e remédios, a indústria possível, a Igreja, índios e bandeirantes, as eleições...” Enfim, algo como a “vida e morte” dos mogianos, a sua vida cotidiana. Destaca-se, ilustrando o texto, a colaboração de Manuel Victor Filho, cujos desenhos ombreiam com os de Washth Rodrigues ou de Belmonte. ONM (Cortesia do autor.)

Guerra, Flávio – Decadência de uma fidalguia açucareira. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. 136 pp. (Coleção “Recife”, vol. 20.)

Cuida o autor, neste volume, de um dos momentos mais significativos da história pernambucana: aquele que se seguiu às guerras holandesas, implicando a necessidade de uma total reestruturação da vida econômica, arruinada pelas lutas com o invasor. Ao ler suas páginas, “o leitor vai encontrar a explicação para as mutações sociais que marcaram a nossa sociedade e, até hoje, continuam bem presentes em nossa paisagem. A mesma economia capitalista que marcou no século XVIII o início da decadência da aristocracia canavieira, está presente quando do aparecimento da usina no início do século XX que transformou o poderoso “senhor de engenho” em fornecedor e os feudos rurais em simples partidos de cana”. (do Prefácio.)

Irmão, José Aleixo – Crônicas e Ditos Populares. Sorocaba, 1982. 190 pp.

Publicadas num jornal de Sorocaba, a matéria contida no presente volume reveste-se de grande interesse não apenas para a história da cidade que o autor adotou como sua, mas ainda pelas inúmeras evocações de fatos mais gerais de sua vida. Entre estes, merecem destaque as 22 crônicas que reuniu sob o título “Postais Antigos” e que evocam o Rio de Janeiro dos anos 30, época em que o autor ali viveu como estudante da velha Faculdade de Direito da Rua do Catete. A José Aleixo Irmão já devemos excelentes estudos sobre Euclides da Cunha, Afonso de Taunay e Júlio Ribeiro e ainda sobre Nuporanga, sua cidade natal. ONM (Cortesia do autor.)

Lacoste, Yves – Os Países Subdesenvolvidos. Trad. Américo E. Bandeira. 15ª edição. São Paulo, Difel, 1982. 120 pp.

Trata-se de uma das obras mais bem elaboradas para o esclarecimento desse complexo fenômeno que é o

subdesenvolvimento. Para o autor, inúmeros são os caracteres constitutivos que o condicionam: a insuficiência alimentar, deficiências da agricultura, baixa renda nacional média, baixos níveis de vida, industrialização reduzida, fraco consumo de energia mecânica, setor comercial hipertrofiado, estruturas sociais ultrapassadas, fraco desenvolvimento das classes médias, frágil integração nacional, importância do subemprego, deficiente nível de instrução, intensa natalidade, estado sanitário imperfeito etc. Informa a Editora que esta 15ª edição foi totalmente reestruturada pelo autor, com ampla revisão e atualização do tema. ONM (Cortesia da Editora.)

Luna, Francisco Vidal/Costa, Iraci Del Nero da – Minas colonial: economia e sociedade. São Paulo, Pioneira/FIPE, 1982. 84 pp.

Compreende o volume quatro estudos que versam sobre a sociedade e a economia de Minas Gerais no período colonial. “Revelam-se os elementos condicionantes da ocupação e povoamento das Gerais, além de delinearem os aspectos genéricos do desenvolvimento populacional de Vila Rica. É considerada a estrutura de posse da mão-de-obra escrava e com respeito às profissões e atividades produtivas, os autores detiveram-se na análise pormenorizada de Vila Rica, com base em farto material empírico referente ao início do século XIX. A vida cotidiana é abordada a partir de manuscritos eclesiásticos relativos a devassas efetuadas em Minas, nos meados do século XVIII” (da apresentação). (Cortesia da editora.)

Perfis Parlamentares, nº 20: Carlos Lacerda. Brasília, Câmara dos Deputados/Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982. Intr. de José Honório Rodrigues. 808 págs.

Precioso documentário constitui a coleção **Perfis Parlamentares**, editada pela Câmara dos Deputados e da qual vinte volumes já foram publicados, sendo o vigésimo dedicado a Carlos Lacerda, conhecido político, administrador, jornalista e homem de letras dos maiores que o Brasil possuiu. O volume reúne 49 discursos proferidos entre 4 de março de 1955 e 4 de setembro de 1959, precedidos de excelente introdução de José Honório Rodrigues não só analisando os discursos, mas situando o grande parlamentar nos quadros da vida política de seu tempo e ainda com apreciação sobre a oratória parlamentar brasileira desde os tempos do Império. A título de informação, lembraremos que os volumes anteriores desta coleção referem-se a José de Alencar, Carlos Peixoto Filho, Nunes Machado, Conselheiro Saraiva, Visconde de Ouro Preto, Francisco Campos, Epitácio Pessoa, João Neves da Fontoura, Zacarias de Góes, Otávio

Mangabeira, Gilberto Amado, Teófilo Ottoni, José Bonifácio (o Moço), Silveira Martins, Leopoldo Bulhões, Raul Pila, Castro Pinto, Plínio Salgado e Flores da Cunha. E mais dezesseis encontram-se anunciados. ONM (Cortesia de José Honório Rodrigues.)

Pinheiro, Paulo Sérgio — Hall, Michael M. — A classe operária no Brasil, 1889/1930. Documentos vol. II. São Paulo, Brasiliense, 1981. 348 pp.

“Durante muito tempo, a história da classe operária ficou reduzida às instituições sindicais e partidárias, geralmente limitadas ao contingente dos que militavam no movimento operário. Porque a classe operária no seu todo não era levada em conta, passou-se a tomar as lideranças e os militantes pela classe inteira. Nessa perspectiva, a luta de classes foi adquirindo um caráter de conceito cada vez mais abstrato e formal, desencarnado da vida dos trabalhadores e ritualisticamente localizado, quando muito, na estrutura econômica”. Dado este tom, pretendem os autores, com sua obra documental, contribuir para que a história dessa classe venha situar-se numa perspectiva mais larga, preocupada em abranger a classe operária em seu modo de vida em suas práticas cotidianas, captando a complexidade de sua expressão na sociedade. Os textos reunidos no presente volume referem-se às condições de vida e de trabalho, às relações com os empresários e às relações com o Estado. O mais antigo data de 1892 (“Condições de vida dos colonos”) e foi extraído de artigo publicado em Roma por Rozwadowski no volume **Emigrazione e colonie: raccolta di rapporti dei rr. agenti diplomatici e consolari**. Com estes dois volumes oferecem-nos os autores um documentário magnífico de inapreciável interesse para a história social de nosso país. ONM (Cortesia da editora.)

Rabello, Elizabeth Darwiche — As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVIII. São Paulo, Safady, 1980. 218 pp.

Tese de doutoramento apresentada à Universidade de São Paulo, publica-se agora em livro este valioso trabalho, significativa contribuição ao conhecimento de um dos períodos mais importantes da história paulista, qual o que se seguiu à restauração da Capitania na segunda metade do século XVIII. Escreve a autora, na Introdução: “Ao pensarmos em São Paulo, na segunda metade do século XVIII, a primeira visão que nos aparece é a de um quadro de miséria, com uma população paupérrima e que só no século seguinte passaria, na realidade, a ter alguma projeção nacional. Num retrospecto econômico, deparamos com uma agricultura que mal chegava para a subsistência da população, portanto quase não se

exportava ou então esta exportação era insignificante comparando-se com outras regiões do Brasil. Entretanto, tomamos como ponto de partida o ano de 1765, pois esta data, além de significar um novo período administrativo para a Capitania de São Paulo, coincide também com o início do governo do Morgado de Mateus que indiscutivelmente criou uma série de condições propícias a um futuro desenvolvimento econômico de São Paulo. (...) O período estudado situou-se assim naquela faixa cronológica posterior ao ciclo da mineração e anterior ao desenvolvimento da cafeicultura, quando então outros fatores contribuíram para mudanças na sociedade paulistana. (...) A Capitania, no período estudado, era pobre, mas nem por isso deixou de ter sua elite. Poderá não ter sido uma elite nos moldes de regiões mais ricas da época, ou mesmo com iguais tipos de repercussões e influências sociais, mas nem por isso podemos afirmar que não tenha existido..." Em duas partes divide-se a obra: na primeira a autora estuda a sociedade paulista e na segunda, as elites propriamente. Na primeira, as bases demográficas, as estruturas e as estratificações sociais; na segunda, a formação e os critérios de ingresso, a composição e o relacionamento com outros grupos sociais. Fontes, quadros e tabelas fundamentam o bem elaborado estudo, que representa, como já se disse, valiosa contribuição ao melhor conhecimento do "São Paulo Restaurado". ONM (Cortesia do Editor.)

Ribeiro, René — Antropologia da religião e outros estudos. Recife, Editora Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1982. 310 pp. (Série "Estudos e Pesquisas", vol. 21.)

As duas primeiras partes deste excelente volume que vem de ser editado reunindo diversas contribuições do Autor, referem-se particularmente aos cultos afro-brasileiros. A terceira, intitulada "Utopias religiosas", é dedicada ao estudo de alguns movimentos messiânicos e a última, "Antropologia religiosa e psiquiatria transcultural", cuida particularmente de algumas seitas pentecostais, de larga difusão em nosso país. Informa o Autor que os trabalhos enfeixados neste volume foram publicados em épocas diversas, alguns até no exterior, sendo hoje, portanto, inacessíveis ao leitor na sua forma original. Donde, a feliz iniciativa de sua publicação integrando a série "Estudos e Pesquisas" da benemerita instituição recifense. ONM (Cortesia da Editora.)

Ricci, Maria Lúcia de Souza Rangel — Um inquérito econômico na Bahia colonial. Separata da "Memória da III Semana da História". Franca, Instituto de História e Serviço Social, 1981.

A pouca ou mesmo nenhuma utilização de certos textos históricos encontráveis em edições relativamente recentes, parece ter sido o que animou a Autora a tomar para tema de um trabalho apresentado a uma Reunião de História realizada em Franca em 1981, e que vem de ser publicado na respectiva **Memória**, a resposta que ao Conde da Ponte, governador da Bahia em princípios do século passado endereçou João Rodrigues de Brito. A história dessa resposta merece ser contada. Andava o governador preocupado com a decadência da lavoura em sua capitania e fez o que não era usual entre os homens públicos da época, quase sempre arbitrários, prepotentes e auto-suficientes: resolveu ouvir os fazendeiros para que estes lhe oferecessem sugestões, através de bem elaborado questionário. Não se sabe a quantos fazendeiros o governador se dirigiu. O que se sabe é que ele próprio se queixou de ter recebido pouquíssimas respostas. Parece ser velho, portanto, o hábito brasileiro de não responder a questionários... Mas, dentre as respostas que recebeu, uma revestiu-se de real valor, transcendendo de muito ao que, em princípio, devia ser respondido, resultando daí verdadeiro diagnóstico da situação em que se encontrava a Bahia, podendo ser ainda muitas de suas proposições aplicadas a outras regiões do Brasil. Junto com outras respostas menores, foi o arrazoado de Rodrigues de Brito publicado em livro em 1821 e reeditado duas vezes neste século, ambas na Bahia (1924 e 1946). Em torno desse valioso texto, elaborou a autora erudito estudo, ora de consulta obrigatória para quem quiser conhecer e aproveitar tão inestimável fonte, ao mesmo tempo tão pouco utilizada pelos nossos pesquisadores. O que cumpre ressaltar, sobretudo, é que a historiadora campineira (ora vinculada à Unesp, de Franca), com o seu “faro” de excelente pesquisadora, soube redescobrir e reavaliar um texto de alta significação para o conhecimento de nossa história econômica, comentando-o com critério, justeza e precisão. ONM (Cortesia da Unesp, Franca.)

Sena, Marina de Avelar — Negros fugidos em Minas Gerais. Belo Horizonte, 1981. 126 pp.

Já nos temos ocupado dos estudos da autora sobre a escravidão em Minas Gerais, todos eles frutos de honestas e exaustivas pesquisas em documentação inédita das velhas cidades mineiras. Para este, a autora centrou suas investigações nos velhos jornais de Ouro Preto. Demos-lhe a palavra: “Baseada nesses anúncios, que alcançaram dez centenas com mais de mil e duzentos escravos, formulamos um percentual de idades, isto é, as faixas dentro das quais os escravos mais fugiam; suas nações de origem; suas características físicas; suas habilidades profissionais; seus vícios e as torturas impostas a eles

pelos seus senhores. Também o significado econômico dessas fugas, inclusive o valor das recompensas oferecidas àqueles que capturassem os fugitivos. Os sinais das doenças mais comuns entre eles e o grau de cultura que alguns deles possuíam. Dessa forma, pudemos, nessa pequena mais significativa amostragem, demonstrar os índices dos vícios e criminalidade entre os escravos, bem assim as qualificações dos mesmos, que por sinal eram muito mais expressivas e dignas de serem ressaltadas (...) Nosso trabalho demonstra uma realidade, não no seu todo, mas numa parte dela, que não deixa de ser significativa pois firma-se em documentos reais e verdadeiros de determinada época”. Para documentar melhor seu trabalho juntou a autora transcrições de numerosos anúncios. Enfim, estamos diante de valiosa contribuição para a história social, que honra não apenas a autora, mas a própria historiografia mineira. QNM (Cortesia da autora.)

*

PERIÓDICOS

- Arquivo: Boletim histórico e informativo, vol. 3, nº 1, janeiro a março de 1982. Divisão do Arquivo do Estado de São Paulo. Conteúdo: Noventa anos de Arquivo do Estado (Amélia F. Trevisan); O Arquivo hoje (Raquel Glezer); O historiador do litoral paulista (Odilon Nogueira de Matos); Maços de população (Amélia F. Trevisan); Notas bibliográficas; Pesquisadores & Pesquisas.
- Arquivo Rio Claro, nº 2, julho de 1982. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, SP. Conteúdo: Os arquivos municipais (Daise Aparecida Oliveira); O Conselho Geral da Província e a criação da Freguesia de São João do Rio Claro (Amélia F. Trevisan); A Caixa Econômica de Rio Claro (Oscar de Arruda Penteadó); Notas e informações.
- Boletim Bibliográfico, vol. 42, nº 3, julho a setembro de 1981. Biblioteca Mário de Andrade. São Paulo. Volume inteiramente consagrado a Lima Barreto, ao ensejo do centenário de seu nascimento, com colaborações de Francisco de Assis Barbosa, Coelho Neto; A. J. Pereira da Silva, Enéas Ferraz, Tristão de Athayde, José Vieira, Sérgio Milliet, Josué Montello, Zenir Campos Reis, Maria Zilda Ferreira Cury, Maria Célia de Moraes Leonel.
- Ciências e Letras, nº 2, março de 1982. Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Conteúdo: Contribuições da lingüística aplicada para o ensino de línguas no I e II graus (Gládis K. Rehfeldt); “Jeremias sem chorar”, ou da poesia contra a robotização (Maria da Glória Bordini); Aspectos do tempo e do espaço em “Os sinos da agonia” (Denis Germano Schell); As tendências atuais da ciência histórica (Arno Alvarez Kern); O papel do

educador para o desenvolvimento sadio da personalidade (Bruno Edgard Ries).

Geografia, vol. 6, nºs 11/12, outubro de 1981. Rio Claro, Associação de Geografia Teórica. Conteúdo: O encabeçamento das armaduras urbanas nacionais: uma revisão (Juergen R. Langenbuch); Bases geográficas para planejamento rural no Estado de São Paulo (Antonio O. Ceron e Lúcia Helena Girardi); A expansão das lavouras de soja e trigo no Estado de São Paulo (Miguel Cezar Sanchez); Contribuição à metodologia da cartografia temática: o exemplo da variabilidade das precipitações anuais no Estado da Bahia (Barbara Christine N. Silva); Notas e resenhas.

Publicações do Museu Municipal de Paulínia, nºs 20, 21 e 22 (maio, agosto e novembro de 1982). Conteúdo: nº 20 – Uma iguaba de Capivari (Maria Augusta Pereira, Renata Parada Pazinato, Suzan Evelyn Marcondes e Desidério Aytai); A flauta nasal nambikuara (carta do Dr. P. David Price); Moça karajá faz boneca de barro (Desidério Aytai). Nº 21: Estórias de bicho contados por um guarani (Thekla Hartmann e Sylvia Caiuby Novaes); A flauta nasal nambikuara (Desidério Aytai); Índice geral das Publicações do Museu, nºs 1 a 20. Nº 22: Alguns mitos dos Kadiwéu (Sonia Rosalie B. Chevalier); Contribuição do Museu ao estudo da cerâmica (Suzan Evelyn Marcondes); Da caderneta de campo do antropólogo: o fuso karajá (Desidério Aytai).

Reflexão, nº 23 – Instituto de Filosofia da PUCCAMP. Conteúdo: Da função educadora (Martin Buber); O primado da presença e o diálogo (Newton A. von Zuben); Essência e Existência: conflito fundamental do pensamento pedagógico (May Guimarães Ferreira); A antropologia política de Paulo Freire: uma contribuição para o problema da decisão (José Luiz Nunes); Sobre o conceito de ideologia em Althusser (José Dias Sobrinho); Religião e Positivismo (João Ribeiro Júnior); A filosofia como problema e estilo de filosofar (Mario Guerreiro); A gênese do conhecimento segundo Heidegger (Ricardo Jardim Andrade); O valor epistemológico da prioridade do mito sobre o logos em Vicente Ferreira da Silva (Constança Marcondes César); Edgar Allan Poe e a viagem em busca de uma visão unificada do universo (Nair Leme Fobé); Resenhas.

Revista da Academia Rio-Grandense de Letras, nº 2. Porto Alegre, 1982. Conteúdo: Apontamentos sobre a arte na era da tecnologia (Ir. Elvo Clemente); Camões, a mulher, o amor e a saudade (Propício da Silva Machado); Oswaldo Aranha, uma hora de inteligência na vida americana (Moacir Santana); Bibliografia de Anchieta (Lothar Francisco Hessel); Alcides Maya (Arthur Ferreira Filho); Um esboço sobre Gotthold Ephraim Lessing (Leandro Teles); Divertimento de gaúcho (Mila Cauduro); O Cruzeiro e a Boicira (Hélio Moro Mariante); O Prisioneiro (Moacyr Flores); Tapera (Zeno Cardoso Nunes); Porto (Moaci Matheus Sempé); Mar absoluto das memórias, 2ª parte (Dante de Laytano); Um quarto de século de literatura rio-grandense, 2ª parte (Pedro Leite Villas-Boas); Quadrinhas populares da Província do Rio Grande, 2ª parte (Carlos von Koseritz). Noticiário.

Revista de Antropologia, vol. 23. São Paulo, Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, 1980. Conteúdo: O mundo cromático karajá (Desidério Aytai); Bases para o estabelecimento da Reserva Pataxó (Pedro Agostinho); Possibilidade de aplicação do critério de forma no estudo de

contatos intertribais, pelo exame da técnica de remate e pintura de cestos (Berta G. Ribeiro); Os grupos tribais do Território de Roraima (Orlando Sampaio Silva); Por falar em Suruí (Renato da Silva Queiroz); O protestantismo entre os índios Palikur do Rio Urucaú, Oiapoque (Expedito Arnaud); Conto russo em versão nordestina (Jerusa Pires Ferreira); África descoberta: uma história recontada (Yeda Pessoa de Castro); Baixo-relevo cultural: Mitra Tauróctono (Haiganuch Sarian); Centenário do nascimento do cientista Carlos Estêvão de Oliveira (Maria Iracy Vieira da Cunha); A Semana do Índio no Museu Paraense Emílio Goeldi (Antônio Carlos Magalhães); Relato de acontecimentos relacionados com a presença das madeiras na reserva dos Xikrin no rio Cateté (João Paulo Botelho Vieira Filho); Filmes etnológicos da Escola de Comunicações e Artes da USP (Egon Schaden); Noticiário; Bibliografia.

Revista do Arquivo Municipal, vol. 194. São Paulo, janeiro a dezembro de 1981. Conteúdo: Guiomar Novaes, uma plenitude artística (José da Veiga Oliveira); O surto ferroviário paulista: a importância de Rio Claro (Célio Debes); Exposição de Arquivos (Eduardo de J. M. Nascimento); “Não sou marxista”, escreveu Marx (Tito Lívio Ferreira); História da Associação Paulista de Imprensa (Paulo da Silveira Santos); Fichas do inventário geral dos bens culturais paulistanos.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 327, abril/julho de 1980. Brasília/Rio de Janeiro. Conteúdo: Nicolau Antonio Taunay, precursor da Missão Artística Francesa de 1816 (Donato Mello Júnior); A diplomacia brasileira e a revolução mexicana, 1913/1915 (Francisco Luiz Teixeira Vinhosa); A fazenda do Barão de Pati do Alferes (Francisco de Paula e Azevedo Pondé); Atas do Conselho de Estado (Pedro Calmon); Osório, o predestinado (José Gomes Bezerra Câmara); Araújo Porto Alegre (Américo Jacobina Lacombe); Araújo Porto Alegre (Alfredo Galvão); Alguns aspectos da vida de Manuel de Araújo Porto Alegre (Mário Barata); Imagem e glória do Duque de Caxias (Pedro Calmon); Miguel Calmon e a valorização do café (Mircea Buescu); Santos Dumont e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Waldemiro Pimentel); José Martins da Cruz Jobim, um fundador da Academia Nacional de Medicina (Reginaldo Fernandes); A Tríplice Aliança e a estratégia brasileira (Davis Ribeiro da Silva); Egas Moniz e seus descendentes do Brasil (Pedro Calmon); Almanques do Rio de Janeiro (Marcello e Cybelle de Ipanema); Bibliografia; Toynebee e a História das Civilizações (José Honório Rodrigues); Noticiário.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 3ª fase, nº 3, 1981. Conteúdo: Crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e na estrutura da cidade (Victor Antonio Peluso Júnior); Historiografia de Santa Catarina (Walter F. Piazza); O Conde d’Eu, o contexto brasileiro no século XIX e as terras catarinenses (Cenilde Loch); A colonização grega em Santa Catarina (Paschoal Apóstolo); Jornalzinho ingênuo de rapazes provincianos (Theobaldo C. Jamundá); A imprensa em Jaraguá do Sul (Dante Martorano); Noticiário.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 77. São Paulo, 1982. Conteúdo: Louvação a São Paulo (Mario Savelli); Do 23 de maio que eu vi e vivi (Silveira Peixoto); Quarto centenário da “Viagem a Terra do Brasil”, de Jean de Léry (Lycurgo de Castro Santos Filho); Titulares do Império do Vale

do Paraíba paulista (Délio Freire dos Santos); Guiomar Novaes, uma presença de artista (José da Veiga Oliveira); Emoção e homenagem (J. Pereira); Marlière, espião de Bonaparte no Brasil (Geraldo Dutra de Moraes); Crônicas saudosas com colorido de memórias (Flávio de Toledo Piza); O poeta Vicente da Costa Taques (Roberto Machado de Carvalho); Presença de Oswald de Andrade (Roberto de Paula Leite); Cultura e Humanização (João Paulo II); Tempo de Medicina e de Ciência no Brasil (Duílio Crispim Farina); Diogo Antônio Feijó (Lúcia de Tomasi); Caderno Encadernado do Padre Diogo Antônio Feijó (Dom Martinho Johnson, OSB); A figura de Antônio Bicudo Leme (Lycurgo de Castro Santos Filho); Bento Gonçalves da Silva (Henrique Oscar Wiederspahn); A Sociedade dos Patriarcas Invisíveis e a Revolução Liberal de 1842 (Brasil Bandecchi); Os que partiram (Mario Savelli); Noticiário.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, nº 122. Porto Alegre, 1982. Conteúdo: Flores da Cunha, centenário de seu nascimento (Arthur Ferreira Filho); Identificação genealógica de Pedro Canga (Paulo Xavier); Viagem dos açorianos ao Rio Grande do Sul (F. Riopardense de Macedo); Evolução urbana de Rio Grande (Raphael Copstein); O Padre Hafkemeyer (Armando Dias de Azevedo); Os governantes do Rio Grande do Sul (Riograndino da Costa e Silva); Pequeno dicionário toponomástico do Rio Grande do Sul, letra S (Afonso Guerreiro Lima); Anais dos Congressos de História e Geografia Sul-Rio-grandense realizados pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul: índice por autores (Thomaz Carlos Duarte); Pareceres sobre: Personalidades ilustres do magistério; Símbolo do peão de estância; Fundação do Teatro São Pedro; República de Piratini ou República Rio-Grandense; José da Silva Paes, o fundador do Rio Grande do Sul.

Revista Goiana de Artes. Órgão oficial do Instituto de Artes da Universidade Federal de Goiás. Vol. 2, nº 1, jan/jun/1981. Conteúdo: Siron Franco (P. M. Bardi e Walmir Ayala); "Argila" ou um modelo de repetição (Heleno Godoy); O texto crítico de um cantar satírico medieval (Amphiphio de Alencar Filho).

*

*

*

NOTICIÁRIO

UM PROTESTO A PROPÓSITO DO CENTENÁRIO
DA IGREJA POSITIVISTA

Não chego, sinceramente, a compreender como se pôde negar a emissão de um selo comemorativo do primeiro centenário da Igreja Positivista do Brasil. Foi um erro estribado numa interpretação também errônea da lei que exclui desse gênero de homenagem as associações e datas religiosas. Porque se trata de um fato histórico profundamente engravado nos registros da nossa vida republicana desde seu início quase secular: quando Benjamim Constant, positivista convicto e proeminente orientava o desenho da nova bandeira nacional, sob inspiração de Teixeira Mendes nele mandou inscrever as palavras que até hoje fulguram no círculo azul do lábaro pátrio: **Ordem e Progresso**. Essa gloriosa legenda originou-se num dos conceitos mais conhecidos de Augusto Comte: “O amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim”. A constituição rio-grandense de 1891 é nitidamente um texto embebido nos princípios da Religião da Humanidade, assim como dois grandes vultos da história política da terra gaúcha — Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros — eram adeptos da doutrina criada pelo filósofo de Montpellier, cujo **Curso de Filosofia Positiva** é considerado uma das obras capitais do século XIX.

Positivista era um dos mais eminentes homens que o Brasil já teve, o Marechal Cândido Rondon, grande patriota, grande soldado e apóstolo dos índios. Também o era Roquette Pinto, o ilustre pioneiro da radiodifusão, assim como Rondon foi o pioneiro do telégrafo nacional.

Depois, se o Decreto de 1958 proíbe homenagear com selos comemorativos associações e acontecimentos religiosos, como explicar as emissões filatélicas do Centenário da Companhia de Jesus, do Cinquentenário dos Maristas, dos Congressos Eucarísticos Nacionais, da Conferência Mundial da Juventude Batista, da Quinta Assembléia Luterana, do Centenário da Obra Presbiteriana, do Centenário da morte de Alan Kardec e do Centenário da Codificação do Espiritismo ?

(Nota de Paulo de Gouvêa, no **Correio do Povo**, de Porto Alegre, em 22/2/1981.)

EFEMÉRIDES MUSICAIS EM 1982

Diversas efemérides bastante significativas assinalaram o calendário musical do corrente ano. Logo no dia 1º de janeiro, o bicentenário da morte de Johann Christian Bach, o caçula dos filhos do grande João Sebastião; dia 29, o bicentenário do nascimento de Daniel François Auber. Em fevereiro, dia 28, o tricentenário da morte de Alessandro Scarlatti e de Alessandro Stradella. Em março, dia 10, o sesquicentenário da morte de Clementi; dia 18, o centenário de nascimento de Malipiero; dia 24, o centenário de nascimento de Marinuzzi; dia 31, o 250º aniversário do nascimento de Haydn. Em abril, dia 16, o tricentenário de Mouret; dia 14, o centenário do nascimento do nosso Eduardo Souto. Em junho, dia 17, o centenário do nascimento de Stravinsky; dia 25, o centenário da morte do compositor suíço Joseph Raff. Em julho, dia 8, centenário de nascimento do australiano Percy Grainger; dia 10, idem de Pick-Mangiagalli; dia 21, bicentenário da morte de Placidus von Camerhoer; dia 26, bicentenário do nascimento de John Field. Em setembro, dia 6, centenário do nascimento do americano John Powell. Em outubro, dia 6, centenário do nascimento de Szymanowsky; dia 27, bicentenário do nascimento de Paganini. Finalmente, em dezembro, dia 9, centenário do nascimento de Turina e dia 16, idem de Zoltan Kodaly. De alguns dos compositores comemorados no corrente ano, tratamos com maior particularidade nos números anteriores desta publicação: J. C. Bach, Auber, Malipiero, Mouret e Field.

* *
* *

UM POUCO DE MÚSICA

7. HAYDN E “AS ESTAÇÕES” (Hércio-Pupo Ribeiro)

Joseph Haydn (1732 – 1809) nunca perdeu durante a vida, o alto prestígio adquirido como musicista, mas lamentavelmente a posteridade demorou muito para reconhecer o mérito de suas obras (missas, sinfonias, concertos, música de câmara), tão belas quanto as mais famosas, não obstante comecem a ser melhor divulgadas e compreendidas atualmente. Os dois célebres oratórios, **A Criação** e **As Estações**, foram escritos ao longo de uma produtiva carreira musical, quando o consagrado compositor despendeu boa parte de sua atividade artística a serviço do culto e benquisto príncipe Nicolas Esterházy, de quem o músico recebeu a melhor acolhida durante a permanência em seu palácio, época em que lhe foram oferecidas todas as oportunidades para a prática da ópera, da sinfonia, da música sacra e de câmara.

Quando o príncipe Esterházy morreu, em 1791, Haydn, já então reconhecido e estimado, escreveu as apreciadas séries de Sinfonias de Londres, e quando de uma de suas visitas àquela cidade foi que travou conhecimento com os oratórios de Handel.

Retornando a Viena, conheceu um excêntrico e curioso personagem, tão esforçado literato quanto apaixonado libretista, o barão Van Swieten, homem alegre que reunia em seu solar os amigos e lhes oferecia música ilustrada por palestras e comentários elucidativos. Van Swieten foi o autor do texto de **A Criação**, servindo-se para tanto de uma adaptação de **O Paraíso Perdido**, de Milton. Quando o oratório foi estreado em 1798, com sucesso, o barão tentou convencer Haydn de que era necessário compor outra obra no gênero, e propôs um texto calcado em **As Estações**, do poeta escocês James Thomson, publicado entre 1726 e 1730. Haydn recusou imediatamente, dizendo: “estou velho, cansado e sem disposição”. Na verdade, o poema de Thomson lhe pareceu vazio, inconsistente, isento de força comunicadora. Por sua conta, o irrequieto barão introduzira três personagens simplórios do campo, que comentavam e descreviam às vezes com certa liberdade as estações do tempo: Joana, Lucas e Simão. Contudo, a baronesa insistência prosseguiu... e Haydn rendeu-se.

Trabalhou no oratório durante os anos de 1798 e 1801, de má vontade, resmungando a cada minuto que o trabalho de colocar em música as palavras de **As Estações** lhe estavam encurtando a vida. A estréia deu-se no dia 14 de abril de 1801, nos salões do castelo do príncipe

Schwarzenberg, em Viena. Quatro outras apresentações se deram em maio, com a imperatriz interpretando a parte do soprano.

Muito se tem discutido sobre a impropriedade ou não da expressão **oratório** aplicada a **As Estações**, em virtude da natureza não religiosa do seu sentido programático. Lembremo-nos, porém, que para Haydn a religião consistia na presença de Deus em todos os instantes da vida, no amor casto e ingênuo de Joana e Lucas e mesmo nas cenas de embriaguês da “Festa do Vinho”. Assim, o barão Van Swieten ensinou Haydn a convencer a Humanidade a acreditar que o nascer do sol é um ato divino, e que o milho, as maçãs e as nozes também são conseqüências do Criador. É muito embora Deus não seja freqüentemente invocado, o seu sublime significado é sugerido a cada instante e, no final, Ele é gloriosamente mostrado como a meta extrema da vida humana na terra, “pois é o guardião sagrado das montanhas onde os lavradores plantam para colher fartas messes”.

Não nos esqueçamos de que o compositor cresceu em um moinho da Croácia, passou muitos verões nas herdades dos Esterházy e não precisaria evocar o artificialismo francês de Maria Antonieta, tampouco lembrar os camponeses folgazões de Beethoven e Schubert. Bastava-lhe apenas ser autêntico como o foi.

Na atualidade, o sentido de **As Estações**, com o singelo comportamento de Joana, Lucas e Simão, nos parece inevitavelmente literário. Mas a sua música extraordinária, rica de conteúdo emocional, é tão empolgante como a que iremos ouvir nas composições de um seu ex-aluno, o indócil mas genial Beethoven. Há passagens de romântico lirismo e, por vezes, reflete aquela doce bonomia que é o sinete de consagração do extraordinário músico austríaco. Não se pode afirmar que a poderosa introdução orquestral nos lembre Beethoven, mas igualmente não se pode negar que daqui partiu o mestre de Bonn. A imponência das sonoridades em **fortíssimo**, as características pausas expectantes, a fluência temática e a ênfase das frases levam-nos irrecusavelmente ao processo composicional que o brilhante aluno aperfeiçoou na magnitude sinfônica da Quinta e da Coral.

O primeiro trecho importante de **A Primavera**, pertence ao coro quando anuncia “Vem, alegre Primavera!”, denotando nos primeiros compassos curiosa similaridade com um motivo popular brasileiro bem conhecido, a valsa “Oh, Minas Gerais”. No transcorrer, outro motivo melódico nos arrebatava: “Magnânimo Senhor, todo-poderoso!”. O **Verão** é apresentado pela introdução instrumental, em forma descritiva, sugerindo o amanhecer de um novo dia. No desenvolvimento, segue-se o “Canto de Louvor” pelo coro, que posteriormente canta, juntamente com o trio de solistas, o significativo tema de “As nuvens escuras se foram”. O furor da tempestade passou.

Novo prelúdio orquestral indica a mudança de estação. É o **Outono** que chega cheio de promessas, estuante de vida e alegria. Jubilosos, todos o recebem com entusiásticas saudações. Orgulhoso e ufano como sói ser o homem simples do campo, Simão entoa a sua ária apontando para longe: “Olhem para estes campos sem fim...” Não demora e Lucas mais o coro proclamam veementes: “ouçam os ruídos que ressoam da floresta”. Trompas vibrantes em toques sonoros anunciam a caçada. Então, atingimos o ponto alto da estação com a esfuziante “Festa do Vinho”. Exclamações calorosas descrevem o contentamento do povo e dão amostra da exuberante animação: “Viva, viva, o vinho chegou”. Aqui, Haydn retoma um tema anteriormente utilizado em 1791, no minueto da Sinfonia nº 94 (“Surpresa”), alterando-o magistralmente no entanto, no ritmo e no tratamento harmônico-contrapontístico. Por fim, após tanto júbilo, a dura realidade do **Inverno** rigoroso e frígido, que tolhe, intimida e amedronta. A natureza recolhe-se sob o gelo e aguarda. A introdução nos previne, pois sugere que “uma densa neblina anuncia a sua chegada”. Num recitativo qual presságio sombrio, Simão canta: “O ano modifica-se, empalidece e declina; névoas secas se espalham mansamente pelo ar”. Após a tempestade, a bonança sempre bem acolhida. Eis de volta a alegria sem conta. O sol ressurge e a luz que reanima e dá vida brilha outra vez. Todos cantam: Rendamos graças ao Senhor”. Os coros divididos, em vitoriosa apoteose explodem soberbamente: “Agora podemos entrar na majestade do Teu Reino. Amém !

(Do Jornal da Cidade, Bauru, 3/1/1982.)

*

8. ÓPERA SOBRE TEXTO DE BÜCHNER APRESENTADA EM PORTO ALEGRE

Em julho do corrente ano, no auditório da Assembléia Legislativa do Estado, em Porto Alegre, ocorreu a apresentação, pela primeira vez na América do Sul, da ópera alemã **Jakob Lenz**, de Wolfgang Rihm, baseada no livro homônimo de Georg Büchner. Um dos grandes sucessos da temporada alemã do ano passado, a ópera veio a Porto Alegre numa viagem patrocinada pelo governo da República Federal da Alemanha, em sua versão integral e absolutamente original, com um total de 44 intérpretes entre cantores, músicos e técnicos. Posteriormente, a obra foi apresentada também em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Jakob Lenz trata da permanência do poeta Lenz na casa do pastor Oberlin, montagem feita a partir da descrição do dramaturgo Georg

Büchner em sua novela **Lenz**. O roteiro foi escrito por M. Fröhling, em parceria com o compositor Wolfgang Rihm. A personagem histórica, o infeliz poeta e dramaturgo Jakob Lenz, contemporâneo de Goethe, já na sua época era bastante conhecido como poeta do movimento literário **Sturm und Drang**. Em Estrasburgo, fez ele amizade com o jovem Goethe e com ele seguiu até Weimar. Mas a amizade dos dois não durou muito. O caráter doentio e o espírito perturbado de Lenz afastaram Goethe, que chegou mesmo a se empenhar para que Lenz fosse expulso da Corte, onde ele tinha caído em desgraça. Também o amor secreto que Lenz nutria por Frederique Brioux foi igualmente infeliz. Nas fantasias de Lenz por ocasião da morte do filho de um camponês, este amor se reanimou com violência. Angustiado diante da loucura que o ameaçava, Lenz procurou a ajuda de seu amigo Christoph Kaufmann, um rico mecenas literário que vivia em Winterthur. Este o envia ao pastor Oberlin, na Alsácia, homem conhecido por seus ideais humanitários, que o recebe e cuida dele. Mas nem a bondade e a generosidade de Oberlin nem os argumentos racionais de Kaufmann conseguem salvar Lenz. Sua força criativa se acaba. Ele se atormenta, tem violentas mudanças de humor, sofre de alucinações ou então vaga em profundos estados de apatia. Por diversas vezes tentou o suicídio. É um caso desesperado. Sozinho, incapaz de se adaptar aos seres razoáveis, não podendo mesmo se fazer compreender por eles, após uma última tentativa fracassada de começar nova carreira como oficial na Rússia, ele morre numa noite de junho, como mendigo, numa rua de Moscou.

Lenz viveu de 1751 a 1792 e foi um dos melhores dramaturgos de sua época. Sua peça **Der Hofmeister** ainda hoje é encenada sobretudo na adaptação de Brecht, e uma segunda peça, **Die Soldaten** foi redescoberta, em parte graças à ópera do mesmo nome, de Zimmermann. Alguns dos contemporâneos de Lenz viram nele um gênio, como é o caso de Wieland, por exemplo. Herder e Schiller se esforçaram para torná-lo conhecido. Em 1828, Ludwig Tieck colecionou as obras esparsas do poeta e publicou a primeira edição completa, mas apesar disso, ele foi esquecido na época. Somente no século XX surge novamente o interesse pela obra deste dramaturgo vigoroso e produtivo do período do **Sturm und Drang**.

Georg Büchner, além de seus dramas **Woyzeck**, **A Morte de Danton** e **Leonce e Lena**, deixou uma única obra em prosa: sua célebre e fragmentária novela **Lenz**, onde ele descreve os primeiros ataques de loucura do infeliz poeta que chamou sua atenção através do diário íntimo deixado pelo pastor alsaciano Oberlin, em casa de quem Lenz viveu algum tempo. Para Lenz, a ilusão de uma comunhão de sofrimentos com outros homens lhe proporciona, por alguns instantes, “uma doce sensação de bem-estar”, que no entanto rapidamente se desfaz perante a certeza da radical solidão do ser humano. Mas para Büchner, em sua novela, não se trata de mostrar um psicopata excêntrico. A doença de Lenz se torna como quê um símbolo de mal do qual sofre toda uma época.

(Do **Correio do Povo**, de Porto Alegre, 9/7/1982.)

9. O CRIADOR DOS “NOTURNOS”

Qualquer leitor razoavelmente familiarizado com a música associará o nome de Chopin ao título desta nota. De fato, o compositor polonês teve nos seus vinte “Noturnos” um dos pontos mais altos de sua produção. Ninguém mais que ele, valorizou essa forma musical, pianística por excelência e tão característica do Romantismo. Mas Chopin não foi o seu criador. Esta honra coube a um compositor e pianista irlandês – certamente mais pianista que compositor – cujo bicentenário o mundo musical comemorou a 26 de julho do corrente ano. Muito renomado em sua época, John Field tornou-se com o tempo uma figura apagada. Conhece-se carta de Chopin a um dos seus editores, na qual o genial polonês (então vivendo em Paris) dizia que sua maior aspiração era compor “Noturnos” como o Senhor Field... E, no entanto, ninguém hoje se lembra do compositor irlandês enquanto que Chopin está cada vez mais vivo. “Only great art endures...” lembra um velho aforismo inglês.

Contudo, recordar John Field, neste ano de seu bicentenário, é um dever de quem tem algum interesse pela música. Nascido em Dublin aos 26 de julho de 1782, descendia de músicos, tendo sido tanto seu pai como seu avô integrantes da orquestra de sua cidade natal. Menino ainda de dez anos deu seu primeiro concerto, no qual já apresentou peças de sua própria composição. Aos doze anos, fez sua estréia em Londres. Na capital inglesa trabalhou na loja de pianos de Clementi, o grande pianista italiano que se estabelecera na Inglaterra como artista e comerciante. A Clementi, deveu John Field as melhores oportunidades de sua carreira, que o levou a excursionar por toda a Europa, chegando mesmo a se estabelecer na Rússia como professor de piano. Ali viveu por algum tempo, retomando depois a vida de concertista por diversos países europeus. Nos seus últimos anos, com a saúde bastante abalada, em parte pelo seu comportamento boêmio e desregrado, foi amparado por uma família russa que o levou para Moscou, onde veio a falecer aos 23 de janeiro de 1837.

Data de 1814 (quando Chopin tinha apenas quatro anos) a publicação dos três primeiros “Noturnos”, dos dezoito que compôs, os quais acabaram vinculando o nome do hoje quase desconhecido compositor irlandês à história da música, como criador de uma das formas musicais que alcançou seu apogeu entre os compositores românticos do século passado. Na sua produção, encontram-se, ainda, seis concertos para piano e orquestra, alguma música de câmara e diversas outras peças menores para o seu instrumento. Não sei se, em algum lugar, Field continua sendo tocado. Entre nós, é praticamente desconhecido, apesar de um dos seus concertos ter sido reimpresso em nosso País. É possível que esta modesta nota seja a única lembrança de seu nome no ano de seu bicentenário. ONM

MEMÓRIA CAMPINEIRA (16)

VOLUNTÁRIOS DE 1932

Neste ano em que se celebrou o cinquentenário do movimento constitucionalista de 1932, parece-nos oportuno ressaltar quão grande foi a participação de Campinas no glorioso movimento, e bem assim a maneira como a cidade procurou guardar a lembrança daqueles campineiros (de nascimento ou de adoção) que deram a vida pela causa paulista. Não só a cidade foi atacada por aviões do governo ditatorial, como numerosos campineiros integraram os batalhões de voluntários que lutaram nas diversas frentes de combate. Desses voluntários campineiros, dezesseis morreram em campanha e à sua memória a cidade erigiu um dos seus mais belos monumentos, na praça fronteira ao Cemitério da Saudade, local batizado, por ato público, de **Praça Voluntários de 32**.

Consta o monumento de grandioso mausoléu com a forma da bandeira paulista e que apresenta na parte central a figura em bronze do Soldado Constitucionalista, encimada pelo brasão de São Paulo e pelos versos, também em bronze, do poeta campineiro Guilherme de Almeida:

“Não é túmulo. É berço. É sementeira
de ideal; baliza do futuro; pista,
Rastro de heróis na terra campineira.
Sobre eles, cor a cor, lista por lista,
Eternizou seu vôo essa bandeira,
Petricificou-se o pavilhão paulista.
Bandeirantes, por vós, nesta jazida,
Velam as pedras, que esta morte é vida.”

Em cada uma das colunas menores, acima das cores da bandeira paulista, inscreve-se o nome de um voluntário morto em combate. Foram eles: Dario Ferreira Martins, Aristides Xavier de Brito, Antonio de Oliveira Fernandes, José Pedro dos Santos, Nicola Roselli, Fausto Feijó, Francisco Prado Filho, José Fonseca de Arruda, Francisco Duprat Coelho, Nabor de Moraes, Aguinaldo de Macedo, Sandoval Meireles, Luís Mariano Bueno, Moacir Simões Rocha, Edmundo Plácido Chiavegatto e Waldomiro Gonzaga da Silva.

Nos carneiros existentes repousam os restos mortais de muitos outros participantes do movimento e que vieram a falecer posteriormente. Assinale-se, ainda, que quase todos os nomes inscritos no monumento figuram também em vias públicas da cidade.

Executado pelo escultor Marcelino Velez, o monumento foi inaugurado em 9 de julho de 1935.

*
* * *

TEXTOS
(Sugestões para seminários)

POVO ESQUECIDO E MISERÁVEL
(Tavares Bastos)

A estas palavras **povo** e **miserável**, imagino que me encarais com ar de estranheza... Não, vós não as estranhareis !

Sim, há uma coisa que se esquece muito no Brasil: é a sorte do povo; do povo, que não é o grande proprietário, o capitalista riquíssimo, o nobre improvisado, o bacharel, o homem de posição. Fala-se todo o dia de política, canta-se a liberdade, faz-se de mil modos a história contemporânea, maldiz-se dos ministérios, e evoca-se a constituição do seu túmulo de pedra. Ora-se a propósito de tudo, menos a propósito do povo. Escreve-se a respeito de Roma e Grécia, de França e Inglaterra; mas não se escreve acerca do povo. Envia-se os sábios do país a estudar a língua dos autóctones, a entomologia das borboletas e a geologia dos sertões; mas não se manda explorar o mundo em que vivemos, não se observam os entes que nos rodeiam, não se abrem inquéritos acerca da sorte do povo.

Queixava-se Bastiat, aquele homem de coração, de que os jornais importantes em 1849 se agarrassem exclusivamente à política militante e estéril dos partidos, e se esquecessem de agitar as questões de fundo, as questões sociais. Eu dirijo a mesma queixa à imprensa e aos homens do nosso tempo.

Desçamos, meu amigo, desçamos às mais baixas camadas. Penetremos na escuridão. Avivemos uma esperança no coração do oprimido e acendamos um farol nas trevas do seu futuro.

Mas parece-me ouvir que se duvida da nossa sinceridade ou que se desconhece o mundo onde vos peço que me acompanheis. Em que é o povo oprimido, e de que se pode queixar nesta boa terra do Brasil? perguntar-me-ão talvez. Eu respondo-vos lembrando o modo por que se organiza a força pública, desde o recrutamento até à guarda nacional. Eu cito a ignorância dos sertões com a sua barbaridade e com os seus potentados, e a miséria prematura das cidades com a sua prostituição. Eu aponto para uma chaga que invade mais e mais o corpo social. E não está dito tudo. Há ainda, abaixo do homem livre, o homem escravo; há ainda, depois do miserável que se possui, o miserável africano livre de nome somente.

Vedes bem: o assunto é vasto, e mais grave ainda do que vasto. Penetrando nessas galerias, por assim dizer, subterrâneas; descendo a essas

minas da miséria, falta o ar aos pulmões, e o pensamento parece envolver-se numa nuvem pesada de tristeza e desânimo.

Com a energia de um estóico, porém, com a solicitude religiosa de um nobre inglês cumparamos a nossa missão. Começamos pelo quadro que parece mais tristonho; começamos pela sorte dos negros. É justo, meu amigo, que nos lembremos primeiro daqueles que são mais infelizes, daqueles para quem justamente se escreveram estas palavras de fogo: **Lasciate ogni speranza !**

("Correio Mercantil", Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1861. Em *Cartas do Solitário*, 84 a 86. Segunda edição. Rio de Janeiro, 1863. Na terceira edição (1938) o trecho figura às págs. 121/122 e na quarta e última edição (1975) às págs. 66/67.)

*

A INCONVENIÊNCIA DA REALEZA (Primeiro Livro dos Reis, 9: 10 – 18)

Samuel, pois, referiu todas as palavras do Senhor ao povo que lhe tinha pedido um rei, e disse: Este será o direito do rei que vos há de governar: tomará os vossos filhos e os porá nas suas carroças e fará deles moços de cavalo e correrão diante dos seus coches e os constituirá seus tribunos e seus centuriões e lavradores dos seus campos e segadores de suas messes e fabricantes de suas armas e carroças. E fará de vossas filhas suas perfumadeiras, cozinheiras e padeiras. Tomará também o melhor dos vossos campos, das vossas vinhas e dos vossos olivais e dá-los-á aos seus servos. E também tomará o dízimo dos vossos trigos e do rendimento das vinhas para querer dar aos seus eunucos e servos. Tomará também os vossos servos e servas, os melhores jovens e os jumentos e os empregará no seu trabalho. Tomará também o dízimo dos vossos rebanhos e vós sereis seus servos. E naquele dia clamarei por causa do vosso rei, que vós mesmos elegestes. E o Senhor não vos ouvirá naquele dia, porque vós mesmos pedistes um rei.

(Trad. do Padre Matos Soares.)

ε. 811 ,
011 εδ ε1V

*
* * *

TRANSCRIÇÃO

A EXPULSÃO DOS JESUÍTAS E A CULTURA BRASILEIRA

Eugênio Vilhena de Moraes

Prosseguindo em sua grande ação humanitária, política e social de ensino nos colégios e catequese dos silvícolas, permaneceram os jesuítas no Brasil durante mais de dois séculos, desde 1549, data da sua chegada, até o ano de 1759 em que foram expulsos.

Pioneiros da nossa civilização, ao mesmo tempo que se dedicavam ao ministério espiritual, à cura d'almas, não esqueciam, como filhos que eram de Inácio de Loyola, o cultivo das ciências e das letras. Sob este ponto de vista, foi das mais decisivas a influência que exerceram.

Eles, com efeito, os que "criaram e quase exclusivamente mantiveram por duzentos anos o ensino público entre nós"; eles, os que deram à poesia, à crônica, à história, à filosofia, à eloquência os seus mais antigos representantes num país ainda imerso, pode-se dizer, nas trevas da barbárie; eles, os únicos que na antigüidade estudaram o idioma dos selvagens; eles, os que o reduziram à forma métrica, aplicando-o de par com o português e o castelhano, às primeiras composições do gênero dramático; eles, finalmente, os que tiveram a glória de presidir à formação intelectual dos nossos mais notáveis escritores dos séculos XVII e XVIII. Sendo assim, somos naturalmente levados a indagar qual tenha sido para as letras pátrias a situação que lhes criou a repentina e total cessação dessa influência tão longa e ademais tão profunda do elemento jesuítico.

Sofreram elas com a sua falta ou continuaram marcha regular e progressiva, bafejadas pelo elemento leigo-oficial? Ao tentar a resposta, uma distinção se impõe como preliminar. Não houve decadência nas letras pátrias, se esta se entender referente a todo o lapso de tempo decorrido desde a expulsão dos jesuítas até os nossos dias. Houve, sim, notabilíssimo progresso; não, **post hoc, ergo propter hoc**, como poderia o sofisma concluir, mas pela razão bem simples de que entre os fatores vários que concorrem para a formação e desenvolvimento de uma literatura qualquer, outros existem, certamente, além do fator **jesuíta**. Ela depende, como é notório, além da raça, da língua, da tradição, da nacionalidade, também, em grande parte, do estado social e político do povo, do seu progresso material e econômico, condições estas que não fizeram senão modificar-se, e favoravelmente, de 1759 para cá, de modo tão claro e manifesto, que dispensados nos julgamos de aqui o demonstrar.

Aludindo-se, porém, e nem é outro o pensamento que o quesito exprime, a uma grave perturbação, a um abalo profundo sofrido pelas nossas letras com a expulsão dos jesuítas, imediato a ela e prolongando-se mesmo por dilatado espaço, até que novas influências o viessem contrastar, não pode haver dúvida em se responder pela mais categórica das afirmativas.

A decadência foi completa. Bastaria para de tal nos convenceremos, considerar, quando outras provas não houvesse, as conseqüências que esse mesmo fato produziu em outros países muito mais adiantados do que o nosso e com um progresso literário muito superior ao que havíamos então alcançado.

(...)

A decadência das letras pátrias, conseqüente à proscrição da Companhia de Jesus, não pode, infelizmente, ser estudada como convinha, à luz de maior número de coevos documentos que de modo ainda mais claro e positivo viessem dar confirmação aos fatos através dos quais ela hoje se nos manifesta.

O indagador os procura e não encontra, ou melhor, encontra, ao procurá-los, outros que não buscava: documentos vergonhosos de uma época tristíssima, em que o despotismo imperante, não pago com martirizar as vítimas, não contente em lhes cercear os meios de defesa, ainda procurava infamar-lhes o nome na posteridade, assacando contra elas as mais nefandas aleivosias, que os áulicos em coro apludindo reforçavam e devastando das bibliotecas e os arquivos para destruir os atestados da sua inculpabilidade e os títulos da sua benemerência. De tudo isto, sim, é que se encontram provas de sobejo. Nem pensamos possa haver alguém que as ponha em dúvida e não saiba que era obsessão do Marquês de Pombal destruir a Companhia de Jesus.

Era ele, de fato, o que divertia a atenção dos negócios do Estado para se dedicar a escrever contra os jesuítas panfletos difamatórios, como a **Relação Abreviada** e a **Dedução Cronológica**, além de outros inúmeros com que o seu editor em Roma, Nicolau Pagliarini, inundava literalmente a Europa; o interceptador de cartas particulares, que publicava; o violador dos mais secretos arquivos, cujos documentos subtraía; o subornador de eclesiásticos venais cuja pena empregava na divulgação e adulteração desses documentos. Essa campanha de libelos não podia ter ficado estéril. Muitas névoas ainda encombrem a verdade. Exagerados os deméritos dos jesuítas, se é que os há, grande parte do bem

que no Brasil fizeram aguarda ainda o historiador de pulso vigoroso que o faça ressurgir.

(Qual a influência dos jesuítas em nossas letras? Decaíram depois da saída dos discípulos de Santo Ignacio de Loyola? em "Anais do Primeiro Congresso de História Nacional", vol. V, págs. 633 a 674. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/Imprensa Nacional, 1917. O trecho transcrito ocorre às págs. 663 a 665 e 672 a 673.)

* * *

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

EUGÊNIO VILHENA DE MORAES (1887 – 1981)

Nascido a 5 de fevereiro de 1887, em Campanha, Minas Gerais, e falecido em 31 de outubro de 1981, no Rio de Janeiro, Eugênio Vilhena de Moraes — historiador, professor de Ciências Sociais, de História de Direito Constitucional, da Escola Normal e do Colégio Pedro II do antigo Distrito Federal, além de uma variada e intensa atividade na área administrativa do MEC (inspetor federal de ensino secundário) e da imprensa diária — foi um dos diretores de períodos administrativos mais longos do Arquivo Nacional. Mas não apenas um dos que mais tempo permaneceram à frente do órgão federal. Sua atuação, que se estende de 1938 a 1958, esteve marcada por uma constante preocupação com os valores documentais, sob a medida exata da necessidade de preservá-los e de torná-los conhecidos dos pesquisadores e estudiosos, sobretudo sob o aspecto da difusão cultural, da edição e reprodução de obras e documentos que compõem o insubstituível acervo, representado pelo que se convencionou chamar de “memória nacional”.

À margem a multifária atividade de pesquisador e historiador emérito, refletida na participação em vários congressos e reuniões técnicas internacionais, como representante da instituição nacional de arquivos — uma espécie de contingência e desdobramento natural do exercício do cargo — Vilhena de Moraes caracterizou-se, principalmente, em sua gestão, pela promoção e estímulo às atividades de natureza cultural. Realizando numerosas exposições e editando sob sua direta supervisão diversos avulsos e publicações que hoje integram as séries “técnica” e “histórica” do Arquivo Nacional, ele foi muito mais além, revelando-se o administrador voltado para os crônicos problemas da instituição, em particular a impropriedade das instalações do velho “solar do Barão de Ubá” e com a classificação e catalogação de documentos. Foi em sua gestão, por sinal, que se promoveram estas duas últimas medidas, segundo as técnicas arquivísticas mais modernas, na antiga Seção Histórica, que, a partir de então, passou a ser melhor e mais amplamente consultada e pesquisada.

Foi extensa e fértil também a atividade que desenvolveu, durante várias décadas, e até além dos noventa anos, como historiador e pesquisador. Constam de sua produção bibliográfica nesse campo, com ênfase maior nos estudos sobre história religiosa e militar do Brasil, entre trabalhos que têm sua assinatura, pelo menos até 1970: **Caxias em São Paulo; A revolução de Sorocaba, com trinta fac-símiles de peças**

documentais inéditas do arquivo de Caxias, Rio de Janeiro, Calvino Filho, 1933; **O gabinete Caxias e a anistia aos bispos na "questão religiosa"**. **A atitude pessoal do imperador**, Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia; **O duque de ferro; aspectos da figura de Caxias**, Rio de Janeiro, Calvino Filho, 1933; **Momentos eucarísticos na história brasileira**, Petrópolis, Ed. Vozes, 1936; **No centenário de Capistrano de Abreu**, Rio de Janeiro, Universidade Católica, 1953 (Separata da revista "Verbum", t. 10, fasc. 4, dez. 1953); **Novos aspectos da figura de Caxias**, Rio de Janeiro, Leuzinger, S/A, 1937; **O patriotismo e o clero no Brasil**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1929 (separata da edição especial do "Jornal do Comércio", comemorativa do Ano Santo (1925)); **Três figuras, o Frade poeta, o Frade voador, o Frade preceptor**, Petrópolis, Vozes Ltda., 1937; editou a obra **Caxias, apontamentos para a história militar do Duque de Caxias**, de Eudoro Berlink, 1934.

Vilhena de Moraes foi distinguido, por sua intensa atividade historiográfica e no exercício dos cargos que exerceu, em particular de diretor do Arquivo Nacional, com os seguintes títulos honoríficos: medalha do Mérito Militar; comendas das Ordens da Instrução Pública de Portugal e de Afonso X, o Sábio, da Espanha; medalhas do Barão do Rio Branco e Conselheiro Rui Barbosa; de sócio honorário do Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro); de sócio correspondente do Instituto Histórico do Ceará e de sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

(Nota de Nicolau Abrantes, transcr. do Mensário do Arquivo Nacional, fev. de 1982, págs. 59 e 60.)

*
* * *

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às quartas-feiras, no **Correio Popular**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas em que foram divulgadas.)

73. BANDEIRAS E MONÇÕES

Por ocasião do quarto centenário da cidade de São Paulo (1954), a Livraria Martins Editora, com o patrocínio da comissão organizadora das comemorações da grata efeméride, publicou, sob a direção de Afonso de Taunay, a **Biblioteca Histórica Paulista**, nos moldes da **Biblioteca Histórica Brasileira**, publicada alguns anos antes pela mesma editora, sob a direção de Rubens Borba de Moraes. A nova coleção compreendia dez títulos valiosos da bibliografia histórica paulista, entre eles alguns clássicos, como as obras de Frei Gaspar e Pedro Taques, os **Apontamentos Históricos**, de Azevedo Marques, e alguns relatos de viajantes que percorreram a Província no século passado, como Saint-Hilaire, Tschudi, Zaluar e D'Alincourt. Integrando a **Biblioteca**, promoveu Taunay a publicação de dois volumes de textos relativos ao Bandeirismo, aos quais intitulou **Relatos Sertanistas** e **Relatos Monçoeiros**. Nem todos os textos inéditos, mas eram como se o fossem, pois haviam sido estampados em publicações antigas e de difícil acesso.

Em **Relatos Sertanistas** reuniu Taunay os documentos constantes da Coleção Félix Pacheco, da Biblioteca Municipal de São Paulo, e mais alguns documentos importantes sob penetrações pelo sertão, entre eles o roteiro de Silva Braga relativo ao descobrimento de Goiás, bem como outros sobre Mato Grosso.

O volume sobre as Monções vem precedido de excelente ensaio de quase cem páginas sobre o movimento monçoeiro e contém, entre outros documentos valiosos, o **Diário da Navegação**, de Teotônio Juzarte, que já havia sido divulgado pelo próprio Taunay em mais de uma ocasião, a "carta de um passageiro de monção" e a relação da viagem do Conde de Azambuja de São Paulo a Cuiabá.

Os volumes da **Biblioteca Histórica Paulista**, dado o caráter de publicação semi-oficial, desapareceram logo das livrarias, pois a maior parte da edição fora distribuída pela Comissão do Quarto Centenário. O mesmo

ocorreu com reedição feita em 1972, comemorativa do sesquicentenário da Independência, fora de comércio e apenas distribuída a entidades culturais. Coube, agora, à Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, em convênio com a Editora da Universidade de São Paulo, trazer de novo ao mercado, em edições fac-similares, os preciosos livros da **Biblioteca Histórica Paulista** e entre eles os dois textuários relativos ao bandeirismo e às monções. Integram a coleção "Reconquista do Brasil", nova série, na qual têm os números 33 e 34. (19/5/1982.)

*

74. O LIVRO DO ENGENHEIRO DODT

Natural da Alemanha, mas brasileiro por naturalização, doutor em Filosofia pela Universidade de Iena, Gustavo Luís Guilherme Dodt (1831 – 1903) veio ao Brasil contratado pelo Barão de Capanema para o antigo Ministério da Agricultura e Obras Públicas. Passou a maior parte da vida na pátria que adotou, vivendo em Juiz de Fora, em Natal, em São Luís do Maranhão, em Fortaleza e, finalmente em Blumenau, onde faleceu aposentado como engenheiro da Repartição Geral dos Telégrafos. Um seu neto, nascido no Ceará em 1888, veio a ser o conhecido escritor Gustavo Barroso, que pertenceu à Academia Brasileira, deixando numerosa obra sobre temas de folclore, história, doutrina política, heráldica, além de contos e romances, tendo, ainda, atuação destacada na Ação Integralista Brasileira, fundada por Plínio Salgado.

O engenheiro Dodt, além de numerosos trabalhos técnicos que realizou no exercício de sua profissão (plantas, mapas, levantamentos cartográficos etc.) demonstrou também grande interesse pelos problemas de economia, geografia, ciências naturais, folclore e assuntos culturais em geral. Deste seu espírito curioso e observador é prova o livro **Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi**, publicado originalmente no Maranhão, em 1873. Livro, aliás, bastante prejudicado pelo título, dando a entender aos leitores menos avisados tratar-se de obra técnica, versando apenas problemas de hidrografia, quando, no entanto, constitui notável subsídio para a geografia, a etnografia e o folclore de região na época pouco conhecida.

Quase setenta anos ficou o livro do engenheiro Dodt ausente das livrarias sem que dele se fizesse nova edição, o que só ocorreu em 1939, quando seu neto o publicou de novo na preciosa coleção "Brasiliana", da Companhia Editora Nacional (vol. 138). Ao texto desta nova edição, Gustavo Barroso acrescentou uma nota biográfica com fotografia do autor e, ainda, a citação do que Sacramento Blake escreveu sobre ele em seu precioso **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. E agora, mais de quarenta anos depois, chega-nos uma nova edição do precioso livro, não

mais na coleção “Brasília”, mas noutra coleção igualmente valiosa, a “Reconquista do Brasil”, da Editora Itatiaia, de Belo Horizonte (vol. 38 da Nova Série). Reproduz integralmente a edição de 1939, com a mesma nota biográfica de Gustavo Barroso e a citação de Sacramento Blake. Apenas foi eliminado o retrato do autor e suprimido — o que é deveras lamentável — o mapa que acompanhava a edição original e que Gustavo Barroso reproduziu na sua edição de 1939. Contém, entretanto, nas “orelhas” das capas, excelente nota sobre o autor e o livro. Como de hábito, a editora mineira timbra em ignorar as edições anteriores, dando a impressão que é a primeira vez que o livro se publica. (16/6/1982.)

*

75. O ACHADO NÃO PROCURADO

Quando estava colhendo material para o meu livro sobre Afonso de Taunay, empenhei-me por meses a fio em conseguir o primeiro livro publicado pelo grande historiador que, por sinal, não era sobre história, mas um **Léxico de termos técnicos e científicos**. A lexicologia fora, de fato, uma das áreas de interesse de Taunay, que publicou sobre o assunto pelo menos meia dúzia de livros. Não tinha pelo tema nenhum interesse especial. Era apenas a curiosidade ou, melhor dizendo, um sentimento afetivo que me levava a querer ter em minha estante o primeiro livro de meu biografado.

Léxico de termos técnicos e científicos fora publicado em 1909, no “Anuário da Escola Politécnica de São Paulo” (da qual Taunay era professor) e tirado em separata no mesmo ano. Qualquer das modalidades me serviria, pois se tratava do mesmo texto. Tudo indicava ser mais fácil encontrar a separata que o próprio Anuário. Mas, foi este que consegui, graças ao conhecido livreiro e amigo Olinto de Moura. Como a única coisa que me interessava era o **Léxico** de Taunay, arranquei-o a fim de mandar encaderná-lo junto com outros trabalhos menores do autor, dispondo-me a jogar fora o restante do volume. Foi quando me decidi a folheá-lo para ver o que poderia conter uma publicação, mais que sexagenária, da Escola Politécnica. E para minha surpresa, de mistura com uma tese sobre álgebra, um relatório sobre exames em laboratório de zootecnia e um estudo sobre a fertilidade dos solos, deparei com belíssimo estudo sobre o Renascimento italiano, da lavra do Dr. Alexandre Albuquerque, professor da Escola e da qual veio a ser diretor, muitos anos mais tarde. Eis como, às vezes, o acaso favorece a pesquisa. Pela via normal, jamais me passaria pela cabeça procurar numa revista de

engenharia um estudo sobre o Renascimento. No entanto, fui encontrá-lo sem a menor preocupação de procura.

Trata-se de uma tese apresentada à Congregação da Politécnica como uma espécie de prestação de contas do prêmio de viagem à Europa com que o ilustre professor fora agraciado. O Dr. Alexandre Albuquerque, a quem conheci já no fim da vida, sempre demonstrou grande interesse pelas coisas da cultura humanística e histórica. Tanto que, quando diretor da Politécnica, promoveu a publicação, pela Escola, dos dois alentados volumes que Afonso de Taunay escreveu sobre o Padre Bartolomeu de Gusmão e sua prioridade aerostática. Mas o belo estudo sobre o Renascimento, que de maneira tão casual me caiu às mãos, superou as minhas expectativas e é, sem exagero, que posso indicá-lo entre os melhores trabalhos existentes sobre o palpitante tema. Eis o resultado totalmente inesperado de um... achado não procurado. (14/7/1982.)

*

76. DOIS REPAROS A UMA ENTREVISTA

Tive a honra, há pouco, de ser convidado pela revista "Manchete" para uma entrevista coletiva a propósito do cinquentenário da Revolução de 1932. Embora avesso por temperamento e por experiência a essa atividade, julguei que devia aceitar o convite, não só porque à entrevista compareceriam expressivas figuras da intelectualidade paulista e muito me honraria figurar entre elas, como ainda pelo fato de ter participado, pouco antes, de um curso sobre o tema, promovido em São Paulo pela Academia Paulista de História. E, como se não bastasse, ainda a garantia da seriedade da entrevista, conduzida que foi por Glauco Carneiro, e pouco depois, publicada em caderno especial em um dos últimos números da prestigiosa revista.

Com toda a percepção e acuidade com que Glauco Carneiro apreendeu tudo quanto então se falou (a entrevista não foi gravada), duas coisas com relação ao que eu disse merecem reparo, pois truncaram totalmente meu pensamento. A primeira, quando se diz que, ao contrário dos demais entrevistados, eu prefiro fazer história na base do "se". Ora, o que eu disse foi justamente o contrário, isto é, que não se pode fazer história na base do "se". A história tem que considerar o que efetivamente aconteceu e não o que teria acontecido se... Disse apenas que, como exercício mental, pode-se às vezes invocar o "se". E isto veio a propósito do que efetivamente disse: se, Getúlio Vargas, em vez de nomear João Alberto para o governo de São Paulo, tivesse nomeado Batista Luzardo (como era sua intenção), teria sido muito diferente a história paulista dos

anos que se seguiram a 1930, e a Revolução de 32 nem teria sido necessária. Luzardo era homem da confiança do Partido Democrático (o novo “dono do poder” em São Paulo) e sempre se colocou ao lado da causa paulista, inclusive na Revolução cujo cinqüentenário ora se comemora.

O outro reparo é quanto a ter eu considerado um dos grandes erros de Getúlio o não ter dado a devida divulgação ao Decreto nº 21.402, de 14 de maio de 1932 (quase dois meses antes da Revolução), marcando a data de 3 de maio do ano seguinte para as eleições à Assembléia Constituinte. Getúlio errou muito, não há dúvida, mas não foi nesse ponto que residiu seu erro. A divulgação foi dada pelos recursos da época. Agora, porque os chefes da Revolução Paulista fizeram questão de ignorar o ato de Vargas, que teria tornado desnecessário o movimento de 9 de julho, isto é outra história que, um dia, certamente será contada. O resultado é realmente melancólico: uma revolução feita para apressar o processo de reconstitucionalização do país, não o fez adiantar um dia sequer. As eleições acabaram-se realizando no mesmo dia que Vargas havia marcado dois meses antes, do heróico movimento paulista. E, se outros motivos houve para a arrancada de 1932, o julgamento histórico do futuro o dirá. (21/7/1982.)

*
* *
*

ÍNDICES DOS NÚMEROS 105 A 108

(Ano XIV, 1982)

- 105 - janeiro/março - págs. 1 a 84
 106 - abril/junho - págs. 85 a 168
 107 - julho/setembro - págs. 169 a 256
 108 - outubro/dezembro - págs. 257 a 352

ÍNDICE DE AUTORES

- ABRANTES, Nicolau - Nota sobre E. Vilhena de Moraes - 338
 ALMEIDA, Antonio Paulino de - Iguape, esplendor e decadência - 156
 ANDRADA E SILVA, Raul de - A década de 20 e a Revolução de 1930 - 187
 ARANHA, Oswaldo - A Revolução Paulista - 220
 ÁVILA, Antônio D' - Um arrojado feito da engenharia brasileira: a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil - 119
- BANDECCHI, Brasil - O espírito de 1932 - 177
 BANDECCHI, Brasil - O Pátio do Colégio e suas igrejas - 111
 BARATA, Mário - Schlappriz, Burchell e arte religiosa no Brasil - 119
 BASTOS, Tavares - Povo esquecido e miserável - 333
 BASTOS, Wilson de Lima - O Visconde de Uberaba - 32
 BOLÍVAR, Simon - Discurso no Congresso de Angustura - 74
 BRUNO, Ernani Silva - Biard, um pintor da vida brasileira - 294
 BERNARDES, Artur - A Revolução Paulista - 221
- CALDEIRA, José de Ribamar - Dissertação sobre a Revolta de Beckmann - 298
 CARVALHO E SILVA, Herculano de - As razões de minha atitude - 229
 CHIARELLO, Antonio - O "brasileiro" Stefan Szwieg - 50
 COLLOR, Lindolfo - Manifesto dos políticos rio-grandenses - 242
- DAMANTE, Hélio - Lobato: mitos e realidades - 296
 DONATO, Hernani - A Revolução Constitucionalista fora de São Paulo - 210
 DRUMMOND, Vasconcelos - A Abdicação de Dom Pedro I - 72
- FLORES, Hilda A. H. - Santa Clara na Revolução Federalista de 1893 - 287
 FONTOURA, João Neves da - Manifesto dos políticos rio-grandenses - 242
 FONTOURA, João Neves da - A Revolução Paulista - 218
 FRANCO, Sérgio Costa - História e Interpretação - 301
- GODOY, Joaquim Floriano de - Colonização em São Paulo - 158
- INOJOSA, Joaquim - São Paulo, capital cultural... - 291
- LAPA, J. R. do Amaral - Crônica para um homem cordial - 122
 LISBOA, L. G. Horta - A propósito do centenário de Lima Barreto - 43

- LOPEZ, Luiz Roberto – Farrapos, dez anos de produção incompleta – 306
 LUZARDO, Batista – Manifesto dos políticos rio-grandenses – 242
- MATOS, Odilon Nogueira de – A morte de Carl Orff – 151
 MATOS, Odilon Nogueira de – A propósito de Tiradentes – 167
 MATOS, Odilon Nogueira de – A Revolução Constitucionalista de 1932 – 169
 MATOS, Odilon Nogueira de – Antônio Paulino de Almeida – 161
 MATOS, Odilon Nogueira de – Bandeiras e Monções – 340
 MATOS, Odilon Nogueira de – Bicentenário de um compositor esquecido – 83
 MATOS, Odilon Nogueira de – Breve retrospecto da vida cultural brasileira em 1981 – 1
 MATOS, Odilon Nogueira de – Centenário de Júlio Prestes – 142
 MATOS, Odilon Nogueira de – Centenário que faz esquecer em vez de lembrar 149
 MATOS, Odilon Nogueira de – Compositor e personagem de ópera – 147
 MATOS, Odilon Nogueira de – Compositor inglês evoca cerimônia de Natal – 81
 MATOS, Odilon Nogueira de – Considerações sobre a República – 257
 MATOS, Odilon Nogueira de – De 1930 a 1932: os tempos difíceis do Governo Provisório – 198
 MATOS, Odilon Nogueira de – Dois reparos a uma entrevista – 343
 MATOS, Odilon Nogueira de – Freguesia das Campinas, Vila de São Carlos, Cidade de Campinas – 65
 MATOS, Odilon Nogueira de – Glorioso centenário – 64
 MATOS, Odilon Nogueira de – João Ribeiro – 77
 MATOS, Odilon Nogueira de – Museus & Técnicas – 85
 MATOS, Odilon Nogueira de – O achado não procurado – 342
 MATOS, Odilon Nogueira de – O criador dos “Noturnos” – 331
 MATOS, Odilon Nogueira de – O livro do Engenheiro Dodt – 341
 MATOS, Odilon Nogueira de – O Turismo utiliza-se de Teodoro Sampaio – 165
 MATOS, Odilon Nogueira de – Padre Café, tema de livro – 141
 MATOS, Odilon Nogueira de – Retrato de corpo inteiro – 166
 MATOS, Odilon Nogueira de – Titulares paulistas – 84
 MATOS, Odilon Nogueira de – Tricentenário de um compositor “gracieux” – 148
 MATOS, Odilon Nogueira de – Um dos grandes filhos de Bach – 82
 MATOS, Odilon Nogueira de – Um oratório sobre o Rosário – 80
 MATOS, Odilon Nogueira de – Um Réquiem alemão – 145
 MATOS, Odilon Nogueira de – Uma rua chamada Zaluar – 164
 MATOS, Odilon Nogueira de – Voluntários de 32 – 332
- MENEZES, Djacir – Os manipuladores políticos da História – 309
 MONTI:IRO, Aristides – Passeio sem rumo por algumas ruas de Campinas – 88
 MORAES, E. Vilhena de – A expulsão dos jesuítas e a cultura brasileira – 335
 MUELLER, Edison – A Heráldica, ontem e hoje – 125
- NOGUEIRA, Fernando – Na simplicidade de um “Diário” o relato das invasões inglesas no Prata – 29
- OLIVEIRA, Almir de – João XXIII – 53
 OLIVEIRA, Almir de – Propaganda eleitoral: ano 62 – 312
 OLIVEIRA, Almir de – Will Durant – 55
 OZANAN, Frederico – A importância atribuída aos estudos históricos – 159
- PICCOLO, Helga – Em torno de dois centenários – 104
 PILLA, Raul – Manifesto dos políticos rio-grandenses – 242
 PIRES, Mário – Paulista sou há quatrocentos anos – 36

- PORTUGAL, Henrique Furtado – Pela data constitucionalista de 1932 – 302
 PUPO, Benedito Barbosa – Alguns aspectos culturais de Campinas no início do século – 273
- RIBEIRO, Hécio Pupo – Haydn e “As Estações” – 327
 RIBEIRO, João – Duguay-Trouin e um avô de Bocage – 68
 RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel – Campinas vista por alguns viajantes estrangeiros no século XIX – 16
- SALES, A. C. de Moraes – Núcleo Colonial “Campos Sales” – 153
 STOYANOV, Rumen – O primeiro livro búlgaro sobre o Brasil – 113
- TRUJILLO, Maria Salete Z – Raphael Girard e a antropologia americanista na atualidade – 13.
- VARGAS, Getúlio – Manifesto ao povo de São Paulo – 223

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

- ABREU, Maria Morgado de – Aspectos do folclore de Taubaté – 57
 ALMEIDA, Antonio Paulino de – Memória histórica sobre Cananéia, vol. 3 – 314
 ANDRADE, Gilberto Osório de – Migrações internas e o Recife – 58
 ARQUIVO: Boletim Histórico e Informativo – 321
 ARQUIVO Rio Claro, nºs 1 e 2 – 128 e 321
- BALDIN, Nelma – A Intendência de Marinha de Santa Catarina e a Questão da Cisplatina – 128
 BALEM, Mons. João Maria – Dom Feliciano José Rodrigues Prates – 58
 BANDECCHI, Brasu – De Braille a Ruy Barbosa – 129
 BOAVENTURA, Maria Eugênia da Gama Alves – Movimento Brasileiro – 58
 BOLETIM Bibliográfico, vol. 42 – 321
 BUNSE, Heinrich – São José do Norte – 59
- CAMPOS, Renato Carneiro – Tempo amarelo – 314
 CANABRAVA, Alice P. – O açúcar nas Antilhas – 129
 CARVALHO, Côn. José Geraldo Vidigal de – Temas históricos – 130
 CIÊNCIAS e Letras, nº2 – 321
 CGSTA, Iraci Del Nero – Minas colonial – 317
- DODT, Gustavo – Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi – 341
- ESTUDOS Ibero-Americanos, vol. 6, nº 2 – 131
- FARIA, Otávio A. de – Monografia do município de Taquari – 315
 FERREIRA, Barros – Amazônia arrasada – 131
- GEOGRAFIA, vol. 6 nºs 11/12 – 322
 GRAINBERG, I. – Mogi das Cruzes de 1601 a 1640 – 315
 GUERRA, Flávio – Decadência de uma fidalguia açucareira – 16

- HALL, Michael – A classe operária no Brasil – 318
 HISTÓRIA: Questões e Debates, nºs 1 e 2 – 132
- IRMÃO, José Aleixo – Crônicas e ditos populares – 316
- JOSÉ GERALDO VIEIRA no 40^o ano de sua ficção – 59
 JORNAL Cuiabano de Medicina – 133
- LACOSTE, Yves – Os países subdesenvolvidos – 316
 LUNA, Francisco – Minas colonial – 317
- MELO, Alexandre/MELO, Nilva R. – O Brasil e a bacia do Prata – 133
 MOURA, Carlos E. Marcondes de – Notas para a história das artes do espetáculo na
 Província de São Paulo – 60
 MURICY, José Cândido da Silva – Viagem ao País dos Jesuítas – 134
- PERFIS Parlamentares, nº 20: Carlos Lacerda – 317
 PINHEIRO, Paulo S. – A classe operária no Brasil – 318
 PRÓ MEMÓRIA, nºs 1 a 15 – 135
 PUBLICAÇÕES do Museu Municipal de Paulínia – 60, 136, 322
- RABELO, Elizabeth D. – As elites na sociedade paulista na segunda metade do
 século XVIII – 318
 REFLEXÃO, nº 23 – 322
 REVISTA Brasileira de Estudos Políticos, nº 54 – 136
 REVISTA Brasileira de História, nº 1 – 137
 REVISTA da Academia Paulista de História, nº 1 – 138
 REVISTA da Academia Rio-grandense de Letras, nº 2 – 322
 REVISTA da Faculdade Salesiana (Lorena) – 61
 REVISTA de Antropologia, vol. 23 – 322
 REVISTA do Arquivo Municipal, vol. 194 – 323
 REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 327 – 323
 REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – 61 e 323
 REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 77 – 322
 REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, nº 122 – 324
 REVISTA Goiana de Arte, vol. 2, nº 1 – 324
 RIBEIRO, René – Antropologia da religião e outros estudos – 319
 RIBEIRO, René – Cultos afro-brasileiros do Recife – 62
 RICCI, Maria Lúcia S. Rangel – Um inquérito econômico na Bahia colonial – 319
- SENA, Marina de Avelar – Negros fugidos em Minas Gerais – 320
- TAUNAY, Afonso de – Relatos monçociros – 340
 TAUNAY, Afonso de – Relatos sertanistas – 340
- UNIVERSIDADE, nº 3 – 138
- VIANA, Lourival – Imprensa gaúcha – 63

TEXTOS E TRANSCRIÇÕES

- ALMEIDA, Antônio Paulino de – Iguape: esplendor e decadência – 156
 BASTOS, Tavares – Povo esquecido e miserável – 333

- BOLÍVAR, Simon – Discurso no Congresso de Angustura – 74
DRUMMOND, Vasconcelos de – A abdicação de D. Pedro I – 72
GODOY, Joaquim Floriano de – Colonização em São Paulo – 158
INCONVENIÊNCIA da Realeza – 334
MORAES, E. Villhena de – A expulsão dos jesuítas e a cultura brasileira – 335
OZANAN, Frederico – A importância atribuída aos estudos históricos – 159
RIBEIRO, João – Duguay-Trouin e um avô de Bocage – 68

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

- Antônio Paulino de Almeida – 161
E. Villhena de Moraes – 338
João Ribeiro – 77

NOTICIÁRIO

- As duas Alemanhas se unem para festejar o sesquicentenário de Goethe – 143
Centenário de Júlio Prestes – 142
Efemérides musicais em 1982 – 326
Fazenda do Vale do Paraíba transforma-se em Pátio das Artes – 140
Glorioso centenário – 64
Padre Café, tema de livro – 141
Um protesto a propósito do centenário da Igreja Positivista – 325

MEMÓRIA CAMPINEIRA

- Freguesia das Campinas, Vila de São Carlos. Cidade de Campinas – 65
Núcleo Colonial “Campos Sales” – 153
Voluntários de 32 – 332

UM POUCO DE MÚSICA

- A morte de Carl Orff – 151
Centenário que faz esquecer em vez de lembrar – 149
Compositor e personagem de ópera – 147
Goethe perante a música – 150
Haydn e “As Estações” – 327
O criador dos “Noturnos” – 331
Ópera sobre texto de Büchner apresentada em Porto Alegre – 329
Tricentenário de um compositor “gracieux” – 148
Um réquiem alemão – 145

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Abdicação de Dom Pedro I - 72
Academia Paulista de História - 138 e 176
Açúcar nas Antilhas - 129
Albuquerque (Alexandre de) - 342
Alcântara Machado - 36
Almeida (Antônio Paulino de) - 161
Amazônia - 131
Angustura (Congresso de) - 74
Antropologia - 13
Arquivos - 128
Arte religiosa - 119
Artes em São Paulo - 60
Artes no Vale do Paraíba - 140
Assis Brasil - 104
Auber - 83
- Bach (J. C.) - 82
Bahia - 319
Bandeiras - 340
Beckmann (Revolta de) - 298
Biard - 294
Biblioteca do Exército - 10
Brahms - 145
Brasiliana (Coleção) - 9
Brito (Rodrigues de) - 319
Britten - 81
Büchner - 329
Burchell - 119
- Café (Padre) - 141
Campinas - 16, 65, 89, 153, 164, 273, 332
Cananéia - 314
Classe operária - 318
Coleção de Estudos Brasileiros - 7
Colonização em São Paulo - 158
Cultos afro-brasileiros - 62
- Dodt (Engenheiro) 341
Duguay-Trouin - 68
Durant, (Will) - 55
- Escravidão - 320
"Estações" (As) - 327
- Faculdade Salesiana de Lorena - 60
Farroupilha (Revolução) - 306
Feliciano Rodrigues Prates (Dom) - 58
Field (John) - 331
Flotow - 147
Folclore - 57
Franceses no Rio de Janeiro - 68

- Geografia – 316, 322
Goethe – 150
Governo Provisório – 198
Guerra do Paraguai – 309
- História romana – 312
Historiografia – 159
Holanda (Sérgio Buarde de) – 125
- Igreja Positivista – 325
Iguape – 156
Imprensa gaúcha – 63
Independência da Venezuela – 74
Invasões inglesas no Prata – 29
- Jesuítas – 335
João Ribeiro – 77
João XXIII – 53
Juiz de Fora – 141
Júlio Prestes – 142
- Lacerda (Carlos) – 317
“Letras & Livros” – 11
Lima Barreto – 43
Livro búlgaro sobre o Brasil – 113
- Malipiero – 149
Minas Gerais – 317, 320
Mogi das Cruzes – 315
Monções – 340
Monteiro Lobato – 296
Moraes (E. Vilhena de) – 328
Mouret – 148
Movimento Brasileiro (revista) – 58
Museologia – 85
Museu Municipal de Paulínia – 60, 136
- Nobiliarquia – 84
Noroeste do Brasil (Estrada de Ferro) – 25
Núcleo Colonial Campos Sales – 153
- Oliveira (Armando de Sales) – 161
Orff (Carl) – 151
- Paraná – 134
Pátio do Colégio – 111
Patrimônio histórico – 135, 140
Pernambuco – 316
Positivismo – 325
Propaganda eleitoral – 312
- Rafael Girard – 13
Raul Silveira de Melo (General) – 64
Raleza – 335

- República - 257
Réquiem alemão - 145
Renascença - 342
Revolução Constitucionalista - todo o fasc. 107
Revolução de 1893 - 287
Revolução de 1930 - 187, 198
Rio da Prata - 133
Rio Grande do Sul - 11, 104 287
- Sampaio (Teodoro) - 165
Santa Catarina - 128
São Francisco dos Campos - 165
São Paulo - 111, 177, 187, 198, 221, 242
Schlappriz - 119
Stradella (Alessandro) - 147
- Taquari - 315
Tiradentes - 167
Titulares paulistas - 84
- Viajantes estrangeiros - 16
Vida cultural brasileira - 1
Vida literária em São Paulo - 291
Vieira (José Geraldo) - 59
Visconde de Uberaba - 32
Voluntários de 32 - 332
- Zaluar (A. E.) - 164
Zweig (Stefan) - 4, 50